



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO (GESTEC)
MESTRADO PROFISSIONAL**

MÔNICA RODRIGUES AMORIM

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E
QUALIDADE DE VIDA (COM-VIDA) NO COLÉGIO ESTADUAL
TREZE DE JUNHO (2013 – 2016): PROPOSTA DE
APERFEIÇOAMENTO DESTA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA/BAHIA.**

SALVADOR-BAHIA

2017

MÔNICA RODRIGUES AMORIM

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E
QUALIDADE DE VIDA (COM-VIDA) NO COLÉGIO ESTADUAL
TREZE DE JUNHO (2013 – 2016): PROPOSTA DE
APERFEIÇOAMENTO DESTA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA/BAHIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação (GESTEC) – Mestrado Profissional da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), para fins de obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim

SALVADOR-BAHIA

2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Amorim, Mônica Rodrigues

Educação Ambiental e Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) no Colégio Estadual Treze de Junho (2013-2016): Proposta de Aperfeiçoamento desta Experiência no Município de São José da Vitória / Bahia. / Mônica Rodrigues Amorim – Salvador, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias aplicadas a Educação (GESTEC).

Contém referências e anexos.

1. Educação Ambiental – COM-VIDA. 2. Desenvolvimento Sustentável – Escolas Públicas. I. Mutim, Avelar Luiz Bastos. II. Universidade do Estado da Bahia. Campus I. Departamento de Educação. Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC).


CDD 363.7


FOLHA DE APROVAÇÃO

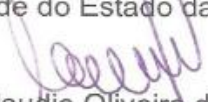
“EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA (COM-VIDA) NO COLÉGIO ESTADUAL TREZE DE JUNHO (2013 – 2016): PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DESTA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA/BAHIA”

Mônica Rodrigues Amorim

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Scripto Sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I - Gestão da Educação e Redes Sociais, em 31 de julho de 2017, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:


Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia – UFBA


Prof.^a Dr.^a Maria Luiza Figueiredo Heine
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia - UNEB


Prof. Dr. Claudio Oliveira de Carvalho
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano
Universidade Salvador – UNIFACS



Dedico esse trabalho à minha família, formada por Luísa e Leonardo. Eles são meu norte, meu sul, minha vontade de ser, meu sentido de viver.

“O desenvolvimento da ciência e da técnica não podendo mais dar conta da predição e controle de riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente, minimizados politicamente, contribuiu para gerar consequências para a saúde humana, meio ambiente e essas consequências são graves, apresentam-se a longo prazo e são irreversíveis.” Ulrich Beck.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu bom Deus por ter me concedido a graça da seleção nesse mestrado, por ter me dado condições físicas de, durante a gravidez de Luísa, ter mantido o ritmo de deslocamento para continuar o curso e a persistência de continuar a pesquisa, de ter me concedido todas as vitórias tão milagrosas diante das dificuldades enfrentadas nesse percurso.

Agradeço ao Professor Doutor Avelar Luiz Bastos Mutim, por ter aceitado me orientar e contribuído com seu conhecimento e experiência na minha pesquisa.

Agradeço aos professores Maria Luiza Figueiredo Heine e Claudio Oliveira de Carvalho por terem aceitado compor minha banca de qualificação e defesa, contribuindo significativamente para a conclusão de meu trabalho de pesquisa.

Agradeço a todos os colegas da turma Área 1, pela amizade, cuidado, atenção e carinho destinados a mim. A acolhida de vocês foi muito importante e marcante. Sentirei saudades de todos!

Agradeço às professoras Carla Liane e Patrícia Lessa, pela ajuda na disciplina de Metodologia nos 2º e 3º semestres.

Agradeço a todos da secretaria do GESTEC, pela atenção e ajuda nunca negadas, em especial agradeço a Balbina.

Agradeço aos colegas do Colégio Treze de Junho, pela torcida e contribuições.

Agradeço a Leonardo (meu esposo) e a minha mãe, que em vários momentos ajudaram, ficando com Luísa para eu continuar a pesquisa.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse concluir o curso.

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa foi elaborar uma proposta de aperfeiçoamento das ações de Educação Ambiental que resultaram da experiência da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida/“COM-VIDA” ocorrida no Colégio Estadual Treze de Junho, no município do São José da Vitória-Bahia no período de 2013 a 2016. A experiência tem respaldo na Política Nacional de Educação Ambiental/PNEA e, mais especificamente, no programa Escolas Sustentáveis que propõe a constituição da COM-VIDA que integra um conjunto de ações que compõem o programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”. A COM-VIDA é uma forma de organização que visa ações voltadas à melhoria do meio ambiente, da qualidade de vida e sustentabilidade, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade, para desenvolver a Educação Ambiental de forma permanente. Os objetivos específicos da pesquisa foram: a) descrever a experiência da COM-VIDA no Colégio Estadual Treze de Junho, no Município de São José da Vitória-BA no período de 2013 a 2016; b) analisar os resultados da inserção da Educação Ambiental no Colégio Estadual Treze de Junho, enfatizando a experiência de implementação da COM-VIDA; c) elaborar proposta de aperfeiçoamento das atividades da COM-VIDA no Colégio Estadual Treze de Junho e neste, selecionamos o blog Biointeratividade13.blogspot.com como ferramenta e produto da pesquisa. Para alcançar os objetivos realizamos um conjunto de procedimentos metodológicos que incluiu um levantamento bibliográfico, a aplicação de um questionário aberto com nove questões destinadas a vinte e dois discentes e entrevista semiestruturada com dez perguntas destinadas aos vinte e um docentes da escola, aos três gestores, a dois funcionários da instituição escolar e para um representante da comunidade de São José da Vitória/BA. Esta pesquisa aplicada que tange à natureza de seus dados se enquadra como uma abordagem qualitativa. Em relação à abordagem teórica, as técnicas de coleta e análise de dados, a investigação constituiu-se como um estudo de caso. Conclui-se que a experiência com a COM-VIDA resultou no fortalecimento de práticas de educação ambiental no processo pedagógico do Colégio Treze de Junho além de auxiliar na compreensão de que a escola e a comunidade podem desenvolver ações voltadas à Educação Ambiental, ampliando as possibilidades de formação reflexiva daqueles que participaram da COM-VIDA por meio do blog Biointeratividade13.blogspot.com visto como ferramenta de gestão da informação e como produto desta pesquisa que visa elaborar de forma participativa o programa de melhoria desta experiência e divulgar seus resultados.

Palavras-chave: Educação Ambiental; COM-VIDA; Escola Pública. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The present research aims to draw up a proposal for improvement of environmental education actions, in order, the results of the experience of the Commission of the environment and quality of life, henceforth "COM-VIDA". We selected Colégio Estadual 13 de Junho in the municipality of São José da Vitória Bahia and also the 2013-2016 period for carrying out the research. This experience was based on the National Environmental Education Policy (PNEA) and, more specifically, on the Sustainable Schools program that purposes the formation of COM-VIDA, that integrates a set of actions that make up the "Let's Take Care of Brazil with Schools" program. The COM-VIDA is a form of organization that seeks actions aimed at improving the environment, life quality and sustainability, promoting the exchange between school and community to develop Environmental Education permanently. To this end, we pursued the following specific objectives: a) to describe the experience of COM-VIDA in the Colégio Estadual 13 de Junho school in the municipality of São José da Vitória-BA, in the period of 4 years (2013 to 2016); b) to analyze the results of the environmental education in the Colégio Estadual 13 de Junho school, emphasizing the implementation of COM-VIDA's experience; c) to elaborate, by the creation of a blog, a proposal for improvement of COM-VIDA activities in the Colégio Estadual 13 de Junho school. From the methodological point of view, we performed: bibliographic survey, questionnaire with semi-structured interviews with students and teachers, managers, staff of the institution and representative of the community of São José da Vitória/BA. As far as the objectives are concerned, the research fits within the applied field, thus allowing familiarity with the problem. Regarding the nature of its data, the research is qualitative, having as reference the space, chosen for the analysis and implantation. In relation to the theoretical approach, techniques of data collection and analysis, research is a case study. It is concluded that the COM-VIDA's experience resulted on the strengthening of environmental education practices in the pedagogical process in Colégio Estadual 13 de Junho School, and also helps in the understanding that school and community can develop actions aimed at Environmental Education, expanding the possibilities of reflexive formation of those who participated of COM-VIDA by accessing the blog Biointeratividade13.blogspot.com, that has been seen as an information management tool and also as a product of this research, that aims at elaborating in a participative way the program of enhancement of this experience and spread its results.

Keywords: Environmental Education; COM-VIDA; Public school, Sustainable development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado da Arte: COM-VIDA.....	23
Quadro 2 – Art. 3º da PNEA	62
Quadro 3 – Ações financiadas de EA e seus objetivos numa UE	86
Quadro 4 – Plano de organização das ações COM-VIDA na UE e município	92
Quadro 5 – Perfil dos entrevistados.....	124
Quadro 6 – O questionário da pesquisa.....	125
Quadro 7 – Ações que os estudantes entrevistados estão realizando atualmente no Colégio Estadual Treze de Junho, em São José da Vitória/BA	131
Quadro 8 – Entrevista da pesquisa.....	136

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Origem da Agenda 21 e sua extensão no Brasil.....	43
Figura 2 – Triângulo da sustentabilidade.....	71
Figura 3 – Triângulo da sustentabilidade.....	71
Figura 4 – Pressupostos pedagógicos da Escola Sustentável.....	89
Figura 5 – Imagem da cidade de São José da Vitória, no Sul da Bahia.....	97
Figura 6 – Imagem da área externa do Colégio Estadual Treze de Junho, São José da Vitória, 2016.....	101
Figura 7 – Imagem da biblioteca da Escola Estadual Treze de Junho, 2016.....	101
Figura 8 - Imagem do interior do Colégio Estadual Treze de Junho em São José da Vitória, 2016.....	102
Figura 9 – Ação COM-VIDA através de peça teatral sobre a água por alunos 3º ano EM da UE, 2011.....	103
Figuras 10 e 11 – Ação da COM-VIDA por seminário sobre a importância da prevenção de doenças causadas por vírus e bactérias para demais alunos e visitantes da comunidade por 2º ano EM na Feira de Ciências, 2012.....	104
Figura 12 – Ação da COM-VIDA através de seminário sobre a importância da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis para visitantes e convidados da comunidade por 2º ano EM da UE, 2012.....	104
Figura 13 – Produção de sabão a partir do óleo de cozinha usado recolhido por alunos de 1º e 2º anos EM, 2013.....	105
Figuras 14 e 15 – Alegorias a partir de resíduos sólidos apresentada na Feira de Ciências do Treze de Junho por alunos do 9º ano fundamental II e 3º ano EM, 2013. À direita, desfile cívico na cidade de Buerarema, 2014.....	106
Figura 16 – Captação de água da chuva do telhado da UE por alunos 2º ano EM, 2014.....	106
Figuras 17 e 18 – Ação COM-VIDA de confecção de sacolas retornáveis com participação do 3º ano EM e costureiras da comunidade, 2014. E à direita, sorteio das sacolas retornáveis na Feira de Ciências na UE, 2014.....	107
Figura 19 – Ação COM-VIDA para reaproveitamento de garrafas de vidro recolhidas na comunidade para artesanato por alunos 3º ano EM da UE, 2015.....	107
Figura 20 e 21 – Professora cultivando a horta da escola. À direita, estudante também cultivando a horta, 2016.....	108

Figuras 22 – Alunos do fundamental II da UE expõem a produção de alimentos alternativos da oficina em Feira de Ciências, 2016.....	109
Figura 23 e 24 – Imagem do Parque Nacional Serra das Lontras. E à direita, imagem do conjunto das serras que compõem o Parque Nacional Serra das Lontras, 2013.....	110
Figuras 25 – Estudante do 3º ano EM expõe características e importância da Unidade de Conservação Serra das Lontras a demais estudantes e convidados em feira de ciências da UE, 2013.....	110
Figura 26 – Blog Biointeratividade13.....	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – O que você entende por educação ambiental?.....	127
Gráfico 2 – O que você entende por qualidade de vida?.....	128
Gráfico 3 – O que você entende por sustentabilidade?.....	129
Gráfico 4 – O que representa a atuação da COM-VIDA na sua unidade escolar para o fortalecimento das ações em prol de sua cidade mais sustentável	134
Gráfico 5 – Você participa da COM-VIDA? Se não, o que faz para cuidar do meio ambiente de sua cidade.....	135
Gráfico 6 – Na sua concepção, qualidade de vida é?.	138
Gráfico 7 – Você considera ter acesso a qualidade de vida.....	139
Gráfico 8 – Na sua concepção, educação ambiental está relacionada a.....	140
Gráfico 9 – Em suas atitudes do cotidiano, no trabalho ou em outros ambientes você busca realizar ações de educação para colaborar com a conquista da qualidade de vida?.....	142
Gráfico 10 – Você reconhece a importância das ações da COM-VIDA mesmo não sendo da comunidade?	142
Gráfico 11 – Ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Treze de Junho junto à comunidade de São José da Vitória.....	143
Gráfico 12 – Como você, membro da unidade escolar Treze de Junho, pode se dedicar a ações que reflitam questões ambientais?.....	145
Gráfico 13 – Após o cadastro do Treze de Junho no Programa escolas sustentáveis e COM-VIDA, o que você aponta como mudança positiva em sua unidade escolar com relação ao programa?.....	146
Gráfico 14 – Você acredita que as práticas de educação ambiental realizada pela COM-VIDA no Treze de Junho alcançam a comunidade de São José da Vitória influenciando para seu desenvolvimento sustentável? Por quê?.....	147

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação
CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CETJ – Colégio Estadual Treze de Junho
CNIJMA – Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
COM-VIDA – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida
CONFEA/CREA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CREA – Conselho Regional de Engenharia
DIREC – Diretorias Regionais de Educação
EA – Educação Ambiental
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EM – Ensino Médio
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEE – Gases do efeito estufa
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFAP – Formação e Ação em Políticas Sociais
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MRE – Ministério das Relações Exteriores
NRE – Núcleos Regionais de Educação
ONGs – Organizações não governamentais
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PROEASE – Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional
PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
SECADI/MEC - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

UE – Unidade escolar

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. QUESTÕES AMBIENTAIS, PERSPECTIVAS E EVENTOS MUNDIAIS.....	37
2.1. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92: retomada das discussões sobre o meio ambiente.....	40
2.2. Agenda 21: perspectivas e implantação.....	42
2.3. Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a ... Rio+20: novas discussões.....	46
3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEPÇÕES E POLÍTICAS DE IMPLANTAÇÃO.....	48
3.1. Cultura e meio ambiente.....	48
3.2. Educação Ambiental: a construção.....	51
3.3. Educação Ambiental Crítica.....	57
3.4. A Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA: reflexões sobre a inserção na escola.....	60
3.5. O Plano Municipal de Educação de São José da Vitória/BA.....	69
4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O DESAFIO.....	71
5. PDDE INTERATIVO ESCOLAS SUSTENTÁVEIS E COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA (COM-VIDA).....	78
5.1. Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.....	78
5.2. PDDE Interativo Escolas Sustentáveis e COM-VIDA.....	82
5.3. O município de São José da Vitória/BA.....	96
5.4. O Colégio Estadual Treze de Junho.....	101
5.5. As ações da COM-VIDA no Colégio Estadual Treze de Junho e no município de São José da Vitória/BA.....	103
5.6. O Projeto Político-pedagógico do Colégio Estadual Treze de Junho e a COM-VIDA... ..	112
6. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES COM-VIDA E BLOG UMA REDE DE INTER-RELAÇÕES.....	114
7. METODOLOGIA.....	120
8. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	125
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS.....	153
ANEXOS.....	159

1. INTRODUÇÃO

O homem é dependente do meio onde habita, é intimamente ligado à natureza, fazendo uso de seus recursos para sobreviver, desenvolver-se, gerar renda e riquezas. É notável e constatado, porém, que a ação humana para atender a necessidades ou caprichos está causando desequilíbrio e problemas ambientais no planeta Terra, fazendo com que o mesmo passe por transformações. Como resultado dessas alterações, ocorre, em grande maioria dos casos, o desequilíbrio ambiental.

É sabido, uma vez que os meios de comunicação divulgam desastres ambientais e pontuam tomando como parâmetro discussões instauradas em centros de pesquisas, que no futuro todos os seres do planeta sofrerão sérios problemas por causa do desmatamento, degelo e aumento da temperatura. Os pesquisadores ainda apontam que para tentar retardar tais efeitos, há a necessidade urgente de mudanças na cultura, nos hábitos, nas práticas voltadas para o meio ambiente e a implementação das políticas públicas de meio ambiente.

Implantar uma Política Nacional para a Educação Ambiental (EA) não se torna possível apenas com a existência da Lei. Para que isso aconteça, efetivamente, deve-se, em primeiro lugar, buscar uma mudança de mentalidade para que mudanças de comportamento se tornem possíveis. A ignorância, o descaso e a incompreensão configuram-se como as principais motivações para a origem dos desequilíbrios e problemas ambientais provocados pelo homem.

Nesse sentido, cabe indagar: o que podemos fazer para mudar a mentalidade? De acordo com Heine (2013), para mudar o pensamento de um povo é fundamental questionar a cultura na qual estamos inseridos. A Filosofia no século XIX expõe a cultura como um modo específico da existência humana, ou seja, os humanos são sujeitos culturais, ao passo que os animais seriam seres naturais. Assim sendo, o homem exerce sua liberdade por meio da cultura. De acordo com esse entendimento:

A cultura é a criação coletiva de ideias, símbolos e valores pelos quais uma sociedade define para si mesma o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o puro e o impuro, o possível e o impossível, o inevitável e o casual, o sagrado e o profano, o espaço e o tempo. A Cultura se realiza porque os humanos são capazes de linguagem, trabalho e relação com o tempo. A Cultura se manifesta como vida social, como criação das obras de pensamento e de arte, como vida religiosa e vida política (CHAUÍ, 2000, p.61).

No século XX, contrariando o pensamento da universalidade cultural¹, a Filosofia afirma que não existe uma cultura universal, mas uma pluralidade de culturas e estas diferenças não resultam da nação, mesmo porque, a ideia de nação decorre justamente dessas diferenças culturais. Dito de outro modo, a criação da nação possibilita agrupar os símbolos, ideias e valores de um povo numa sociedade que se assemelha em crenças, linguagens, pensamentos, em decorrência “das condições históricas, geográficas e políticas em que se forma, tem seu modo próprio de organizar o poder e a autoridade, de produzir seus valores” (CHAUI, p.62). Conforme esse pensamento, a nacionalidade não é a causa das culturas, mas “efeitos culturais temporários”.

Já no início do século XXI, era possível perceber um interesse do homem em enfrentar o resultado dos avanços tecnológicos, quais sejam: graves problemas ambientais e a superpopulação mundial, que alcançava a marca dos sete bilhões de habitantes. Nesse âmbito, quanto maior a população humana, maior o consumo de recursos naturais, produção de resíduos, poluição, a necessidade de obtenção de energia e a quantidade de alimentos para atender às demandas. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, desfrutar de um ambiente saudável e equilibrado é direito de todos, logo, o Estado e toda a sociedade devem defendê-lo.

Educação e meio ambiente podem ser considerados direitos sociais, visto que demandam iniciativas ou ações do poder público para beneficiar a todos, nesse sentido, todos devem possuir o direito de viver em ambiente saudável. Então, o papel da Educação Ambiental (EA) é despertar o educando para uma leitura crítica da sociedade, de modo que ele possa exercer seus deveres e buscar seus direitos, isto é, ser um cidadão consciente de seu papel na comunidade onde está inserido.

Para mudar o pensamento de um povo sobre o meio ambiente, é necessário modificar sua cultura, desse modo, torna-se possível a implementação e aplicação de projetos e políticas públicas que combatam, por exemplo, o desmatamento, a poluição, o aumento da temperatura, uso desequilibrado dos recursos naturais. Além disso, as atividades vinculadas à indústria, ao comércio e, sobretudo, à agricultura são o grande desafio das políticas de sustentabilidade, principalmente em países emergentes como o Brasil.

Nos países emergentes, ainda é pouca a fiscalização no combate aos desmandos ambientais provocados pelo homem. O resultado é o aumento da poluição, do consumo de recursos, da produção de resíduos e da degradação ambiental. Tais resultados põem em pauta

¹ Afirma haver uma cultura universal

discussões recorrentes na atualidade, que são: a prevenção, a redução de resíduos, a proteção às espécies e o uso sustentável de recursos. Temas desafiadores na sociedade contemporânea, principalmente porque o capitalismo predomina na maioria das grandes potências econômicas do mundo. De acordo com Rodrigues e Guimarães:

Vivemos em uma sociedade capitalista, ponto irrevogável. Trata-se de uma sociedade dividida em classes de conflitos claros e interesses divergentes. E, dessa forma, tais conflitos e interesses deslocam-se também para a questão socioambiental. Mercado, Estado e Sociedade, em condições desiguais, participam de um jogo neoliberal, em cujo cerne se forma a ideia de cooperação entre as partes e, sobretudo, de participação democrática da sociedade, desconsiderando-se a desigualdade econômica e, logo, a desigualdade de poder (RODRIGUES E GUIMARÃES, 2010).

Associar questões de ordem econômica e ambiental configura-se como o ponto central das discussões acerca da sustentabilidade. No cerne dessas discussões está a política capitalista e o neoliberalismo. Tais sistemas econômicos e políticos, nas décadas anteriores a 70, contribuíram para grandes desmatamentos, mortes de animais, degelo e o consumo de recursos ambientais sem a mínima preocupação com o meio ambiente. É o que Rodrigues e Guimarães (2010) nomeiam de conflitos e interesses deslocados da questão socioambiental.

Esses conflitos e interesses começam a ser alocados a questões ambientais a partir da década de 70 e, em 1972, em Estocolmo na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano apresentou questionamentos associados ao desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Essa conferência teve como principal objetivo estabelecer estratégias para discutir junto com a sociedade a importância do equilíbrio na relação do homem com o meio ambiente. Segundo Reigota (2010, p.10), “nessa conferência a problemática ambiental tornou-se conhecida mundialmente, apontando a Educação Ambiental como necessidade, para resolver problemas ambientais através da participação dos cidadãos”.

No Brasil, essa concepção não foi incorporada ao meio social e político, porque conforme Reigota (2010), na década de 70 o sistema político adotado no Brasil era a ditadura e considerava-se que o país vivia uma fase gloriosa e os seus projetos não contemplavam a preservação e conservação dos ecossistemas e dos recursos ambientais. O autor ainda afirma que a concepção militar acerca da relação entre meio ambiente e sociedade estava fundamentada no seguinte princípio: a preocupação com meio ambiente era privilégio de países ricos.

A herança dessa forma de pensar resultou em graves problemas ecológicos e sociais no país, principalmente em grandes cidades, como São Paulo, e também na Amazônia. Além disso, o Brasil já sofria com as consequências dos desmandos ambientais provocados pelos

colonizadores, os quais privilegiaram a monocultura e exploração excessiva dos recursos. Tais práticas contribuíram para redução drástica de recursos naturais, como o Pau Brasil, e também no fomento à prática de genocídios.

No decorrer das décadas, as discussões acerca da preservação e conservação ambientais, aos poucos, ganham fôlego e força. Ainda na década de 70, especificamente no ano de 1977, a Organização das Nações Unidas – UNESCO – e o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – o PNUMA –, na antiga União Soviética, promovem um dos principais eventos naquele período: a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, onde a Educação Ambiental foi a principal pauta a ser debatida. A partir das discussões foram traçados objetivos, princípios e estratégias para a implantação e fomento a políticas ambientais em todo o mundo. De acordo com Brasil (2012):

Para a Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977), a Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada à prática das tomadas de decisões e à ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida.

A Conferência Intergovernamental de Tbilisi apontou caminhos para a prática de uma Educação Ambiental e também evidencia os sérios problemas desencadeados pelos princípios econômicos regidos no período. As ações discutidas na Conferência, contudo, não alcançaram e não sensibilizaram os governantes brasileiros da década de 70. Conforme Lisboa (2002), o Brasil demonstrava carência de princípios claros, objetivos e estratégias para combater os desmandos ambientais, além disso, uma política que associasse os interesses econômicos à proteção ambiental. A autora ainda afirma que os governos privilegiavam os interesses econômicos de curto prazo, em detrimento da proteção ambiental.

Já na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em junho de 1992, no Rio de Janeiro, dois aspectos mereceram destaques: o crescimento quantitativo e qualitativo dos movimentos ecológicos na América Latina e as discussões mais efetivas no âmbito político sobre a importância de conciliar desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza. Nesse sentido, tais aspectos buscavam garantir a qualidade de vida, tanto para a geração atual quanto para as futuras gerações no planeta (REIGOTA, 2010).

Antes das discussões de 1992 no Rio de Janeiro, o Brasil primariamente já apresentava traços de preocupação com o meio ambiente, assim, a partida inicial se dá a partir da criação

da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), em 1973. Segundo Loureiro (2004), esta secretaria contribuiu para a constituição do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), a qual em 1981 fomentava e estimulava a propagação da formação de consciência pública de preservação ambiental. A implantação do SEMA e da SISNAMA comunga com o que está posto na Constituição Federal (1988), art. 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações.

A Constituição Federal atribui ao Poder Público e também à sociedade, organizada ou não, o dever de preservar e conservar o meio ambiente. A iniciativa da Constituição é necessária, porque o problema ambiental aqui no Brasil tomou dimensões catastróficas, sendo um dos objetivos da legislação impedir o aumento da degradação ambiental, bem como estimular, apoiar, fomentar e investigar soluções para implementar políticas ambientais que atendam aos princípios estabelecidos pela Educação Ambiental.

Ainda de acordo com a Constituição, a Educação Ambiental tem como objetivo estabelecer a democracia, a solução dos problemas ambientais e a melhoria da qualidade de vida, partindo da ética e do diálogo entre gerações e culturas. Conforme MMA (2004), é vista na Educação Ambiental a expectativa pela conquista de qualidade de vida, através das ações educativas que vão ocasionar mudanças de hábitos voltados à conservação e preservação e nas relações entre o homem e o meio ambiente. Reigota (2010, p.11) afirma:

A Educação Ambiental deve procurar estabelecer uma “nova aliança” entre a humanidade e a natureza, uma “nova razão” que não seja sinônimo de autodestruição e estimular a ética nas relações econômicas, políticas e sociais. Ela deve se basear no diálogo entre gerações e culturas em busca da tripla cidadania: local, continental e planetária, e da liberdade na sua mais completa tradução, tendo implícita a perspectiva de uma sociedade mais justa tanto em nível nacional quanto internacional.

Assim, a palavra da vez é diálogo entre a natureza e o meio ambiente, diálogo que necessita ultrapassar todas as barreiras e ocupar os mais diversos lugares. Nesse contexto, as relações dinâmicas e os elementos naturais e sociais podem ser imbricados nos antigos e novos processos de criação cultural e tecnológica, tendo em vista os procedimentos históricos e sociais que constituem o homem e a natureza (REIGOTA, 2010).

Isto quer dizer que o trabalho com a Educação Ambiental, atualmente, precisa estar vinculado à era da informação e à produção tecnológica, sobretudo à tecnologia da informação e à prática social do indivíduo. Prática que necessita estar atrelada à ética, à relação harmoniosa com a natureza e ao desenvolvimento individual e social das pessoas. Segundo a Resolução nº 02/2012, do Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno:

Educação Ambiental é dimensão da educação, atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Nessa linha de raciocínio, sendo uma dimensão da educação, a Educação Ambiental deve problematizar as questões do cotidiano dos estudantes, desse modo, as tecnologias podem contribuir positivamente para a preservação dos recursos naturais. Recentemente, o aplicativo “Coruja”² foi lançado pelo projeto de extensão Vivências Interdisciplinares em Direitos Socioambientais (VIDA), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), no Sul da Bahia, e auxilia os estudantes e comunidade em geral a fazer denúncias, identificar infrações e sugerir soluções para contribuir com a proteção do meio ambiente. Além de possibilitar as denúncias, o aplicativo permite conhecer mais sobre meio ambiente e legislação ambiental de modo interativo e divertido.

Através do uso da tecnologia, a comunidade escolar e a local podem acessar informação de como contribuir significativamente com preservação do meio ambiente, através de práticas de Educação Ambiental e sustentabilidade. Nessa perspectiva, com o surgimento das tecnologias da informação na educação, os estudantes passaram a ser geradores de conteúdo por meio da internet e construir gradualmente a sua visão de mundo. Assim sendo, é possível atestar que as tecnologias podem ser uma das formas para, juntos, tornarmos a vida mais sustentável e saudável (MALACRIDA e BARROS, 2011).

As atividades humanas não devem se desligar dos princípios que norteiam a Educação Ambiental. Além disso, essas não podem perder de vista os conceitos que são os cernes da Educação Ambiental, a saber: sustentabilidade, conservação e preservação, associadas ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Conforme a Comissão Brundtland de 1983, “Desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”.

² Informação do site Pimenta na Muqueca. Disponível em: < <http://www.pimenta.blog.br/2017/04/19/uesc-lanca-aplicativo-para-ajudar-a-preservar-meio-ambiente/>> acessado em 15 de maio de 2017.

Esses conceitos precisam ser trabalhados nas instituições escolares e alcançar os educandos, os quais serão os propagadores e defensores do meio ambiente. Portanto, concepções acerca de boas práticas de Educação Ambiental, desenvolvimento sustentável e soluções para os problemas socioambientais não podem estar distantes do espaço escolar. Para atender a esse público, considerado a futura geração, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), planejaram e executaram quatro Conferências Infantojuvenis sobre Meio Ambiente nas Escolas (CNIJMA).

Essas conferências possibilitaram a participação de jovens e da comunidade, além disso, colaboraram também para a criação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola, a COM-VIDA. A proposta de criar a COM-VIDA surgiu na Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, realizada da parceria entre Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação no ano de 2003. Nessa ocasião, estudantes participantes da conferência fizeram a proposta de Conselhos de Jovens e Meio Ambiente em todas as escolas do país.³

Associada aos trabalhos da COM-VIDA na unidade escolar está a Agenda 21 e juntas representam uma Educação Ambiental permanente e integrada com a comunidade escolar e local. A Agenda 21 pode ser considerada um instrumento que fortalece as ações da COM-VIDA, visto que proporciona o diálogo entre município e escola; dessa forma, a Agenda trouxe a consciência de que uma comunidade sustentável só acontece por meio de parcerias (MMA, 2004).

A COM-VIDA foi implantada nas escolas participantes da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente e é uma organização que visa realizar ações voltadas à preservação e conservação do meio ambiente. E também para a propagação de mecanismos que promovam a qualidade de vida e sustentabilidade na escola e município, estabelecendo relações intercambiais entre elas. E por fim, desenvolver Educação Ambiental de forma permanente, potencializando suas ações pelas escolas do país. Ações que possibilitem a criação e manutenção de espaço democrático e participativo na unidade escolar (UE), e fomentem iniciativas voltadas para a sustentabilidade socioambiental e melhoria da qualidade de vida na escola e sua comunidade, assim como o diálogo sobre temas socioambientais (MEC, 2004).

Ainda sobre a COM-VIDA, além dos aspectos supracitados, não podemos deixar de mencionar que o discente pode ser capaz de compreender a Educação Ambiental como uma ação onde se produz um pensamento universal de atuar conscientemente como modificador

³ Formando COM-VIDA, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola. 3ª edição, Brasília, 2012.

do meio onde está inserido e dinamizar as discussões que elevam a compreensão da comunidade sobre as necessidades de desenvolvimento associado à preservação.

Para justificar a importância de pesquisar as ações da COM-VIDA que contribuíram com o processo de Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável do município de São José da Vitória/BA, realizou-se um levantamento no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e SCIELO no mês de maio de 2017. Desse modo, foram utilizados os seguintes descritores “Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola” e “Escola Sustentável”. Com base nesses descritores, foi possível identificar 215 pesquisas entre teses e dissertações no banco de dados CAPES e 187 estudos no Scielo.

Nesse viés de entendimento, destacamos os trabalhos que mais se aproximavam do nosso objeto de estudo, a COM-VIDA.

Quadro 1 – Estado da arte: COM-VIDA.

TÍTULO	AUTOR	OBJETO DE ESTUDO	METODOLOGIA	RESULTADOS
Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA): análise de uma política pública de educação ambiental e sua implementação em duas escolas de Teresina-Piauí.	Raquel Sousa Valois	Análise da política pública de educação ambiental – COM-VIDA – e sua implementação em duas escolas públicas municipais de Teresina, Piauí.	Entrevistas realizadas junto aos envolvidos com a COM-VIDA nas duas escolas e documentos produzidos tanto pelo governo federal quanto pelos alunos das escolas. Análise documental e estudo de caso	As atividades desenvolvidas revelam práticas de educação ambiental de cunho conservador, as mudanças comportamentais dos envolvidos estiveram dentre as mais relatadas pelos entrevistados e a falta de recurso e de materiais e o desinteresse do alunado foram as dificuldades que mais se destacaram entre as apresentadas.
Comissões de meio ambiente e qualidade de vida na escola (COM-VIDA): os desafios da Educação Ambiental como	Áurea da Silva Garcia	Ações e as interferências nas redes locais de Educação Ambiental de Campo Grande, Mato Grosso do Sul,	Análise documental e estudo de caso	Das várias possibilidades e entraves encontrados, a questão da participação permeou e constituiu-se como fator determinante.

política pública		inscritas no MEC e participantes da criação da COM-VIDA.		
Educação ambiental campesina: do diálogo de saberes à sementeira de projetos ambientais escolares comunitários	Edilaine Maria Mendes Ferreira	O processo formativo “Escolas Sustentáveis e COM-VIDA no Pantanal de Mato Grosso”. Compreender como se deu esse processo de aprendizagem coletiva e colaborativa, tecido por meio do diálogo Freireano entre a universidade, a escola e a comunidade do campo.	Uma trajetória metodológica de caráter qualitativo embasada na sociopoética.	A efetivação dos PAEC, promovida pela participação coletiva e colaborativa da comunidade escolar, nos permitiu perceber o quanto a reflexão dialogada, com apontamentos para um currículo fenomenológico, promove a construção e reconstrução de espaços de autoconhecimento (EU), da relação social de alteridade (OUTRO) e respeito ao lugar habitado (MUNDO).
Educação Ambiental e Agenda 21: Experimentação da COM-VIDA e Perspectivas para a Política Ambiental	Fábio Alexandre da Silva Toniazzi	O processo de construção da agenda 21 e Implementação de políticas públicas.	Estudo de caso	A COM-VIDA possibilitou a reconexão entre escola e realidade local. O estudo demonstrou a importância da participação no processo de construção de Educação Ambiental.
A Educação Ambiental na proposta pedagógica de uma escola de ensino fundamental: da incompletude ecológica à	Nilson Duarte Rocha	Discute as propostas de uma educação ambiental transformadora e cidadã, através da formação da Comissão de Meio	Abordagem qualitativa e estudo de caso.	Nesse sentido, consideramos que a proposta interventiva levou a comunidade a uma educação ambiental transformadora e em movimento. Assim,

complexidade socioambiental		Ambiente e Qualidade de Vida da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ceni Soares Dias, localizada na cidade de Jaguarão-RS.		espera-se que a partir da intervenção se tenha contribuído para modificar o modo de pensar e as posturas individuais, familiares e coletivas da comunidade escolar e da escola estudada.
Programa Vamos Cuidar do Brasil com escolas Sustentáveis: Análise de uma Experiência na Escola Estadual Antônio Padilha no município de Sorocaba – SP	Maria Estela Maciel Freitas	Analisar as práticas desenvolvidas pela “COM VIDA” na Escola Estadual Antônio Padilha, localizada no município de Sorocaba-SP, entre os anos de 2013 e 2014, e identificar práticas relacionadas à sustentabilidade dos envolvidos no projeto da referida escola.	Estudo de caso qualitativo e os procedimentos de tomada de dados referem-se a análise documental, a observação participante, a aplicação de questionários e realização de entrevista semiestruturada.	Essas experiências contribuíram para construção de conhecimentos teóricos e práticos sobre sustentabilidade, ajudando na formação das identidades ambientais dos estudantes e na minha formação como docente.
Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil	Luciano Chagas Barbosa	Os sistemas de ensino e o ponto de vista de gestores estaduais de EA, em diálogo com a educação não-formal, a formação continuada de professores em educação ambiental, a inserção qualificada da EA no currículo, o estímulo à criação e	Revisão de literatura	A perspectiva sistêmica atualmente adotada pela EA no país indica que políticas educacionais que enfrentam e contribuem para a prevenção de riscos são potencializadas com sinergia de ações e esforços intersetoriais. Essa sinergia favorece a “cidadania ambiental”, com o

		fortalecimento de COM-VIDAS (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida) nas escolas		empoderamento de sujeitos e coletividades, e fortalece processos emancipatórios na “política da vida” ou subpolítica, além de aproximar escola e comunidade.
Escolas Sustentáveis: Incubadoras De Transformações Nas Comunidades	Rachel Trajber e Michèle Sato	O projeto incentiva que o espaço da escola seja repensado em articulação com o currículo, de acordo com as premissas da sustentabilidade socioambiental, gerando uma nova cultura na comunidade escolar. Envolve estudantes, membros da comunidade, professores, funcionários e gestores em diálogos constantes voltados à melhoria da qualidade de vida, por meio da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA)	Revisão de literatura	É possível que a escola não seja a resposta de problemas, mas ela reproduz os discursos da sociedade. Os espaços educadores sustentáveis desejam que a escola transcenda isso, sendo geradora de uma cultura pró-sustentabilidade. Esta postura, fomentada por um currículo apropriado, permite que as preocupações socioambientais no âmbito global sejam absorvidas pela consciência individual.
Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM- VIDA):	Áurea da Silva Garcia	Investigar as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-	Estudo de Caso. São realizadas as análises e avaliações das caracterizações e especificações sobre	Relação das escolas de Campo Grande, participante da COM- VIDA.

Análise da Ação no Ambiente Escolar e nas Redes Locais de EA		VIDA) em duas unidades escolares no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.	os estágios e fatores que influenciaram na efetiva adoção e implantação da COM-VIDA nas escolas	
Avaliação dos recursos de Educação Ambiental nos espaços e nas escolas municipais de Curitiba - Pesquisa descritiva do tipo mista (quantitativa e qualitativa) nos espaços de Educação Ambiental e nas escolas municipais do 6º ao 9º anos em Curitiba.	Alessandra Aparecida Pereira Chaves	Investigar e elaborar instrumentos e estratégias para tornar as ações de Educação Ambiental (EA) mais efetivas nas escolas do 6º ao 9º anos da Rede Municipal de Ensino (RME), a partir das atividades oferecidas nos espaços municipais de EA da cidade de Curitiba.	Análise documental e estudo de caso	Ficha de apoio que pudesse auxiliar os professores e estimular os alunos a conhecer as potencialidades educativas e interativas dos espaços municipais de EA. A ficha foi aplicada com professores da RME que afirmaram que a mesma coopera para elaboração de atividades e melhor compreensão dos espaços municipais de EA.
Estratégias De Educação Ambiental Por Meio Da Atuação Da COM-VIDA: Vivências Em Uma Escola Do Recife-Pe	Camboim & Barbosa (2012)	A partir das vivências e ações, são destacadas dificuldades e novos horizontes da atuação da COM-VIDA, na perspectiva da formação do sujeito ecológico.	Pesquisa Qualitativa	As ações da COM-VIDA podem facilitar a integração de toda a comunidade escolar. As atividades desenvolvidas de forma prática despertaram nos estudantes maior interesse pelos conteúdos e deveriam ser trabalhadas de forma interdisciplinar

Fonte: a autora, 2017.

No processo de levantamento de dados decidimos buscar a publicação de pesquisas que tivessem relação com o seguinte objeto de estudo: ações que contribuíssem para dinamizar e oxigenar a implantação e sustentação da COM-VIDA em unidades escolares, nesse sentido,

esse foi o critério de inclusão para a realização do estado da arte ou estado de conhecimento. Não foram incluídos na pesquisa os estudos que não se relacionavam com a COM-VIDA. Assim, a pesquisa buscou mapear e discutir a produção acadêmica na área de Educação Ambiental sobre as ações da COM-VIDA.

De acordo com Pereira (2013), é fundamental que a postura questionadora do pesquisador esteja presente não apenas na identificação do tema e nos recortes do objeto que se pretende investigar, mas em todo o desenvolvimento da pesquisa. Esse processo envolve o conhecimento de outros estudos sobre o mesmo tema ou objeto. Assim sendo, baseando-se na compreensão do estado da arte produzido sobre as ações da COM-VIDA que contribuíram com o processo de Educação Ambiental nas unidades escolares, a pesquisadora pode identificar lacunas e aspectos ainda não explorados ou até mesmo formas diferentes de abordá-lo.

Dentre os estudos investigados, destacamos a pesquisa intitulada *Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA): análise de uma Política Pública de Educação Ambiental e sua Implementação em duas escolas de Teresina-Piauí*, tendo como autora Raquel Sousa Valois. Nesse sentido, essa pesquisa é o principal trabalho sobre as ações da COM-VIDA, pois, buscou compreender essa política pública no âmbito teórico e prático, identificando as atividades desenvolvidas e dificuldades para implementação da COM-VIDA.

De acordo com Valois (2013) o desinteresse dos estudantes em relação à COM-VIDA nas escolas pesquisadas é o que mais se destaca no resultado da pesquisa, especialmente, por contrariar as premissas da proposta de envolver a “comunidade escolar” que estão descritas nos documentos oficiais. Como resposta a esse problema, a autora discorre sobre a possibilidade da escola não conseguir manter atividades contínuas de Educação Ambiental. O diferencial entre o estudo de Valois (2013) e a atual pesquisa sobre as ações de implementação da COM-VIDA na escola Treze de Junho em São José da Vitória-Ba se dá pelo fato de que em nosso estudo as atividades aconteceram sem muitas dificuldades no planejamento e execução, pois, havia o interesse pela temática do programa por parte da maioria do corpo discente e docente. O repasse dos recursos financeiros do programa por parte do governo ocorreu de forma satisfatória até o ano de 2014, bem como o ritmo de acontecimento das atividades que foi contínuo durante os anos de 2013 a 2016, os alunos demonstraram interesse em atuar diretamente no planejamento e execução das atividades.

A dissertação de Áurea da Silva Garcia, intitulada *Comissões de meio ambiente e qualidade de vida na escola (COM-VIDA): os desafios da Educação Ambiental como política pública*, fez uma análise das ações e as interferências nas redes locais de Educação Ambiental

de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, inscritas no MEC e participantes da criação da COM-VIDA. A metodologia utilizada foi análise documental e estudo de caso, como resultado principal, pode se destacar que não se registrou informações que identificassem grupos organizados, nem a participação de funcionários da área técnica ou de apoio na ocasião da criação da COM-VIDA. Não foi possível, portanto, identificar mais precisamente a relação escola-comunidade, ou seja, a participação de pais, responsáveis e lideranças do entorno.

Nesse sentido, vale ressaltar, que um dos aspectos que mais diferenciam a proposta de nossa pesquisa com a de Garcia (2010) seria o fato de que a maioria dos estudantes da escola Treze de Junho em São José da Vitória-Ba participaram das ações do COM-VIDA, bem como o estabelecimento de uma íntima relação entre Educação Ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento.

A pesquisa intitulada *Educação Ambiental e a Construção da Cidadania: agenda 21 escolar – um caminho?* De Caroline Pinto de Oliveira Orsi possui como objeto de estudo identificar a perspectiva de Educação Ambiental presente em dois documentos oficiais que se referem ao desenvolvimento da proposta de interesse – “Formando COM-VIDA: Construindo Agenda 21 na Escola” (MMA/MEC) e “Água Hoje e Sempre: Consumo Sustentável” (SEE/SP). Como procedimentos metodológicos, a autora realizou análise de conteúdo dos documentos oficiais e estudo de caso. Destacamos como resultado principal a necessidade que a pesquisadora percebeu em modificar a estrutura da escola pública, bem como a democratização do sistema educativo tornando-o mais favorável a construção da cidadania.

Apesar de também tratar da COM-VIDA a dissertação de Orsi (2008) investiga junto a diversos atores ligados ao desenvolvimento da proposta, identifica os contextos de produção das políticas curriculares. Nesse sentido, os textos se diferenciam no que se refere aos entrevistados, visto que, a nossa pesquisa busca analisar as ações da COM-VIDA junto aos estudantes, pais de alunos, funcionários e docentes na instituição escolar Treze de Junho em São José da Vitória/BA.

A pesquisa intitulada *A Educação Ambiental na Proposta Pedagógica de uma Escola de Ensino Fundamental: da incompletude ecológica à complexidade socioambiental*, discutiu questões sociais, culturais e políticas de uma escola localizada na cidade de Jaguarão-RS, de autoria de Nilson Duarte Rocha.

Buscou-se no diagnóstico a descrição e a compreensão da problemática a partir da verificação de documentos, da observação prática docente na escola e na comunidade local. O estudo tem como principal resultado os agentes participantes da Comissão de Meio Ambiente

e Qualidade de Vida, que demonstraram comprometimento, assim, a comunidade escolar percebeu que as propostas de mudanças só acontecem quando existe a participação coletiva.

Apesar de o estudo ser realizado em uma unidade escolar e buscar compreender as ações da COM-VIDA, o produto da pesquisa se diferencia da proposta de intervenção da escola Treze de Junho em São José da Vitória-Ba, que é o aperfeiçoamento das atividades da COM-VIDA e dinamização do blog para divulgar tais ações. A pesquisa de Rocha (2016) realizou uma intervenção de sensibilização dos estudantes e comunidade do entorno a respeito de como vivem, sentem e pensam sobre Educação Ambiental.

O artigo do banco de dados Scielo intitulado *Políticas Públicas De Educação Ambiental Numa Sociedade De Risco:Tendências E Desafios No Brasil* de Luciano Chagas Barbosa, tem como objeto de estudo a formação continuada de professores em educação ambiental, a inserção qualificada da Educação Ambiental no currículo, o estímulo à criação e fortalecimento de COM-VIDAS (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida) nas escolas. A pesquisa foi realizada por meio do método de revisão de literatura, nesse âmbito, foi possível relacioná-la com o estado da arte das políticas públicas de educação ambiental (EA) no Brasil e os principais desafios e tendências atuais dessas políticas no contexto de uma “sociedade de risco”. Destacamos como resultado principal o favorecimento da “cidadania ambiental” com o empoderamento de sujeitos, fortalecendo processos emancipatórios e aproximando escola e comunidade.

O estudo de Barbosa (2008) se diferencia em diversos aspectos da atual pesquisa sobre as ações da COM-VIDA na escola Treze de Junho em São José da Vitória-Ba, dentre eles, destacamos a metodologia e objeto de estudo, visto que, encontra a COM-VIDA como uma política pública de Educação Ambiental, bem como as dificuldades apontadas pela implantação da comissão na escola.

Esse estado da arte leva a algumas inferências, quais sejam: a educação ambiental aliada a prática educacional deve ser considerada uma forma primordial para a modificação da realidade socioambiental.

A partir dessas assertivas, chegamos às questões norteadoras dessa pesquisa: quais ações da COM-VIDA contribuíram com o processo de aperfeiçoamento em Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável do município de São José da Vitória? E quais os resultados das práticas de Educação Ambiental que a COM-VIDA desenvolveu no Colégio Estadual Treze de Junho no período de 2013 a 2016?

Assim, estabelecemos como objetivo geral nesta investigação: elaborar uma proposta de aperfeiçoamento das ações de Educação Ambiental a partir da análise dos resultados da

experiência da COM-VIDA no Colégio Estadual Treze de Junho no município de São José da Vitória, no período de 2013 a 2016, reconhecendo a importância das práticas de Educação Ambiental para o processo pedagógico e o desenvolvimento sustentável do município. E como objetivos específicos: a) descrever a experiência da COM-VIDA no Colégio Estadual Treze de Junho, no Município de São José da Vitória-BA; b) analisar os resultados da inserção da Educação Ambiental no Colégio Estadual Treze de Junho, enfatizando a experiência de implementação da COM-VIDA no período de três anos (2013 a 2016); c) elaborar proposta de aperfeiçoamento das atividades da COM-VIDA no Colégio Estadual Treze de Junho e neste, selecionamos o blog Biointeratividade13.blogspot.com como ferramenta e produto da pesquisa.

Essa proposta de intervenção se resume em: estruturação de espaço físico para os encontros entre os membros da COM-VIDA, conquista de novos membros discente e docente para compor a comissão além do que já existem, formação para membros da comissão e a formação de rede interligada através do blog Biointeratividade13.blogspot.com para divulgação das ações da comissão pela comunidade.

Os conteúdos para o blog devem se apresentar em ordem cronológica, em blocos que são os posts, escritos somente pelo autor do blog ou por membros que ele convida e autoriza a postar as mensagens, nesse sentido, o blog surge na COM-VIDA para proporcionar a integração entre estudantes, professores, funcionários e comunidade.

O Colégio Estadual Treze de Junho, em São José da Vitória/BA, *locus* dessa pesquisa, participou da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente e foi cadastrado no Programa PDDE Interativo Escolas Sustentáveis: COM-VIDA, ofertado pelo Governo Federal, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Na referida unidade a COM-VIDA desenvolve ideias e ações voltadas à Educação Ambiental e sustentabilidade, em suas turmas de ensino fundamental II e ensino médio. Essas ideias são discutidas pelos membros da comissão e as ações para uma provável intervenção são planejadas e executadas tendo como objetivos norteadores solucionar problemas que envolvam questões socioambientais na escola e/ou comunidade.

A escolha do Colégio Estadual Treze de Junho para desenvolver a presente pesquisa deve-se ao fato de a escola e a cidade se localizarem em meio à rica fauna e flora local de Mata Atlântica, terem histórico de desenvolvimento de atividades e ações voltadas para as práticas de educação ambiental, com boa aceitação da temática por parte da comunidade e alunos do Treze de Junho, onde os mesmos assumem com identificação as ações da COM-VIDA, havendo a execução das propostas. Também sou professora efetiva da Secretaria de

Educação da Bahia, atuo na disciplina de Biologia no Colégio Estadual Treze de Junho por dezessete anos e percebo o envolvimento da escola nas atividades.

No período de 2001 a 2002, após estabelecer relação entre educação, saúde e meio ambiente durante especialização em Educação em Saúde, ofertada pelo Departamento de Saúde da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, também sendo o Treze de Junho a unidade escolar para desenvolver minha pesquisa em turmas de fundamental II, o trabalho em educação ambiental se iniciou na escola com as orientações do saudoso professor Max de Menezes⁴, o qual obtive as contribuições pertinentes para tal.

Nessa pós-graduação *lato sensu*, através da orientação do professor Max, compreendi a necessidade de trabalhar na sala de aula com a promoção de habilidades e competências no que se refere à temática saúde e meio ambiente. A partir da pesquisa, pude confirmar e constatar que a escola é o espaço mais competente de formação do cidadão e que o sucesso das propostas da Educação Ambiental depende dessa formação e para tanto, do compromisso dos educadores em orientar alunos e comunidade. E que a dinâmica de discussões eleva a compreensão acerca da Educação Ambiental dos envolvidos no projeto, possibilitando também a construção de projetos que estabeleçam a relação entre preservação, conservação, manutenção e geração de renda, emprego e sustentabilidade.

Após a especialização, iniciei nas turmas em que lecionava em 2002, na citada unidade escolar, a discussão sobre saúde e meio ambiente. A experiência obtida no fundamental II expandiu-se para o ensino médio, foi fortalecida com novas experiências e em 2011 o Treze de Junho realizou a Conferência Infantojuvenil, COM-VIDA foi implementada na escola, vindo a fortalecer ainda mais as ações de Educação Ambiental. A partir da prática da COM-VIDA, surgiram novos projetos, tendo como foco a formação do cidadão reflexivo.

Assim, é na prática da educação ambiental que é possível desenvolver o senso crítico, bem como promover a construção de um contexto de valorização do meio ambiente na comunidade, trocar saberes e informações para compreender a realidade na busca de soluções de problemas ambientais. No fortalecimento da prática de educação ambiental, a Lei nº 9394/96 da LDB diz que:

O cidadão tem direito de compreender os ambientes natural e social. Os protagonistas da educação ambiental numa comunidade são seus indivíduos, sujeitos da ação individual e coletiva que para chegarem a resultados positivos, devem ter passado por experiências e conseqüentemente, por mudanças de pensamento,

⁴ Era professor do quadro do Departamento de Ciências-Biológicas, gerente e coordenador do curso de pós-graduação Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UESC.

formação de conhecimento para novas práticas, buscando a cidadania voltada à sustentabilidade e desenvolvimento local (MMA, 2004).

Isto quer dizer que, a vivência, as discussões e a implementação de projetos, as consequências dessas ações, são a mudança de pensamento, a formação de novas práticas. E o projeto COM-VIDA contribui direta e indiretamente para a constituição dessas consequências. Além disso, o projeto formata e constrói imagens representativas de uma comunidade preocupada com o meio ambiente e também uma unidade escolar engajada na promoção de propostas ambientais que possibilitem a associação entre o desenvolvimento e a sustentabilidade, como bem disse Reigota (2010, p.14).

Identificar as representações das pessoas envolvidas no processo educativo é o primeiro passo para a realização de Educação Ambiental. O gestor e equipe escolar podem ser sensíveis para tal tarefa e comprometidos com a aprendizagem dos estudantes, promoverem, mediante ações, o tratamento de questões ambientais, a criação de um ambiente acolhedor e favorável à aprendizagem e ao convívio social de todos na escola (Formando COM-VIDA, 2004).

A partir do engajamento da unidade escolar e da comunidade local e, sobretudo da inserção da Educação Ambiental como componente importante da educação nacional, assim como do trabalho articulado, fomentaremos amplas discussões acerca do meio ambiente, sustentabilidade, política, economia, sociedade e cidadania em todos os níveis e modalidades do processo educativo em caráter formal e não formal (PNEA, 1999).

Essas discussões e a propagação das ações de proteção, conservação e manutenção só serão possíveis a partir do momento em que haja condições favoráveis a nível financeiro, estrutura e apoio de todos os envolvidos para o fortalecimento da proposta. Além disso, a instituição escolar precisa inserir, em seu planejamento coletivo, as ações de educação ambiental, envolvendo toda a comunidade escolar, tendo em vista a interação com a comunidade local.

A Educação Ambiental nas práticas educativas se apresenta como meio fundamental para a transformação da realidade socioambiental. Essas práticas possibilitam a dinâmica harmoniosa das relações entre os seres humanos e o meio ambiente, inclusive, contribuindo para o equilíbrio na Terra. As práticas de educação ambiental podem despertar numa sociedade mudanças de atitudes em prol da conservação, evitando problemas ambientais ou combatendo-os, por ser compreendida como uma ação global, em que o cidadão produz um pensamento universal, para assim atuar conscientemente como modificador do meio onde está inserido, estabelecendo uma íntima relação entre Educação Ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento (Formando COM-VIDA, 2004).

Além da construção de um pensamento modificador e crítico, o trabalho com EA contribui para o conhecimento e o envolvimento com a temática no espaço escolar, bem como fortalece as relações interpessoais na unidade escolar. E também o fomento a atividades e situações que proporcionem um cotidiano escolar mais comprometido com o meio ambiente e origem de pensamentos e ideias para realizar EA de forma interdisciplinar (BRASIL, 2004).

Nesse âmbito, para Mutim (2007), a Educação Ambiental como articulação sistêmica dos processos educativos formais e não formais é parte vital e indispensável para se chegar ao desenvolvimento local e à gestão de sociedades sustentáveis. Afinal, é a maneira mais direta e funcional de se atingir objetivamente a meta da participação dos indivíduos e das comunidades locais/territoriais na tomada de decisão a respeito do patrimônio socioambiental.

No primeiro capítulo desse estudo, intitulado *Questões Ambientais, Discussões e Perspectivas apontadas nos Eventos Mundiais*, buscamos apresentar eventos marcantes no mundo que possibilitaram a discussão de questões ambientais. Esses eventos merecem destaque, porque despertaram a atenção da sociedade política, econômica e social para os problemas ambientais.

No segundo capítulo, foi realizado um estudo sobre a EA em *Educação Ambiental: Concepções e Políticas de Implantação*, onde buscamos apresentar concepções que cercam o termo, assim, destacamos a relação entre cultura e Meio Ambiente e Educação Ambiental Crítica.

Já no terceiro capítulo, *Desenvolvimento Sustentável: O Desafio*, descrevemos o desafio da sustentabilidade em uma sociedade que está alicerçada em uma cultura consumista. Assim, destacamos: preservação, conservação e desenvolvimento e sustentabilidade.

Em *Escolas Sustentáveis e a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA)*, quarto capítulo desta pesquisa, descrevemos as Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente (CNIJMA). Essas conferências contribuíram para a implantação e fomento da COM-VIDA. Nesse capítulo também a caracterização da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida.

No capítulo V, *O Município de São José da Vitória-Ba, O Colégio Estadual Treze de Junho e as Atividades da COM-VIDA*, apresentamos a descrição do município, da escola e ações da COM-VIDA. Assim, foram destacadas ações da comissão entre os anos 2013 a 2016.

No capítulo VI, *Proposta de Intervenção Para Aperfeiçoamento das Atividades da COM-VIDA e Blog uma Rede de Inter-relações*, como o nome sugere, serão apresentados os mecanismos que a COM-VIDA utiliza para atrair estudantes e apresentada a importância do blog Biointeratividade¹³ dentro as ações da comissão.

Os aspectos metodológicos desse estudo encontram-se no capítulo VII, intitulado *Caminhos do Objeto de Pesquisa*, que apresenta as concepções teóricas dos diversos autores sobre os procedimentos para a coleta de dados do estudo de caso. Assim, compreendemos que tais procedimentos se constituem em técnicas largamente utilizadas pelos pesquisadores no contexto contemporâneo.

No capítulo VIII encontram-se os Resultados e Discussões, para verificar quais ações da COM-VIDA contribuíram com o processo de aperfeiçoamento da EA e desenvolvimento sustentável do município de São José da Vitória. E quais os resultados das práticas de EA que a COM-VIDA desenvolveu no Colégio Estadual Treze de Junho (2013 a 2016); foi realizada uma pesquisa junto a vinte e dois alunos do fundamental II e ensino médio, por meio de questionário, e a vinte e um professores, três gestores, dois funcionários e um pai de aluno, por meio de entrevista. Por fim, a partir dos resultados da pesquisa teórica e empírica, apresentamos as considerações finais.

2. QUESTÕES AMBIENTAIS, PERSPECTIVAS E EVENTOS MUNDIAIS

Antes de a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) ser decretada e sancionada no Brasil e de ocorrer a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (RIO 92), aconteceram eventos marcantes no mundo que possibilitaram a discussão de questões ambientais. Esses eventos merecem destaque, porque despertaram a atenção da sociedade política, econômica e social para os referidos problemas. A partir desses, foram elaborados livros e cartas, os quais se encontram nos sites da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná e das Nações Unidas.

Esses livros e cartas contribuíram para o despertar da população em relação ao meio ambiente. A obra *Clube de Roma*, publicada em 1968, contribuiu diretamente para a discussão acerca do tema e foi o ano em que também ocorre uma reunião para tratar de assuntos relacionados ao uso indiscriminado dos recursos naturais em todo o mundo, além de sustentabilidade e limites do desenvolvimento.

A partir de 1972, os autores da obra *Clube de Roma* contrataram uma equipe conhecida da MIT Universidade de Massachusetts Institute of Technology, para a elaboração de um relatório intitulado “Os Limites do Crescimento”, também chamado Relatório do Clube de Roma ou Relatório Meadows. O objetivo do documento era demonstrar uma análise, através de programas de computador, sobre o uso indiscriminado dos recursos naturais.

Os autores do relatório salientaram que os recursos naturais no planeta são finitos, enfatizaram que o sistema tendia ao colapso com a continuidade do uso indiscriminado dos recursos, caso não ocorresse a modificação das atitudes dos homens. Além disso, propuseram a utilização do princípio de desenvolvimento sustentável como pauta de ações no uso dos recursos naturais pelo mundo.

A terceira contribuição surge da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo (Suécia), 1972. Tal encontro convidou os países desenvolvidos e em desenvolvimento a implementar políticas ambientais em que o desenvolvimento sustentável fosse o cerne da proposta. Os objetivos da Conferência constituem-se em: conscientizar a sociedade acerca de uma relação mais saudável entre o meio ambiente e o homem e atender às necessidades humanas, sem comprometer o uso dos recursos naturais das gerações futuras.

A Conferência estabeleceu 26 princípios e um plano de ação com 109 recomendações. Esses constituíram o primeiro conjunto de leis internacionais em defesa do meio ambiente, embora sem aplicação obrigatória. Outra importante ação, fruto da Conferência de Estocolmo,

foi o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/UNEP), em 1972, criado para ação e coordenação de questões ambientais no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo do programa era organizar lideranças e parcerias para cuidar do meio ambiente, instruir e capacitar as nações para a conquista da qualidade de vida, sem comprometer as gerações futuras.

Além desse programa, em 1977, ocorre a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi, nos Estados Unidos. Nesta, foram criadas condições com o intuito de formar nova consciência acerca da importância da natureza para o ser humano, e também reorientar a produção de conhecimento, tendo como ponto principal a interdisciplinaridade e os princípios da complexidade.

Já em 1980, surge a Carta Mundial da Natureza (World Charter for Nature), produto gerado na Assembleia Geral das Nações Unidas. Nesta, os autores chamam a atenção para o valor intrínseco das espécies e dos ecossistemas e também a relação de interdependência entre o meio ambiente e o desenvolvimento. Ainda neste ano, a Conferência de Estocolmo lança o documento nominalmente chamado de Estratégia de Conservação Mundial (*World Conservation Strategy*). Nele, os autores ressaltam a necessidade da integração dos objetivos ambientais com os relacionados ao desenvolvimento.

No ano de 1983, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pela ONU, realizou encontros em todo o mundo. O resultado foi a produção de um relatório, desse modo, as reuniões da comissão foram conduzidas em todos os países, desenvolvidos ou não, para a percepção de conceitos dos diferentes grupos sociais sobre questões de agricultura, água, energia, transferência de tecnologias e desenvolvimento sustentável.

Em 1987, é lançado, como resultado da Assembleia Geral das Nações Unidas, o relatório Brundtland, em que o enunciado da vez foi “Nosso Futuro Comum” (Our Common Future). Neste, os autores apresentam pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável ao mundo, tal conceito é atual e definido como aquele que “busca satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Esse conceito traz à tona o argumento de que o desenvolvimento econômico, político, social, cultural e ecológico não pode estar dissociado da natureza.

Anos mais tarde, “Primavera Silenciosa de Rachel Carson”, publicada em 1992. O escritor apontou no texto inúmeros efeitos negativos do uso do DDT⁵ em plantações e em

⁵ O dicloro-difenil-tricloroetano, mais conhecido como DDT, é um pesticida cujas propriedades foram descobertas em 1939 por Paul Müller. Com alta letalidade, o DDT atravessa com facilidade o exoesqueleto dos

campanhas de prevenção de doenças pelo mundo, apontando que o pesticida prejudicava os ecossistemas e conseqüentemente o homem com doenças como câncer. O autor acusava a indústria de disseminar a desinformação, sinalizava a negligência das autoridades competentes em não fiscalizar e punir os responsáveis pela propagação do agrotóxico sem respeitar o meio ambiente.

A publicação da obra contribui para alertar a sociedade, governantes e industriais acerca de discussões e fomento de mudanças inovadoras, inclusive na formulação de leis ambientais que procurassem preservar o ar, a terra e a água, além de questionar a relação entre o homem e a natureza e apontar caminhos para as possíveis mudanças nessa relação.

No ano de 1997, a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade na Tessalônica (Grécia). Apresenta um documento que chama a atenção para a necessidade de articular ações de Educação Ambiental, tomando como parâmetro os conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural, diversidade, mobilização, participação e práticas interdisciplinares. No mesmo ano, surge o Protocolo que estabeleceu para 37 países industrializados e a comunidade europeia as metas obrigatórias para redução de emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa.

Em 2005, é aprovado um conjunto de recomendações específicas à comunidade internacional nas Ilhas Maurício. O documento apresentou mudanças climáticas e a elevação do nível do mar; desastres naturais e ambientais; gestão de resíduos; recursos costeiros, marítimos, de água doce, terrestres, energéticos, turísticos e de biodiversidade; transporte e comunicação; ciência e tecnologia; globalização e liberação do comércio; produção e consumo sustentável; desenvolvimento de capacidade e educação para o desenvolvimento sustentável; saúde; cultura; gestão do conhecimento e da informação para tomada de decisão.

A partir das discussões e dos documentos produzidos nas conferências e nos livros, os termos sustentabilidade e sustentável, atualmente, estão sendo utilizadas em variadas situações. Para Carvalho (2016), as palavras chamadas de “palavras de plástico” são utilizadas a depender da manipulação para designações distintas, para o emprego nas mais diversas situações, por estarem na moda, podendo ser distorcidas até promoverem mecanismos de controle social.

insetos afetando o sistema nervoso central. Seu uso se deu para evitar a doença tifo (transmitidas por piolhos) em soldados na Segunda Guerra Mundial e após a guerra para combater os vetores da malária e febre amarela. Por seu baixo custo de produção e alta eficácia foi utilizado em excesso na agropecuária. No Brasil, combateu vetores de doenças como a malária e a leishmaniose. Fonte: Infoescola, 2016.

Além dos novos nomes atribuídos às palavras sustentabilidade e sustentável. Descrever a sequência histórica de eventos sobre o meio ambiente nos remete à seguinte reflexão, conforme Guivant (1999) apud Beck (2010, p.92),

O sincronismo entre países menos industrializados em busca de atingir as vantagens da modernização e países altamente industrializados, existem três tipos de ameaças globais: 1) Conflitos como destruição ecológica decorrente do desenvolvimento industrial (buraco na camada de ozônio, efeito estufa e riscos da engenharia genética para plantas e seres humanos); 2) Riscos relacionados com pobreza (problemas com habitação, alimentação, perda de espécies e da diversidade genética, energia, indústria e população); 3) Riscos decorrentes de NBC (nuclear, biological, chemical), armas de destruição de massas, riscos vinculados a fundamentalismos e terrorismo privado. Essas ameaças podem se complementar e acentuar entre si.

Todos os itens citados por Guivant, atualmente, são considerados temáticas urgentes, ou seja, são discussões que precisam a todo instante constar na pauta acerca do meio ambiente. E entre os espaços que podem contribuir para encontrar a solução para os problemas decorrentes da ignorância política, ambiental e social estão a pesquisa e a sala de aula.

Além desses, a constante cobrança da população aos governantes para a oferta de condições básicas à sobrevivência humana e ambiental, como aponta Carvalho (2016, p.4), “[...] as condições mais básicas para a sobrevivência são constantemente negadas à população desfavorecida economicamente: habitação, saneamento básico, serviços de saúde e segurança pública”. A oferta dessas condições de modo sustentável proporciona não apenas um equilíbrio ambiental, como também uma relação harmoniosa entre o homem, a natureza e a produção da dignidade humana.

2.1. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92: retomada das discussões sobre o meio ambiente

A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos. (Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento).

A epígrafe que abre essa seção nos remete aos dias 03 a 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, onde foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio

Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92. Segundo a ONU essa conferência foi considerada a maior reunião de chefes de Estado da história, pois participaram 179 países. O tema em discussão foi o desenvolvimento sustentável e como reverter o processo de degradação ambiental da época. O principal compromisso assumido pela Rio 92 foi a Agenda 21. Esta foi considerada na época como uma tentativa ousada e abrangente, uma vez que os objetivos foram: realizar e promover em todos os países do mundo um novo padrão de desenvolvimento, que necessita estar em harmonia entre métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Ainda segundo a ONU, estima-se que cerca de vinte mil pessoas, pertencentes a mais de nove mil organizações não-governamentais, estiveram presentes na conferência e participaram dos dois eventos principais – a reunião dos chefes de Estado, a chamada Cúpula da Terra, e o Fórum Global, realizado pela sociedade em geral. Na conferência, os países participantes reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e houve o início de planejamento de ações que tiveram como objetivos proteger o meio ambiente; discutir padrão de desenvolvimento, riqueza com uso dos recursos naturais sem sustentabilidade e os efeitos graves e irreversíveis em poucos anos no meio ambiente com extinção de recursos.

Na Rio 92, chegou-se à conclusão de que são necessárias políticas acerca do desenvolvimento, que evitem a degradação total do meio ambiente e agreguem os componentes econômicos, ambientais e sociais para garantir a sustentabilidade.

O ambiente político internacional da época favoreceu a aceitação de que são diferentes as responsabilidades dos países pela preservação do meio ambiente e pela construção de um convívio equilibrado com o planeta. Ficou acordado que os países em desenvolvimento deveriam receber apoio financeiro e tecnológico para alcançarem outro modelo de desenvolvimento que seja sustentável, inclusive, com a redução dos padrões de consumo (principalmente de combustíveis fósseis). Assim:

A sociedade de crescimento causa um aumento das desigualdades e das injustiças, cria um bem-estar muito ilusório, não proporciona nem mesmo para os “abastados” uma sociedade convivial e sim uma antisociedade doente por causa de sua riqueza (LATOUCHE, 2006).

Os acordos romperam com os princípios capitalistas instituídos naquele período, os quais proporcionam o crescimento da desigualdade social e das injustiças. Segundo o MMA, Ministério do Meio Ambiente (2012), além da ruptura desses princípios, a conferência produz uma série de convenções, acordos e protocolos que se firmaram durante o evento. São eles: a

Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (possui 27 princípios para guiar os países nas suas políticas de desenvolvimento sustentável); Convenção sobre Diversidade Biológica (seus objetivos são a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a divisão equitativa e justa dos benefícios gerados com a utilização de recursos genéticos) e, por fim, a Convenção Quadro sobre Alterações Climáticas (com o objetivo de estabilizar a concentração de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera, para evitar interferências no sistema climático).

Além desses acordos, também ficou estabelecido que os países com maiores emissões de gases deveriam ter o maior índice de redução. A partir dessa discussão, surge o Protocolo de Kyoto, documento que ficou mais conhecido do que a própria Convenção do Clima e também a Declaração de Princípios sobre Florestas.

A mencionada Convenção e a Declaração tiveram em seus objetivos: contribuir para a gestão, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas; prover múltiplas funções e usos, levando em conta que as partes mantenham avaliações para garantir usos adequados das florestas, formando assim uma cooperação internacional de usos sustentáveis.

Já a Convenção sobre Combate à Desertificação (fruto da solicitação na Rio 92 para a Assembleia Geral da ONU), entrou em vigor em dezembro de 1996. O objetivo principal desta é lidar com desafios de superação da pobreza nas regiões áridas e semiáridas e também estabelecer medidas de controle da desertificação.

Um aspecto de destaque da Rio 92 esteve no despertar da sociedade organizada e dos governantes para os problemas produzidos a partir da degradação ambiental. No Brasil, percebemos essa preocupação na voz do Senado Federal (2012): “A Rio 92 apresenta propostas, para que o progresso se dê em harmonia com a natureza, garantindo a qualidade de vida tanto para a geração atual, quanto para as futuras gerações no planeta”.

Logo após a Rio 92, surgiram outras convenções, no entanto, na próxima seção discutiremos acerca da Rio+20, outra Conferência que trouxe à tona os impactos ambientais, provocados pela ignorância humana e a ausência de propostas efetivas para a formação de um desenvolvimento sustentável dos países.

2.2. Agenda 21: perspectivas e implantação

No ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, as organizações do sistema das Nações Unidas (ONU), governos e instituições da sociedade civil de 179 países reuniram-se na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Na

Rio 92, formularam o plano de ação a ser adotado em escala global, nacional e local sobre impactos da ação humana no meio ambiente, a Agenda 21.

A Agenda 21 é definida pelo MMA como um instrumento para planejar a construção das comunidades, das sociedades sustentáveis, conciliando métodos e práticas de proteção ambiental com justiça social e eficiência econômica. A Agenda nasce das reflexões acerca de sociedades sustentáveis, de um consenso mundial e compromisso político. Esta estabelece um diálogo permanente e construtivo, inspirado na necessidade de atingir uma economia em nível mundial, mais eficiente e equitativa.

Ademais, constitui a mais abrangente tentativa já realizada de orientação para um novo padrão de desenvolvimento no século 21, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações propostas. A Agenda 21 segue o princípio de “Pensar globalmente, agir localmente”, onde a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento e a necessidade imperativa para o desenvolvimento sustentável foi vista e reconhecida em todo o mundo (MMA, 2002).

A Agenda 21 constitui-se, também, como um processo político participativo, formulado pela sociedade que se propõe a planejar e implementar políticas que possibilitem atingir desenvolvimento com sustentabilidade. Além de proporcionar o compartilhamento e a divulgação das soluções dos problemas e os sucessos obtidos com toda a sociedade, que analisa e define prioridades em suas próprias políticas, sem perder de vista o tripé da sustentabilidade: ambiental, econômico e social.

Os governantes possuem a responsabilidade de facilitar a implementação do processo da Agenda, envolvendo a sociedade. O princípio norteador constitui uma ação para afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, tendo em vista atividades que protejam, renovem os recursos ambientais e estimulem a propagação da relação de dependência entre o crescimento e o desenvolvimento. De acordo com Senado (2012), “as áreas de ação incluem: proteger a atmosfera; combater o desmatamento, a perda de solo e a desertificação; prevenir a poluição da água e do ar; deter a destruição das populações de peixes e promover uma gestão segura dos resíduos tóxicos”.

No texto da Agenda 21 encontra-se a realização da parceria entre sociedade e governos, para planejar e implementar ações de sustentabilidade. Tanto a população quanto os governantes são motivados a formular políticas de consolidação, responsabilidade social e fortalecimento da engrenagem de ações de forma participativa e democrática, tendo como eixos norteadores a conquista da sustentabilidade e o rompimento do capitalismo selvagem.

Conforme o MMA (2002), unir agenda ambiental à agenda social quer dizer que é

necessário estabelecer relação direta entre os fatores sociais e ambientais, enfrentando a degradação do meio ambiente junto à pobreza mundial. Essas são metas a serem alcançadas pela Agenda 21 e todos os segmentos da sociedade, sem perder de vista o desenvolvimento sustentável, tornando-a um processo social em busca de melhorar o presente e preparar a sociedade para desafios futuros.

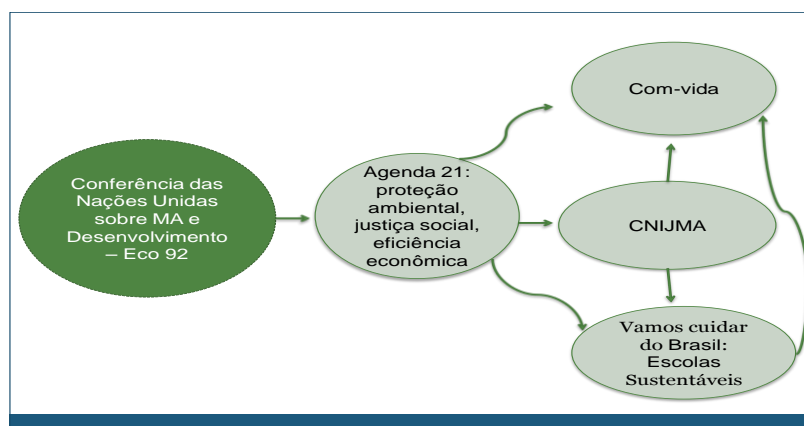
A partir da relação entre os fatores ambientais e sociais, Agenda 21 traz à tona questões que afetam todos os países do globo, a saber: a pobreza e a dívida dos países em desenvolvimento. No texto, percebemos discussões acerca de padrões insustentáveis de produção e consumo, pressões demográficas e a estrutura da economia internacional.

Para esses padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente, os autores da Agenda 21 recomendaram meios de fortalecer o papel desempenhado pelos grandes grupos, a exemplo de mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e ONGs.

Essas recomendações apontam dois caminhos para a prática da Agenda 21: o primeiro é a constituição efetiva das políticas de proteção ambiental, sobretudo, as de sustentabilidade; o segundo, a influência da área social na produção da degradação ambiental. A sinalização mais significativa atribuída a este aspecto é o Desenvolvimento do Milênio com ênfase na erradicação da pobreza e da fome, adotados por 199 países na 55ª Assembleia da ONU, de setembro de 2000.

A Agenda 21 se origina da Eco 92 e a partir de sua ideia central de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, surgem a Conferência Infantojuvenil e o programa Escolas Sustentáveis: COM-VIDA.

Figura 1 – Origem da Agenda 21 e sua extensão no Brasil.



Fonte: a autora, 2015.

De acordo com o MMA, a Agenda 21 constitui-se de quatro seções:

I - Dimensões sociais e econômicas, onde problemas ambientais e as soluções encontradas para os mesmos estão relacionados com os da pobreza, saúde, comércio, dívida, consumo e população;

II - Conservação e gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento, dentre eles, energia, terra, mares e lixo. Estes necessitam ser administrados para assegurar o uso sustentável, sem comprometer o desenvolvimento;

III - Fortalecer o papel dos principais grupos sociais em seu exercício, em suas atividades rumo ao desenvolvimento da sustentabilidade;

IV - Meios de implementação com financiamento das ações e papel do ofício governamental e não governamental.

Essas seções completam 40 capítulos, que compõem a Agenda 21. Cada um apresenta e discute um tópico, no entanto, todos os temas percorridos no texto têm como ponto central a sustentabilidade e a erradicação da pobreza. Assim, a Agenda 21 traduz-se em ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e cada país deve aplicar os compromissos acordados no texto. Entretanto, os processos de planejamento e gestão para o desenvolvimento do país, acordados na Agenda, não estão sendo aplicados.

Embora a legitimidade do texto configura-se por conta da participação de um número significativo de países, a prática dos acordos estabelecidos está longe de inúmeras realidades políticas. No Brasil, por exemplo, a Agenda 21 surge entre os anos 1996 e 2002, para uma ampla consulta à população brasileira. Mais de 40 mil pessoas foram consultadas em todo o Brasil, seguindo as diretrizes da agenda 21 global. Para que os brasileiros conhecessem o documento, foi veiculado, em escola, na mídia impressa e televisiva, o propósito principal da Agenda 21: o desenvolvimento sustentável associado à conservação ambiental, justiça social e crescimento econômico. Consequência dessa consulta popular, no ano seguinte, 2003, entra em vigor o Programa do Plano Plurianual, o PPA de 2004 a 2007. Conforme MMA (2002), o programa atinge de modo mais amplo, significativo e em importância, porque assume características de política pública. Neste os autores estabeleceram princípios e estratégias, utilizados como guia para a estruturação da Conferência Nacional de Meio Ambiente, Conferência das cidades e Conferência da Saúde.

Além disso, o programa construído no Brasil, tomando como parâmetro a Agenda 21, constitui-se de ações prioritárias, as quais proporcionam a inserção social, sustentabilidade urbana e rural, preservação de recursos naturais e minerais e a ética política. Essas ações prioritárias têm um ponto importante que é o planejamento, a programação do que é

produzido e consumido de forma sustentável, evitando desperdício e esbanjamento de recursos.

Segundo o MMA (2002), após a fase de elaboração, os principais desafios do programa são torná-lo conhecido e compreendido. Para tal, a Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável, a CPDS, e a sociedade realizam e produzem material didático, cursos, seminários, entre outros, buscando alcançar a participação de todos e proporcionar a ampla divulgação do texto, para que todos possam intervir e implementar ações que possibilitem o desenvolvimento sustentável no país.

Além disso, a Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável coordena a Agenda 21 e tem a participação dos ministérios do Meio Ambiente, da Educação, da Saúde, das Cidades, da Cultura, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Integração Nacional, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério de Minas e Energia; Fórum Brasileiro das ONGs para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Confea/CREA, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e prefeituras brasileiras.

Embora as ações decorrentes da propagação da Agenda 21 no Brasil alcancem todos os níveis e alcancem mais de 544 municípios do Brasil, incluindo São José da Vitória/BA, a implementação das políticas acordadas no texto não foram amplamente incorporados nas instituições escolares e na sociedade civil até os atuais dias. Ainda falta uma mobilização de todos os envolvidos na implementação da Agenda 21 nos municípios.

Não adianta os ministérios, os governos e a sociedade acatarem o texto e municípios não aplicarem os princípios e as estratégias planejadas pela equipe de especialistas para a conservação, preservação, erradicação da pobreza e a associação entre sustentabilidade e desenvolvimento econômico.

Atualmente, o desafio do Colégio Estadual Treze de Junho e município de São José, bem como de todas as instituições de ensino, municípios, estados e Governo Federal, é implementar de modo efetivo e em sua totalidade a Agenda 21. Acreditamos que assim possamos alcançar o equilíbrio entre a natureza e as necessidades do ser humano.

2.3. Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20: novas discussões

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, após vinte anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. O MMA (2012), dá todas

as informações a seguir sobre a Rio+20. Os objetivos da Rio+20 foram: a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável e a estrutura institucional para tal, verificação se houve avanços em relação às cúpulas anteriores; e que é necessário para que países sejam de fato sustentáveis e erradicação da pobreza.

Os organizadores dividiram a Conferência em três momentos marcantes: a III Reunião do Comitê Preparatório. Nesta reuniram-se representantes governamentais para negociações dos documentos adotados na Conferência. Num segundo momento, os debatedores concentram-se nos diálogos para o Desenvolvimento Sustentável. E por fim, no terceiro momento a discussão girou em torno do Segmento de Alto Nível. Todos os momentos foram marcados com a presença dos chefes de estado e de governos dos países-membros das Nações Unidas.

O esforço para a realização da Rio+20 valeu a pena. As discussões acerca do aquecimento global e o revisitar ao Protocolo de Kyoto, isto é, reforçar a necessidade de os países reduzirem as emissões de gases causadores do efeito estufa no meio ambiente foram pontos-chaves da Conferência.

Outros lembretes aos países merecem destaques: a importância da preservação dos recursos naturais, principalmente da água, e contra a poluição dos rios; as opções de locomoção, como bicicletas e veículos elétricos, para substituírem os automóveis movidos por combustíveis fósseis. Dois benefícios são frutos dessa atitude: o trânsito das cidades e a diminuição da poluição.

Vale registrar, ainda, debates acerca do potencial econômico do ecoturismo, sobretudo o uso de mecanismos para atrair viajantes, os quais possam conferir as reservas naturais e manifestações culturais dos locais visitados. Também a formulação de estratégias e políticas que fomentem e discutam a importância da reciclagem, uma vez que esta minimiza efeitos, ao reaproveitar materiais beneficiados como matéria-prima para novos produtos.

Os conferencistas também ressaltaram o desperdício crescente de alimentos, água e energia, ampliando o descompasso com o crescimento populacional. E por fim, a discussão sobre a oferta de recursos naturais e a Agenda 21 como o documento que propõe práticas e técnicas de desenvolvimento sustentável para nações, estados e cidades (MMA, 2012).

Essas discussões contribuíram para alertar a sociedade organizada, bem como a não organizada acerca dos impactos ambientais provocados pelo homem. Além disso, para chamar a atenção dos governantes da necessidade de implantar políticas ambientais mais efetivas que possam combater os desmandos ambientais. E uma das políticas adotadas, acredita-se que a mais importante, foi a implantação da Educação Ambiental.

3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEPÇÕES E AS POLÍTICAS DE IMPLANTAÇÃO

3.1. Cultura e meio ambiente

Cultura vem do verbo latino *colere*, que significa cultivar e relaciona-se a atividades agrícolas. Os romanos antigos utilizaram o termo para referir-se ao “refinamento pessoal”, inclusive a expressão “cultura da alma” advém dessa depuração. Nesse viés de entendimento, ainda hoje em muitas situações se recorre ao termo para dizer que dada pessoa tem uma educação bem elaborada (CHAUÍ, 2002).

Nesse sentido, pode-se abordar a questão da cultura de dois modos, o primeiro trata dos aspectos sociais, refere-se às características da existência social de uma nação, um povo ou grupos sociais. Já o segundo modo de cultura refere-se ao conhecimento, ideias, crenças e como esses aspectos existem socialmente, posto que para falar em conhecimento, faz-se necessário conhecer a sociedade da qual se trata. Desse modo, ressalta e valoriza o conhecimento e suas dimensões, destacando apenas um domínio da vida social (SANTOS, 1999).

Santos (1999) adverte que ambas as concepções levam, na maioria das vezes, a se entender a cultura como uma realidade fixa, estagnada, sem movimento, mas elas são dinâmicas. Sendo assim, estudá-las equivale a compreender as transformações pelas quais os processos culturais passaram ao longo das mudanças sociais, destacando para essa pesquisa a cultura popular e a de massa. Para tanto, buscamos respaldo no pensamento do Papa Pio XII, apresentado por Fedeli (1994), quando faz uma distinção entre povo e massa: o povo seria formado por aqueles indivíduos que se movimentam alicerçados em princípios, ou seja, agem cōncios de determinadas ideias que resultam em posicionamentos definidos. Contrariamente, a massa:

Não passa de um amálgama de indivíduos que não se movem, mas são movidos por paixões. A massa é sempre, e necessariamente, *passiva*. Ela não age racionalmente e por sua conta, mas se alimenta de entusiasmos e ideias não estáveis. É sempre escrava das influências instáveis da maioria, das modas e dos caprichos que passam. (Pio XII apud Fedeli, 1994, p.15).

De acordo com esse entendimento, tais indivíduos concordam com a maioria, assim, amolda-se ao coletivo. Antes do advento da cultura de massa, havia diversas configurações culturais. Mas, com o nascimento do século XX e, com ele, dos novos meios de comunicação,

estas modalidades culturais ficaram completamente submergidas sob o domínio da cultura de massa. Veículos como o cinema, o rádio e a televisão ganharam notório destaque e se dedicaram em grande parte a homogeneizar os padrões da cultura. Nesse contexto, os meios de comunicação partícipes do que Theodor Adorno considera como Indústria Cultural impõem de modo semelhante, para as mais diversas regiões, uma “pseudocultura” de massa, posto que a massa renuncia ao pensar e ao agir, logo nada produz, tão somente endossa e reproduz o estabelecido pela maioria (ADORNO, 1978).

Compreender as relações entre cultura e meio ambiente, é fundamental para pensar a Educação Ambiental de forma crítica e emancipadora. Loureiro (2012) afirma que é fundamental a Educação Ambiental ser compreendida como instrumento de transformação social para atingir a mudança ambiental.

É destacado também por Loureiro (2012) que:

A reflexão a respeito do problema ambiental, sem estar articulada com a contextualização cultural, social, histórica, política, ideológica e econômica, resulta na reprodução de uma visão de mundo dualista, que dissocia as dimensões social e natural.

A cultura pode influenciar positiva e negativamente no meio ambiente, trazendo problemas às vezes difíceis de serem resolvidos e/ou revertidos. Heine (2013) nos dá um exemplo: os Estados Unidos possuem um padrão de consumo superior ao da população mundial e o resto do mundo busca viver da mesma forma, consumindo exageradamente. Esse padrão de consumo traz sérios problemas ambientais ao planeta, como a produção de resíduos. A permanência nesse padrão irá manter as injustiças e desigualdades sociais, bem como a exploração indevida dos recursos ambientais.

De acordo com Boff (2003), a lógica capitalista estipula que devemos consumir mais e mais, sendo que o consumo gera consumo e a consequência negativa imediata torna-se evidentes em dois aspectos: ecológico, pois causa a depredação da natureza, e social, aumentando e gestando as desigualdades.

Já para Gino Giacomini (2008), há grandes empecilhos para encontrar os fatores que determinam o consumo, visto que o consumismo ocorre em função de demandas culturais individuais, ambientais e coletivas. Assim sendo, não é fácil afirmar quando o consumo foi além de nossas necessidades, no entanto, parcialmente, é possível externar quando um quadro consumista causou danos ambientais. Nesse sentido, o consumo é um reflexo de nossa cultura e da necessidade de atuar na construção de um pensamento crítico no que se refere a consumo e meio ambiente.

Loureiro (2004), ao citar o filósofo Theodor Adorno, lembra que só pode existir democracia substantiva em sociedades formadas por sujeitos emancipados. Nesse contexto, não é possível existir um estado democrático de direito, se os cidadãos não possuem condições materiais e racionais para realizarem suas escolhas, assim, torna-se forçoso que tais sujeitos sejam livres. Mas o que podemos compreender por emancipar?

Certamente não é estabelecer um caminho único e nem transformar uma população em rebanho. É a possibilidade do caminhante fazer seu caminho, ao caminhar. Afirma o autor citado que é a possibilidade de construirmos os caminhos que julgamos mais adequados à vida social e planetária, diante da compreensão que temos destes em cada cultura e forma de organização societária, produzindo patamares diferenciados de existência (LOUREIRO apud HEINE, 2013).

Ainda de acordo com Loureiro (2011), pode-se constatar que a Educação Ambiental deve ser compreendida como um processo amplo que se vincula às esferas sociais, culturais, históricas, políticas e econômicas, no entanto, devemos ter a consciência de que ela sozinha não pode transformar o mundo. Assim, faz-se necessário compreender que vivemos em um planeta fisicamente limitado, mesmo porque, a era da tecnologia nos fez acreditar que poderíamos explorar o planeta de forma indefinida e que os recursos naturais nunca se esgotariam, contudo, os debates ambientais de 1960 nos provaram que estávamos enganados e o planeta passa a ser visto como limitado.

Portanto, existe uma conexão direta entre a questão ambiental e as relações capitalistas, visto que, dentro da perspectiva crítica, as relações de produção condicionam as relações entre sociedade e meio ambiente. Nesse sentido, as causas dos problemas socioambientais são reflexos dos modos de apropriação e uso dos recursos naturais. Por isso, para compreender a crise ambiental, faz-se necessário analisar a cultura de consumo da sociedade capitalista. Após mais de dez anos da promulgação da Lei nº 9795/99, ainda não existem resultados efetivos, e se pode afirmar que pouco caminhamos no sentido de estabelecer uma Política Nacional de Educação Ambiental (HEINE, 2013).

Se os meios de comunicação influenciam na cultura de um povo, pode-se usar tais meios a favor de disseminar novas práticas de Educação Ambiental, expor a importância da sustentabilidade, orientar sobre a importância da conservação e preservação do meio ambiente. A COM-VIDA, no Colégio Estadual Treze de Junho, tem o objetivo da criação e manutenção do espaço democrático e participativo, para união dos membros da escola e utilização de meio de comunicação pela internet para incentivar, impulsionar e divulgar

iniciativas voltadas para a sustentabilidade socioambiental, melhoria da qualidade de vida na escola e comunidade e dialogar sobre temas socioambientais da atualidade.

3.2. Educação Ambiental: a construção

Inúmeras concepções cercam os termos nominalmente chamados de Educação Ambiental (EA). Dentre elas, é uma prática educativa e social com objetivo de construir valores, conceitos, habilidades e atitudes. Prática que oportuniza a educandos, sociedade civil organizada e não organizada, bem como governantes, a percepção da realidade de vida e a atuação lúcida, consciente e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente (LOUREIRO, 2011).

A resolução nº 11, do Conselho Estadual de Educação, de 17 de janeiro de 2017, em seu Art. 1º, §2º, entende que Educação Ambiental é o conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para a sensibilização, reflexão, construção e promoção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando a uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra.

E Reigota (1994) completa sobre EA, declarando que:

Educação Ambiental faz menção às relações dinâmicas que estão em constante interação entre aspectos sociais e naturais, está inserida em aspectos que educam o cidadão, dessa forma, é possível percebê-la nos diversos espaços sociais, culturais, políticos e educacionais, dando, cada um, ênfase às suas especificidades.

Ações vinculadas a EA contribuem para a tentativa de implementar um modelo civilizacional e societário, respaldado por novos princípios morais da relação sociedade e natureza. E para modificar a crise estrutural e conjuntural atual, a Educação Ambiental se constitui como um componente estratégico para formação de consciência crítica das relações sociais e produção que situa o homem na natureza (LOUREIRO, 2011).

Além dessa ideia sinalizada por Loureiro (2011) sobre Educação Ambiental, Heine (2013, p. 97) reforça dizendo que a Educação Ambiental que se deseja é aquela capaz de transformar; é a que nos permite ter consciência das atividades que realizamos, das relações que estabelecemos, e de nós mesmos, como atores de nossas ações. Uma educação transformadora, que permite que nos reconheçamos como sujeitos éticos, que respeitam o outro e sua alteridade.

Conclui-se, pois, segundo a PNEA (1999), que os princípios que norteiam a Educação Ambiental são: interação harmoniosa entre sociedade e natureza; a prática da responsabilidade

ambiental da sociedade organizada e não organizada, bem como a efetivação do respeito, da solidariedade, de políticas públicas, da educação e das ações que dialoguem o meio ambiente com as necessidades humanas.

Adicionando à concepção de Educação Ambiental, pela Conferência de Tbilisi em 1977:

A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida (MEC, 2007).

Antes de continuar com a explanação sobre EA, é importante destacar como meio ambiente e EA iniciaram suas discussões no Brasil. Loureiro (2004) traz os detalhes. Em 1972, em Estocolmo, na Suécia, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que colocou o meio ambiente no foco das preocupações de países desenvolvidos e em desenvolvimento, tendo como tema principal o desenvolvimento sustentável.

O objetivo da conferência, segundo o autor, foi conscientizar a sociedade a melhorar a relação com o meio ambiente, atender às necessidades sem comprometer o uso dos recursos naturais das gerações futuras. Apesar de ser discutido, na referida conferência, que o planeta passava por devastação, a mesma foi marcada pela polêmica de haver representantes dos países não industrializados defendendo o desenvolvimento a qualquer custo.

A conferência deixou um legado e mesmo com interesses dentro do governo em privilegiar o desenvolvimento em detrimento do meio ambiente, Loureiro afirma que em 1973 a Educação Ambiental teve seu marco inicial no Brasil com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). Esta contribuiu para a constituição do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), que objetivava, em 1981, a formação de consciência pública de preservação ambiental.

Em 1989, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi criado e depois de alguns anos passando por mudanças estruturais, iniciou processos de Núcleos de Educação Ambiental; junto ao Ministério da Educação (MEC), criaram o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA); em 1994, surgiu o programa nacional para a Educação Ambiental, onde, pela primeira vez, esferas federais

assumiram a estruturação do programa para o exercício da cidadania, busca pela igualdade social para evitar problemas ambientais (LOUREIRO, 2004).

Em 1995, o IBAMA propôs a relação entre a questão ambiental e a educação popular, onde a sociedade participaria de políticas ambientais. Surge então, em 1999, a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei no 9.795/99), que entendeu, em seu Art. 1º, Educação Ambiental como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Diz Loureiro (2004) que muitos anos depois da PNEA, os princípios e os objetivos da Educação Ambiental foram definidos, estabelecidos e se regulamentou e formalizou a sua inclusão em todos os níveis de ensino, permeando todas as disciplinas e em todos os setores da sociedade. Após anos de sancionada a PNEA, enquanto lei ainda busca atingir de forma real e concreta as escolas do país.

Conforme Loureiro (2004), desde 2003, até o momento, a EA vem conquistando espaço, ganhando adeptos, praticantes, defensores e na educação básica ganha espaço na realização e estruturação dos projetos escolares.

Machado (2008) expôs a seguinte realidade:

As dificuldades das escolas são referentes à falta de tempo e espaço adequado para reuniões de planejamento, estudo e pesquisa, recursos materiais escassos e até inexistentes, currículos programados de modo rígido e fechado, organizados por uma estrutura fortemente disciplinar. Observamos que a Educação Ambiental vem sendo trabalhada nas escolas através dos conteúdos programados das disciplinas consideradas “ambientais”, como Ciências e Geografia, com o desenvolvimento de projetos e/ou em atividades extracurriculares e pontuais. Pôde-se constatar que a Educação Ambiental vem sendo incorporada pelas escolas de maneira fragmentada, superficial, isolada e descontínua, portanto, contribuindo pouco para uma educação escolar que almeje ser crítica, transformadora e emancipatória.

Machado sinalizou a necessidade da instituição de ensino adotar e abordar conceitos referentes ao meio ambiente, sob a perspectiva da interdisciplinaridade. Essa concepção também é apontada nos documentos oficiais. Assim, o trabalho com a Educação Ambiental deve percorrer a perspectiva global e permear todas as disciplinas do currículo, sem marginalizar os aspectos sociais, espaciais e a promoção de uma percepção educacional do educando brasileiro sob a ótica planetária.

A educação é um dos mecanismos em que podemos atingir vários setores sociais, dentre eles, pais, comunidade, discentes, docentes e gestores. E uma das maneiras é a partir da

aplicação de projetos e a execução de atividades que possibilitem o desenvolvimento da consciência crítica e reflexiva.

É no meio que construímos valores e demarcamos os lugares da coletividade. Além disso, na sociedade, iniciamos a história de um povo e de uma nação. Nesta também precisamos lutar pela implantação da sustentabilidade e pelo fomento dos valores sociais vinculados ao meio ambiente.

Para ampliar nas instituições de ensino a instalação de projetos acerca da Educação Ambiental, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece a criação de processos de integração da sociedade com a escola e busca garantir a participação da comunidade na gestão das escolas, a partir de comissões escolares ou órgãos equivalentes. Segundo a LDB, artigo 32:

O ensino fundamental visará à formação do cidadão mediante: “(...) II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”. Quanto ao ensino médio, não há nada mais específico; todavia, no artigo 35, afirma-se que este terá por finalidade: “(...) III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual do pensamento crítico”, algo que se aproxima do tipo de perspectiva pedagógica contida na educação ambiental.

A LDB formaliza o pedido para a instituição escolar trabalhar os conceitos de Educação Ambiental através de práticas educativas interdisciplinares e transversais que contribuam para a formação de cidadãos críticos e reflexivos, bem como na mobilização de ações que desenvolvam no seio social o pensamento sustentável e socioambiental. Ainda ressalta que é necessário construir mecanismos que possibilitem a formação de cidadão ético, portador de pensamento crítico e capaz de transformar realidade.

Além da LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) apresentam em seu texto a seguinte assertiva:

O ambiente é enfatizado em suas múltiplas determinações como as ecológicas, econômicas e culturais, se faz a defesa de práticas educativas interdisciplinares e transversais como caminho para a contextualização, o desenvolvimento do senso crítico e a ação transformadora na realidade socioambiental.

A LDB, os PCNS e a PNEA contribuíram fortemente para uma relação simétrica entre os ministérios do Meio Ambiente e da Educação. A estruturação dos conceitos de Educação Ambiental e a constituição das diretrizes sob a ótica do desenvolvimento sustentável,

transversalidade, o fortalecimento do SISNAMA e, sobretudo, o controle e a participação social são consequências dessa parceria (LOUREIRO, 2004).

Ainda sobre Loureiro (2004), desde 2003, até o momento, a EA vem conquistando espaço, ganhando adeptos, praticantes, defensores e na educação básica ganha espaço na realização e estruturação dos projetos escolares.

É necessário que a escola, a comunidade, sociedade civil organizada e não organizada acreditem que Educação Ambiental necessita de adeptos para sua implantação e execução no que propõe a PNEA, a LDB e PCNs. A implementação da EA na instituição de ensino também contribui para a consolidação da democracia, sobretudo, na resolução dos problemas ambientais e na conquista da qualidade de vida. Certamente, isto só é possível através da prática docente, da valorização da ética e do diálogo entre as gerações e as culturas local e global. Conforme Loureiro (2006, p.23):

Educação ambiental integra propostas educativas oriundas de concepções teóricas e matrizes ideológicas distintas, sendo reconhecida no Brasil como de inegável relevância para a construção de uma perspectiva ambientalista de mundo e de sociedade.

Segundo Heine (2013), o planeta se encontra num quadro de crise e a Educação Ambiental deve atuar como elemento de transformação e de modificação dos hábitos adquiridos ao longo da segunda metade do século passado. A autora diz, também, que é necessário se pensar em soluções para problemas ambientais, já que o homem acelerou a utilização dos recursos naturais do planeta na segunda metade do século XX.

Por essa razão, necessitamos alimentar e lutar por uma EA que abarque todas as especificidades da proposta. Isto inclui as questões de ordem teórica, ideológica e cultural, que precisam alcançar todos os níveis, principalmente, o federal. Na esfera estadual, especificamente Bahia, os documentos produzidos pela Secretaria de Educação fundamentaram ações de Educação Ambiental nas escolas. Nominalmente chamado de Plano Estadual de Educação da Bahia – PEE (Lei n.º 10.330, de 15 de setembro de 2006), tem como objetivo assegurar a inserção, de forma transversal, interdisciplinar e continuada, dos aspectos da vida cidadã no projeto político-pedagógico, especialmente a temática meio ambiente.

Porém, há escolas da Rede Estadual de Educação da Bahia que desconhecem os programas de Educação Ambiental, principalmente escolas no interior do estado, incluindo o Colégio Estadual Treze de Junho em São José da Vitória/BA, lócus dessa pesquisa.

É preciso a compreensão de que a EA não se trata apenas de leis e projetos, mas de atitudes e ações que transformem a realidade local para, assim, alcançar a global. As instituições de ensino da Bahia precisam tomar conhecimento dos programas de EA que existem e adotar a proposta de modo efetivo, verdadeiro e significativo.

Percebe-se que Educação Ambiental possui um desafio: sair da inocência e do conservadorismo, para propor alternativas sociais, considerando a complexidade das relações humanas e ambientais (REIGOTA, 2010). O autor ainda afirma ser simples perceber que a EA nos estados, municípios e unidades escolares não vem acompanhada de comprometimento e dinâmica de relações, nem interação constante entre sociedade e natureza, como de fato deve ser contemplada.

Assim, as questões ambientais podem ser apresentadas aos alunos de maneira confusa, tendo-os como ouvintes e não praticantes, quando deveriam ser estimulados através de atividades e projetos a exercer essa consciência a partir de sua realidade na comunidade, mostrando que é preciso preservar a natureza se relacionando com as políticas de impactos capazes de lhes fazer compreender que é preciso preservar e utilizar de forma consciente os recursos naturais ainda disponíveis no planeta, diz Reigota (2010).

Pesquisas concluídas expressam o sucesso da implementação de projetos de Educação Ambiental em escolas e municípios pelo Brasil afora, mas outras inúmeras pesquisas relatam o tratamento equivocado da Educação Ambiental em projetos nas escolas e, conseqüentemente, nos municípios.

Medeiros, Ribeiro e Ferreira (2011) expressam, em pesquisa sobre meio ambiente e Educação Ambiental nas escolas públicas, as dificuldades encontradas sobre o tema pelos docentes. Os pesquisadores perceberam no estudo que não é ofertada aos professores a capacitação com conhecimento sobre o tema e este não é incluído em livros didáticos. As dificuldades em se trabalhar Educação Ambiental na escola começam na carência de material didático e o governo não inclui no livro didático, junto aos conteúdos disciplinares, assuntos relacionados a questões ambientais e socioambientais.

Os já referidos autores chegaram à conclusão de que o docente, quando deseja orientar seu aluno sobre sustentabilidade, preservação, conservação, biodiversidade, entre outros assuntos, necessita criar metodologia própria, com uso de materiais comprados com recursos próprios, porque a escola pública, às vezes, não disponibiliza, tornando distante do aluno uma maior compreensão sobre problemáticas socioambientais.

Assim, observa-se, na maioria dos casos, que a escola de forma mais cômoda, isolada e fragmentada, transmite aos educandos um conhecimento pronto sobre o meio ambiente e

suas questões, através de projetos acabados, extracurriculares, sem continuidade, descontextualizados, fragmentados e desarticulados, não havendo de fato o desenvolvimento de uma prática educativa que integre disciplinas, práticas de educação ambiental, envolvendo a comunidade local (MEDEIROS, RIBEIRO, FERREIRA, 2011).

Medeiros, Ribeiro e Ferreira (2011) ainda expõem que nas escolas públicas a situação é mais precária e agravante, pois estão sucateadas, não oferecem condições adequadas para o desenvolvimento de uma educação eficaz e de boa qualidade. E concluíram que é preciso haver interdisciplinaridade do currículo escolar e a relação da escola com a comunidade, para realização de Educação Ambiental voltada à mudança do comportamento humano, tendo a escola como agente transformador da cultura e, principalmente, da conscientização das pessoas para o problema ambiental, a partir de sua própria realidade.

É necessário, ainda, o desenvolvimento de meios para a conscientização, sensibilização e motivação dos educadores para trabalharem temas e atividades de EA com incentivo ao debate e à reflexão, tendo em vista a construção de consciência crítica.

Guimarães (2004) reforça sinalizando em suas pesquisas que a discussão sobre EA ganha uma dimensão mais ampla e possivelmente pode abarcar as práticas sociais, quando é ministrada de modo interdisciplinar entre todos os integrantes da educação formal e não formal. Diz também que quando o docente identifica e explora, em sua área de conhecimento, os conteúdos que expressam a existência do saber ambiental, a partir daí têm-se efetivamente a transversalidade da Educação Ambiental, o exercício e a possibilidade da construção de novos saberes com olhares diversificados.

Diante disto, Jacobi (2003) diz que a extensão ambiental se configura como uma questão que envolve os membros do meio educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade, numa perspectiva interdisciplinar. É certo que a responsabilidade de projetar a discussão da Educação Ambiental até a sociedade não é só da educação, mas essa possibilidade da relação interdependente aumenta as chances da participação política do cidadão em questões que envolvam EA no contexto onde ele é inserido.

3.3. Educação Ambiental Crítica

A unificação entre educação e questões socioambientais pode proporcionar diferentes posicionamentos pedagógicos, proporcionando diferentes educações ambientais, denominadas: correntes naturalista, reducionista, resolutiva, sistêmica, humanista, moral/ética,

holística, conservadora, feminista, etnográfica, ecoeducação e sustentabilidade (SAUVÉ, 2010 apud FREITAS, 2015).

A educação é um direito em si mesmo e uma forma indispensável para garantir outros direitos. Nesse contexto, a educação é direcionada ao desenvolvimento humano e às potencialidades, valorizando e respeitando grupos excluídos. Tal concepção de educação efetiva a cidadania, para a construção plena de conhecimento e desenvolvimento de valores éticos e morais (FERNANDES & PALUDETO, 2010).

Percebe-se, assim, a importância da educação escolar, no que tange à competência de “reforçar a capacidade crítica do educando” (FREIRE, 1987, p.8). Esse reforço, de acordo com Paulo Freire, implica em respeito ao senso comum, ou seja, aos saberes trazidos pelos educandos, principalmente, aqueles oriundos das classes populares, ou seja, relacionar os conhecimentos do mundo do educando com os conteúdos curriculares. Dito de outro modo, correlacionar os problemas da comunidade com os das disciplinas estudadas é estabelecer um vínculo entre o cotidiano do estudante e os temas estudados.

É preciso, sobretudo, que o formando, desde o princípio da sua primeira experiência formadora, assumindo-se como sujeito, também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou sua construção (FREIRE, 1987, p.25).

Paulo Freire ressalta, também, que o ato de educar não é tão somente uma atividade entre tantas outras, mas algo próprio do homem, visto que é um ser social. Nessa perspectiva, a educação não se restringe ao sistema formal. A sociedade – família, grupos sociais, partidos políticos e qualquer outro tipo de organização social – pode desempenhar um trabalho educativo. Isso equivale a dizer que a arte de educar não é exclusividade dos profissionais da educação reconhecidos pelo poder público, mas de toda a sociedade.

Na concepção de Paulo Freire (1987), fica evidente que, para construir o conhecimento, faz-se necessário que estudantes e professores ensinem e aprendam ao mesmo tempo, levando também em consideração as suas próprias experiências e origens culturais. Desse modo, todos podem, por meio do diálogo, entender suas realidades e elaborar conhecimentos. Afinal, o papel da educação seria aguçar a curiosidade do educando, com o objetivo de criar um cidadão crítico, para que ele possa criar novos conhecimentos.

A educação possui um importante papel no questionamento da crise ambiental, tornando-se uma ferramenta que promove valores, ideias favoráveis à questão ambiental. Nessa perspectiva, para Gomes (2010) apud Freitas (2015), p.213:

A educação pode ajudar a desenvolver a consciência política do cidadão com o fortalecimento da capacidade participativa e argumentativa das pessoas, viabilizando, dessa forma, o debate público de discussão e deliberação dos interesses da sociedade civil, para o exercício democrático e efetivo de uma sociedade de direitos.

Nesse sentido, na ótica de Lima (2009) apud Freitas (2015), a educação pode assumir duas vertentes: a) conservacionista da ordem social, apenas reproduzindo valores, ideologias da classe dominante; b) emancipatória, prezando pela renovação da cultura, política e ética e com o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos sociais.

Para Loureiro e Layrargues (2013), a perspectiva de Educação Ambiental Crítica se originou no Brasil entre 1980 e 1990, período marcado por grandes modificações políticas e econômicas, devido ao processo de redemocratização, desse modo, esse aspecto é considerado fundamental para a Educação Ambiental Crítica, visto que os movimentos sociais com visões emancipatórias ressurgiam junto à educação crítica e popular.

Loureiro e Layrargues (2013) entendem, ainda, que as correntes conservacionistas e pragmáticas fazem parte de uma Educação Ambiental conservadora, que se liga à natureza de modo individual. Dessa forma, tais correntes não questionam ou apontam as responsabilidades dos indivíduos com a sociedade, mas resultam de ações individuais de modo a-histórico, a-político, instrumental e normativo. Tal visão simplista distancia-se de concepções críticas de Educação Ambiental, assim, faz-se necessário superar essa ótica ingênua.

Loureiro (2004) apud Freitas (2015) consideram que a macrotendência de Educação Ambiental crítica é vista como uma corrente que luta por uma sociedade nova, em que as relações entre homem e natureza são mediadas por relações socioambientais, integrando ao debate ambiental a reflexão político-ideológica da reprodução social com uma proposta que problematiza os contextos sociais. Assim sendo, tal visão indica a origem da causa ambiental nas relações sociais, em modelos de sociedade, e não na natureza.

Conforme Loureiro (2004) apud Freitas (2015), a Educação Ambiental Crítica fundamenta-se em uma base teórica e metodológica que objetiva o estabelecimento da *práxis* educativa como eixo norteador. Nessa perspectiva, influencia uma nova forma de pensar e agir da Educação Ambiental, possibilitando a indissociabilidade teórica e prática da vida humana, proporcionando novas ações e relações na sociedade, fazendo com que a transmissão de conhecimentos perca o sentido. Logo, em concordância com Paulo Freire (1987), ensinar não é transferir conhecimento, é criar possibilidades para que o aluno aprenda.

De acordo com Loureiro (2004), a base da Educação Ambiental Crítica são pedagogias libertárias e emancipatórias, dentre elas, destacamos a educação dialética de Paulo Freire, onde a educação é compreendida como prática social para a modificação da sociedade capitalista. Nesse viés de entendimento, a educação como prática de liberdade freiriana preocupa-se com a formação humana e política dos sujeitos.

Nessa perspectiva, a Educação Ambiental Crítica busca refletir sobre a diversidade das relações sociais e ambientais, assumindo uma postura transformadora da realidade. Vale mencionar que a Educação Ambiental caracterizada como crítica, emancipatória e transformadora busca compreender os problemas socioambientais e realizar intervenções transformadoras na realidade (FREITAS, 2015).

De acordo com Loureiro (2007), as concepções ambientais críticas, emancipatórias e transformadoras são similares:

- a) Crítica – por situar historicamente e no contexto de cada formação socioeconômica as relações sociais na natureza e estabelecer como premissa a permanente possibilidade de negação e superação das verdades estabelecidas e das condições existentes, por meio da ação organizada dos grupos sociais e de conhecimentos produzidos; b) Emancipatória - ao almejar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais pela intervenção transformadora das relações de dominação, opressão e exploração material; c) Transformadora – por visar a mais radical das mudanças societárias, do padrão civilizatório, por meio do simultâneo movimento de transformação subjetiva e das condições objetivas (LOUREIRO, 2007, p. 88).

Ao relacionarmos o pensamento de Loureiro (2007) com essa pesquisa, pode-se inferir que as ações da COM-VIDA no Colégio Estadual Treze de Junho, em São José da Vitória, busca refletir sobre a diversidade das relações sociais e ambientais, assumindo uma postura transformadora da realidade local. Nesse sentido, tais ações podem ser consideradas críticas, emancipatórias e transformadoras, visto que intervêm na realidade dos estudantes e comunidade.

Após a discussão da concepção de Educação Ambiental sob a ótica de várias políticas públicas e da necessidade da implantação desses conceitos na instituição escolar, na próxima seção, discutiremos uma das mais importantes políticas públicas, a PNEA.

3.4. A Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA: reflexões sobre a inserção na escola

A Constituição Federal de 1988, para assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na

harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, cita no seu Art. 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (PNEA, 1999).

A educação como direito de todos é ofertada para o indivíduo e a coletividade, assumindo tanto um papel de conservação da ordem social, reproduzindo os valores, ideologias e interesses dominantes socialmente, quanto como um papel emancipatório, comprometido com a renovação cultural, política e ética da sociedade e com o pleno desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos que a compõem (RODRIGUES E GUIMARÃES, 2010). Com a educação ambiental sendo componente essencial e permanente na educação nacional, em 27 de abril de 1999, foi decretada e sancionada a Lei nº 9.795, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, 1999).

A Educação Ambiental, segundo o Capítulo I e Art. 1º da PNEA 1999, corresponde a processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Essas construções em processos de Educação Ambiental por indivíduo e coletividade podem ser no acesso à educação de qualidade numa escola que forma cidadãos pensantes e críticos de sua realidade, a fim de que estes compreendam o meio onde estão inseridos e a interação com outros seres vivos. Essa escola atraente possibilita a permanência do aluno, pois atende a suas expectativas e o despertar por questões socioambientais torna-se próximo do indivíduo.

Havendo acesso à educação e à escola como espaço público com estrutura física, organização, manutenção e segurança adequados às necessidades cognitivas dos alunos que a compõem e que também favoreça aos professores boas condições de ministrar aulas, o resultado é de discentes favorecidos com a aprendizagem. A escola deve ser um espaço que ofereça conforto e condições básicas de funcionamento, como a existência de carteiras em bom estado para uso, banheiros acessíveis, merenda de qualidade e material didático.

Se a estrutura física da escola não é atrativa para os alunos e os mesmos não se sentem à vontade, ocorre o comprometimento do progresso de atividades socioeducativas e do desenrolar do pensamento crítico. Necessita-se de escolas aparelhadas, de professores estimulados e valorizados, para que os objetivos da educação no Brasil sejam atingidos e, conseqüentemente, os da Educação Ambiental.

Continuando a análise, o Art. 2º (PNEA, 1999) diz que a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Na teoria, a EA tem caráter interdisciplinar na educação formal, mas na prática as escolas apresentam dificuldades no tratamento da construção dos valores, das mudanças de hábito e atitudes voltados à qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente (REIGOTA, 2010). Essa dificuldade das escolas no tratamento da EA pode ser pelo motivo de:

O atual modelo de sociedade traz em seu bojo concepções e propostas, entre estas a educação, que reproduzem uma racionalidade instrumentalista de dominação da natureza e de exclusão social. Esse projeto educacional, com uma abordagem fragmentada que parcializa a realidade e privilegia segmentos sociais, e com uma visão economicista de mundo, não se mostra capaz de superar a crise ambiental que se apresenta, oportunizando uma melhor qualidade ambiental para toda a população planetária (GUIMARÃES, 2005, p. 65).

Há por parte do Governo Federal a assistência financeira a projetos de educação ambiental, onde ações da Secretaria de Educação dos Estados com Ministério da Educação são desenvolvidas para incentivar a fundação, a criação da educação ambiental e sua implantação em todos os níveis e modalidades de ensino numa unidade escolar (PDDE INTERATIVO, 2016).

Em escolas onde gestores e professores desconhecem ou ignoram uma Educação Ambiental Crítica, eventos voltados à EA, quando acontecem, apresentam resultados equivocados com práticas ingênuas e reprodutoras de ideologias do sistema dominante, favorecimento da transmissão de conhecimentos e ausência de discussões, impedindo a percepção real das causas dos problemas socioambientais. A educação pode se apropriar do papel de conservação da ordem social na imitação de valores, ideologias e interesses dominantes na sociedade, como também instruir o cidadão a ser autônomo e pensante (LOUREIRO, 2004).

Gestores e corpo docente podem ser sensíveis às temáticas de EA e realizarem atividades na escola para discutirem e refletirem problemas socioambientais da comunidade, mesmo respondendo por outros projetos e outras atividades pedagógicas e administrativas na unidade escolar.

Através da EA, sem comungar com ideário neoliberal, uma comunidade pode ser sensibilizada a evitar problemas ambientais, assim como solucioná-los quando há a inserção

da dimensão social das questões ambientais nas discussões entre escola e comunidade local.

Rodrigues (2010) faz referência dizendo que:

Incumbe-se à sociedade como um todo atentar-se à prevenção, à identificação e à solução de problemas ambientais, e percepções podem camuflar a causa histórica da crise socioambiental, à medida que a crise é diluída igualmente por todos, ou seja, parece existir uma igualdade de responsabilidade, comungando com o ideário neoliberal.

O Jacobi (2003) afirma que no campo educativo houve a realização de experiências concretas em EA, de forma criativa e inovadora, por diversos segmentos da população e em diversos níveis de formação e que após conferência de Tbilisi (EUA), em 1977, iniciou-se o processo amplo e global para criação de condições da formação de nova consciência sobre o valor da natureza e reorientação da produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade.

O Art. 3º (PNEA, 1999) diz que parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à Educação Ambiental. Na continuidade da explanação sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, Rocha (2015) menciona que órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), a exemplo dos conselhos (municipal, estadual e federal), cabe definir ações de EA nos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Se órgãos exercem suas funções com eficiência, mais um ponto positivo para a coletividade ter acesso à Educação Ambiental. O quadro seguinte apresenta as incumbências dos envolvidos nesse processo educativo, segundo o artigo 3º da PNEA.

Quadro 2 - Art. 3º da PNEA.

CONJUNTO / UNIDADE	INCUMBÊNCIA
Poder Público	Definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
Instituições educativas	Promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;
Órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA	Promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação,

	recuperação e melhoria do meio ambiente;
Meios de comunicação de massa	Colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;
Empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas	Promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;
Sociedade como um todo	Manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Fonte: (PNEA, 1999)

Observando o quadro, se vê que as instituições educativas são incumbidas de promoverem EA de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem. A participação dos governos nas escolas, em se tratando de repasse de recursos, vem melhorando, porém há a carência do recurso quando não há a continuidade do repasse.

Escolas cadastradas ao Plano de Desenvolvimento da Escola, na modalidade PDDE Interativo⁶, podem participar do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Escolas Sustentáveis, que possui como objetivo apoiar a implementação de projetos de pesquisa e intervenção em escolas da educação básica, com vistas na criação de espaços educadores sustentáveis, tendo a intenção de promover a gestão deste processo por meio da COM-VIDA nas escolas (MEC, 2014).

Quando o governo participa, o repasse da verba do programa para a unidade escolar é possível a permanência constante da execução das ações dos programas no caso da COM-VIDA, por exemplo. Essa responsabilidade destinada às escolas não é cumprida na sua plenitude com facilidade, pois, além da unidade escolar não receber recursos com

⁶ Ferramenta de planejamento da gestão escolar que se caracteriza por ser autoinstrucional e interativa em tela disponível para todas as escolas públicas, desenvolvida pelo Ministério da Educação e secretarias de estados e municípios.

regularidade e continuidade para implantar e executar programas como a COM-VIDA, os gestores, corpo docente e funcionários podem não se identificar com o tema das questões ambientais, socioambientais, ou terem indisponibilidade de tempo para o cumprimento de outros programas e não promoverem EA de maneira interdisciplinar e integrada.

Vieira e Cader (2007) citam que:

A política ambiental hoje no Brasil traz muitos avanços no que diz respeito à participação dos governos federal, distrital, estaduais e municipais, e da sociedade civil organizada. Essa dinâmica contribui para a melhoria da qualidade da governança ambiental, porém não garante que na definição das políticas sejam priorizados os interesses socioambientais. A perspectiva do desenvolvimento sustentável enfrenta oposição em diversos segmentos do mercado e até mesmo em certos setores do Governo, ao enxergarem equivocadamente o meio ambiente como um entrave ao desenvolvimento, quando, na verdade, é um elemento propulsor.

Quando a unidade possui um grupo de professores sensibilizados com a temática, a responsabilidade pela implantação e execução de programas de Educação Ambiental, como COM-VIDA e outros, como ProEASE (Programa de Educação Ambiental do Sistema Educação da Bahia), facilita o sucesso dos projetos. Afinal de contas, a incumbência e a tarefa de conservar e preservar o meio ambiente devem ser atribuídas só não às escolas, mas à sociedade, poder público, privado, entre outros.

É interessante para a unidade escolar que deseja ser atuante na implementação de ações voltadas à Educação Ambiental, venha a discutir artigos da PNEA. Seu Art. 4º (PNEA, 1999) trás à tona os princípios básicos norteadores da Educação Ambiental a serem seguidos:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Essa escola também pode discutir além dos princípios o Art. 5º (PNEA, 1999) que trás os objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Alguns objetivos de Educação Ambiental na PNEA, como o de democratização de informações ambientais na prática, são comprometidos por inexistência de divulgação. A mídia, por possuir acesso e alcance à população, pode ser utilizada pelo governo para democratizar a Educação Ambiental e a sustentabilidade.

Essa mídia em seus informes não deve tentar a manipulação de informações e, com isso, haver o prejuízo para a formação de opinião crítica da população sobre assuntos tratados pela Educação Ambiental. A mídia, se utilizada como recurso para democratizar informações ambientais, deve ser para a formação crítica do cidadão.

Importante também que haja, por parte do governo, divulgação de dados verídicos da realidade do país, envolvendo questões ambientais e execuções concretas e eficientes na resolução de problemas, assim como preveni-los. Um exemplo disso é a divulgação pelo governo que as queimadas na Amazônia estão controladas, sendo que, na verdade, houve um aumento significativo do número dessas queimadas (Portal EcoDebate, 2016). Rodrigues (2010) ainda diz que:

Há que se questionar como tais informações podem ser realmente democratizadas, porque é notória a manipulação midiática das informações, por exemplo. Há que se problematizar ainda se as mesmas vinculam-se ao sentido de crise socioambiental ou se são limitadas à compreensão de meio ambiente como se ele estivesse desvinculado do social e do político.

Ainda sobre os objetivos, é significativo ressaltar que o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, é louvável e a coletividade pode garantir o controle do uso responsável e sustentável do meio ambiente e seus recursos pela sociedade em geral.

A construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade, ainda faz parte de uma utopia considerada distante de ser alcançada no Brasil, mas é possível que aconteça através de uma educação de qualidade destinada a toda a população. Esses princípios que edificam a sociedade brasileira, segundo a PNEA, existem numa teoria de idealização distante da realidade que o país vive. Nesse sentido,

O permanente ataque e o enfraquecimento da legislação ambiental, a flexibilização do licenciamento ambiental, a divisão do IBAMA e o desmonte dos seus Núcleos de Educação Ambiental, entre outros, demonstram a hegemonia presente no interior do Estado e invocam, por conseguinte, uma postura mais crítica do movimento ambientalista (AMBIENTE & EDUCAÇÃO, 2010, p 23).

A PNEA é base para elaboração das políticas públicas de Educação Ambiental dos estados e municípios. Com isso, se faz necessária a discussão crítica dessa política por parte de representantes da comunidade, antes de sua formulação no município. Esses representantes comprometidos com a temática podem ocupar espaços participativos nessas políticas e buscarem, junto aos educadores, que a visão mais crítica de sustentabilidade socioambiental saia do texto e alcance a sociedade do município, com o objetivo de torná-la justa e ambientalmente equilibrada.

Nem todos os educadores se sentem preparados para tratar com os alunos e comunidade sobre questões socioambientais ou possuem conhecimento em Educação Ambiental ou se sentem estimulados e sensibilizados a procurarem por tal conhecimento, possuindo as outras inúmeras atividades a serem desenvolvidas dentro e fora da sala de aula em curto tempo. Daí a importância da execução da PNEA se fosse o caso, em seu capítulo II, Art. 8º, onde seus incisos dizem que as atividades vinculadas devem ser desenvolvidas na educação em geral por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: capacitação de recursos humanos, desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações, produção e divulgação de material educativo, acompanhamento e avaliação.

Faz-se necessária a capacitação e sensibilização de educadores e profissionais de todas as áreas, para a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização para o exercício em meio ambiente, a preparação de profissionais orientados para

as atividades de gestão ambiental e o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade, no que diz respeito à problemática ambiental (REIGOTA, 2010).

O questionamento é se depois de 17 anos de existência da PNEA, afirmando em teoria que Educação Ambiental é também interdisciplinar na educação formal e não formal, ainda se fará presente na educação do país mesmo até dias atuais, não atingindo de fato a problematização socioambiental nas unidades escolares.

É evidente que Educação Ambiental, como deve ser discutida, não é tratada nas escolas e comunidades. Se houvesse a discussão e formação crítica em tais espaços, o Brasil não teria tantos problemas ambientais que a cada dia se intensificam e se tornam mais graves, comprometendo a saúde, a qualidade de vida, a biodiversidade, entre outros (REIGOTA, 2010).

As ações de estudos, pesquisas e experimentações são voltadas para o desenvolvimento interdisciplinar de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental nos diferentes níveis e modalidades de ensino e participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental, difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental, busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental, apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo e montagem de uma rede de banco de dados e imagens para apoiar demais ações (HEINE, 2013).

O professor comprometido com sua atividade docente recebe bem a oportunidade de formação, atualização e capacitação em Educação Ambiental, assim como em outras áreas de conhecimento. A PNEA, em seu Art. 10 e incisos, diz que a Educação Ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino e para atender a essa demanda.

E o Art. 11 da PNEA diz que os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Se houve na Rede Estadual de Educação do Estado da Bahia, nos últimos 16 anos, a formação em Educação Ambiental para gestores e professores, essa capacitação ainda não chegou até o Colégio Estadual Treze de Junho, em São José da Vitória/BA.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2013),

Além de outras providências, define a educação ambiental, dá atribuições, enuncia princípios básicos e indica objetivos fundamentais da educação ambiental, conceituando-a na educação escolar como incluída nos currículos de todas as etapas

da Educação Básica e na Educação Superior, inclusive em suas modalidades, abrangendo todas as instituições de ensino públicas e privadas. Além disso, valoriza “a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais e nacionais”, e o meio ambiente como emergência das relações dos aspectos sociais, ecológicos, culturais, econômicos, dentre outros. Ademais, incentiva “a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental, incluindo a produção de material educativo”.

Essa qualificação, essa formação complementar destinada aos professores em Educação Ambiental é, infelizmente, desconhecida por parte dos servidores da Rede Estadual de Educação da Bahia. Existe um programa oferecido pelo Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Educação da Bahia, o ProEASE (Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional), mas é desconhecido pela maioria dos docentes das unidades escolares do interior. Assim, é por interesse particular que os professores da rede estadual, através de recursos próprios, buscam formação em EA.

É lamentável que a Educação Ambiental comprometida com a renovação cultural, política e ética da sociedade e com o pleno desenvolvimento das potencialidades que a compõem (AMBIENTE e EDUCAÇÃO, 2010), tratada em tantas leis e por diversos institutos no Brasil, ainda não possua a atenção adequada, valor e alcance consideráveis necessários na maioria das escolas do país.

As leis de Educação Ambiental tentam disciplinar estabelecendo regras para utilização dos recursos naturais, preservar a saúde, o bem-estar, o patrimônio para gerações futuras, mas o caminho para as mudanças de pensamento e de culturas diversas está na educação ofertada. Pensando nisso, baseado no Plano Nacional de Educação – PNE –, surge a explanação no próximo subtítulo do Plano Municipal de Educação – PME – de São José da Vitória/BA.

3.5. O Plano Municipal de Educação de São José da Vitória/BA

A Prefeitura Municipal de São José da Vitória/BA, através do seu prefeito e Câmara de Vereadores, em junho de 2015, através da Lei Nº 285, aprovaram e sancionaram o projeto de lei nº 11, onde a súmula foi: Aprova o Plano Municipal de Educação – PME de São José da Vitória e em seu Art.1º fica aprovado o Plano Municipal de Educação, com vigência de 10 (dez) anos, a partir da publicação desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no Art. 214 da Constituição Federal e na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

As diretrizes, metas e estratégias do PME de São José da Vitória foram instituídas com base em discussões de grupo colaborativo, comissões representativas e se procurou

estabelecê-las em consonância com o Plano Nacional de Educação. Dentre as diretrizes do PME de São José da Vitória, a décima se destaca para nossa pesquisa. Ela diz: X – Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. Isso quer dizer que o município possui um projeto de lei que contempla a sua sustentabilidade socioambiental e cabe aos gestores a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste Plano.

Nesse contexto, a COM-VIDA pode buscar apoio e parceria na Secretaria de Meio Ambiente Municipal para executar projetos de Educação Ambiental e sustentabilidade, ampliando e expandindo suas possibilidades de alcance da comunidade.

O desenvolvimento sustentável não é um estado harmônico permanente, posto que é um processo de mudanças, onde o uso de recursos e o destino dos investimentos auxiliados pela tecnologia deve estar de acordo com as necessidades locais. Em se tratando da escola Treze de Junho, acreditamos que as ações da COM-VIDA podem contribuir com oficinas abertas para toda a comunidade, visto que o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer o futuro (GALLO, 2007).

Como uma forma de atender ao Art. 5º da PNEA, no que se refere à democratização da informação sobre as questões ambientais, a COM-VIDA, através de parcerias, poderá capacitar membros da escola e integrantes da comunidade de São José da Vitória com palestras e oficinas que promovam a discussão e debate sobre a importância de boas práticas de EA e resolução de problemas socioambientais locais, bem como apresentar possibilidades de um desenvolvimento econômico sustentável para a população local.

Pode-se inferir que o desafio da COM-VIDA é a participação efetiva dos membros da escola e comunidade local no alcance dos objetivos do programa. Caso contrário, não haverá possibilidade de construirmos uma EA capaz de promover os princípios de sustentabilidade, preservação e conservação dos ecossistemas locais.

4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O DESAFIO

Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:

Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro (MMA, 2012).

Loureiro (2012) define desenvolvimento sustentável como um conjunto de princípios que se manifesta em busca de crescer sem comprometer a capacidade de suporte dos ecossistemas e seus ciclos, garantindo a existência social e de outras espécies em longo prazo. O autor diz também que a ideia de desenvolvimento sustentável é mobilizadora e capaz de gerar debates.

De acordo com discussões na Rio+20 (2012), o termo desenvolvimento sustentável, no seu sentido mais apropriado de significado e relevância, caracteriza-se como o modelo que prevê agregação e integração entre economia, sociedade e meio ambiente. Isto quer dizer que o termo desenvolvimento sustentável não se restringe apenas a aspectos ambientais, mas também a sociais e econômicos. Trata-se do entendimento de que o crescimento econômico deve considerar a inclusão social e a proteção ambiental.

Os termos sustentabilidade e sustentável carregam consigo a responsabilidade de atender às necessidades das gerações do presente e futuras. E apesar de, segundo Carvalho (2016), os termos sustentável e sustentabilidade terem assumido sentidos diversos e terem recebido a denominação de “palavras de plástico” (nomes usados a depender do contexto, em designações distintas por estarem na moda e apresentarem inúmeras possibilidades de significados), a prática e o uso dos termos estão vinculados ao desenvolvimento econômico, social e político das populações nacionais e locais.

Nessa perspectiva, não podemos perder de vista a construção de uma sociedade sustentável, ou seja:

Uma sociedade sustentável do ponto de vista ambiental atende às necessidades atuais de sua população em relação a alimentos, água, e ar limpo, abrigo e outros recursos, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades e viver de forma sustentável, significa sobreviver da renda natural fornecida pelo solo, pelas plantas, pelo ar e pela água e não exaurir ou degradar as dotações de capital natural da Terra, que fornecem essa renda biológica (TYLLER, 2007, p. 05).

Fomentando um futuro sustentável, reconhece-se que hábitos e práticas atuais não são sustentáveis. Havendo a continuidade da trajetória de superpopulação, de consumo excessivo de recursos naturais e aumento da poluição, atingir sustentabilidade está longe de ser alcançado. Necessita-se do desenvolvimento de novos conceitos que determinem os interesses industriais, sociais e ambientais em um sistema integrado e harmonioso, necessita-se do desenvolvimento de novos paradigmas, de um novo padrão como alternativas ao modelo atual de funcionamento da sociedade e de criação de riqueza (BOTKIN; KELLER, 2011).

Pensando nessa problemática, vale mencionar que a movimentação dos homens organiza-se e origina dimensões de valor que se constituem em eixos: o social (tendência de vida, de relação com semelhantes), o ambiental (relação com meio ambiente e retirada dos recursos para satisfazer as necessidades) e o econômico-financeiro (produto da atividade social humana sobre o meio ambiente). Os três fatores, o social, o ambiental e o econômico, se articulam de forma dependente, surgindo um triângulo denominado triângulo da sustentabilidade (LOPES, 2011).

E como o objetivo previsto das nações é desenvolver com sustentabilidade, ocorrem movimentos com objetivos como o da construção do conceito de desenvolvimento sustentável. Durante a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável da ONU em Johannesburgo, África do Sul, em 2002, houve uma declaração estabelecendo que o desenvolvimento sustentável baseia-se em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental (SENADO, 2015).

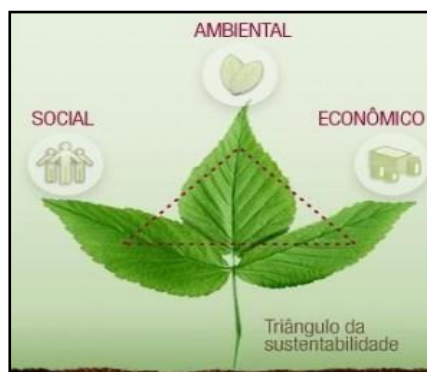


Figura 2 – Triângulo da Sustentabilidade.
Fonte: Ecoesfera Empreendimentos Sustentáveis.



Figura 3 – Triângulo da Sustentabilidade.
Fonte: Maisustentável, 2011.

A mesma matéria do Senado (2015) destacou que a Comissão Brundtland (1987) publicou no relatório “Nosso Futuro Comum” que desenvolvimento sustentável busca satisfazer necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas necessidades. Esse desenvolvimento, se atingido, viabiliza e

proporciona atingir desenvolvimento social, econômico e de realização humana e cultural, uso razoável dos recursos da Terra e preservação das espécies e do habitat natural.

Segundo LATOUCHE (2006), uma sociedade de crescimento é definida como uma sociedade dominada por uma economia de crescimento e que se deixa ser absorvida por essa economia. Vê-se, no entanto, que é prioridade o crescimento da sociedade, ignorando a relevância da sustentabilidade do planeta por ter limites definidos.

Por essa razão, o trabalho em Educação Ambiental no espaço escolar é inevitável. Acreditamos que trabalhar com os discentes a temática da sustentabilidade, tendo como pontos altos preservação, conservação, desenvolvimento e sustentabilidade, poderá num futuro atenuar os impactos no meio ambiente causados por atividades humanas.

Para tal, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1983/1986) apresenta as duas metas do desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. E também cita que o desenvolvimento sustentável pode ser dividido em três componentes: a sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica e sustentabilidade sociopolítica.

A CMMAD (1983/1986) esclarece esses três componentes: a sustentabilidade ambiental envolve a conservação das funções e componentes do ecossistema, de modo sustentável, onde o ambiente natural tem a capacidade de manter-se em condições de vida, beneficiando todos os seres vivos, considerando a habitabilidade, a saúde do ambiente e mantendo a função como fonte de energias renováveis; a sustentabilidade econômica é um conjunto de medidas e políticas que visam englobar preocupações e conceitos ambientais e sociais, gestão mais eficiente dos recursos naturais, de forma a garantir uma exploração sustentável sem o esgotamento e poluição, dando valor econômico aos elementos naturais; e a sustentabilidade sociopolítica se concentra no equilíbrio socioeconômico, desenvolvendo a trama social nos seus componentes humanos e culturais.

Esses três componentes pertencem ao mesmo campo semântico de atuação e significação. No que se refere à sustentabilidade ambiental, a conservação das funções e os componentes do ecossistema estão imbricados, o ambiente natural proporciona a capacidade de manter as condições de vida, beneficiando todos os seres vivos, considerando a habitabilidade, a saúde do ambiente e mantendo a função como fonte de energias renováveis.

Já a sustentabilidade econômica é um conjunto de medidas e políticas que visam englobar preocupações e conceitos ambientais e sociais, ou seja, gestão mais eficiente dos recursos naturais, de forma a garantir uma exploração sustentável sem o esgotamento e poluição, sem perder de vista o valor econômico dos elementos naturais e a sustentabilidade

sociopolítica. Além disso, o equilíbrio socioeconômico e a trama social são vinculados aos componentes humanos e culturais.

A sustentabilidade sociopolítica são as ações desencadeadas para garantir a preservação e conservação do meio ambiente e a sustentabilidade. Em 2015, negociações da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável foram concluídas e resultaram na adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O processo para elaboração dos ODS iniciou-se em 2013, é fruto da Conferência Rio+20 e esses objetivos deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional por quinze anos.

A negociação contou com a participação do Brasil em todas as sessões de caráter intergovernamental e o acordo contemplou 17 objetivos e 169 metas, envolvendo temáticas diversificadas, como erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança e meios de implementação (MRE, 2015).

Dentre os aspectos citados acima, acreditamos que o maior deles é a erradicação da pobreza. Esse corresponde ao princípio 5º da Rio 92:

Para todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, irão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, a fim de reduzir as disparidades de padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo.

Ainda de acordo com o MRE (2015), encontrar mecanismos para erradicação da pobreza é o maior desafio da sustentabilidade sociopolítica, porque, geralmente, o caminho mais rápido é o desmatamento inconsequente para a produção agrícola, a implantação de indústrias e a desorganização dos espaços públicos para a venda e o consumo de produtos. Além disso, o consumismo e o capitalismo são sistemas econômicos que possibilitaram as maiores agressões ao meio ambiente nos séculos XIX e XX.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, as inovações brasileiras em termos de políticas públicas também são vistas como contribuições para a integração das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável.

Essas contribuições estão atreladas ao que foi proposto pelas Nações Unidas no Brasil. Dentre os objetivos, os quais foram estabelecidos pela Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, estão:

- Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos;
- Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia;
- Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos;
- Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Esses objetivos, sobretudo os correspondentes à fome e à miséria, aqui no Brasil, os governos fomentaram políticas públicas sociais, como: seguro-desemprego, bolsa família, bolsas de estudos, ampliação da população mais carente na universidade, dentre outras. Essas possibilitaram a diminuição da pobreza e da miséria no país, embora estejamos longe de acabar definitivamente com o problema. Além disso, a formulação do projeto ambiental também foi e é uma importante contribuição para a redução do desmatamento e da poluição no país.

Assim, é esperado que com a aplicação desses objetivos, o desenvolvimento sustentável seja realidade para a população mundial, pois:

Após algumas décadas de desperdício frenético, parece que entramos na zona das tempestades, no sentido próprio e no sentido figurado do termo [...] A desordem climática vem acompanhada por guerras pelo petróleo que serão seguidas não somente por guerras pela água, mas também por possíveis pandemias e catástrofes biogenéticas previsíveis. Parece mesmo que estamos vivendo a sexta extinção das espécies, mas o que a torna diferente das anteriores é o fato de que o homem é diretamente responsável por ela e poderia muito bem ser sua vítima (LATOUCHE, 2006, p.56).

Atualmente, os homens são os mentores do aniquilamento da própria espécie e das outras. A ganância, a ignorância e a irresponsabilidade humanas no início do século XIX e XX marcaram um ritmo desordenado de destruição, em que boa parte dos nossos ecossistemas foram abalados dramaticamente. Aqui no Brasil, os nossos maiores exemplos são: a Mata Atlântica e alguns rios, como o Tietê.

Em São José da Vitória, as ações da COM-VIDA, a partir de atividades desenvolvidas no Colégio Treze de Junho, buscam conscientizar discentes e, conseqüentemente, a comunidade sobre a necessidade de preservar a Mata Atlântica da região, as nascentes nela existentes e o rio da cidade. Embora Latouche (2006) ainda sinalize que muitos acreditam que o desenvolvimento e o crescimento econômico são a solução para problemas ambientais, pois fornecem recursos, geram emprego, distribuição de renda e investimentos.

Jacobi (2003) ainda lembra que atualmente a maior parte da população brasileira vive em cidades e observa-se uma crescente degradação das condições de vida, provocada principalmente pela ausência de redes de esgoto e de tratamento de água. Essa também é uma realidade da cidade de São José da Vitória e de adjacências. Tal situação nos conduz a refletir alguns sobre desafios, dentre eles, mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea.

Uma das possibilidades de mudar a forma de pensar e agir da população de São José da Vitória é o fortalecimento da educação e da COM-VIDA. Jacobi (2003) apud Leff (2001)

afirma que não é possível resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas, sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

E Latouche (2006) é mais radical quando expressa que desenvolvimento sustentável é uma farsa, apontando o crescimento como um perigo e o decrescimento, uma necessidade. O autor diz que a política de decrescimento objetiva dismantelar a relação entre a produção do bem-estar e o PIB (Produto Interno Bruto), desligar a melhoria da situação de vida das pessoas da elevação estatística da produção material, abandonar a busca pelo lucro por parte dos detentores de capital.

Ele cita que o decrescimento não é crescimento negativo, pois a política de decrescimento consiste em encolher até mesmo suprimir as externalidades negativas do crescimento, para alcançar o desenvolvimento sustentável. Para isso, é necessário reavaliar, reconceitualizar, reestruturar, realocar, redistribuir, reduzir, reutilizar e reciclar. Estes oito objetivos interdependentes são capazes de desencadear um círculo virtuoso de decrescimento sereno, convívio e sustentável.

Além disso, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento numa perspectiva que priorize o novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental (JACOBI, 2003).

Assim, conseguiremos romper com alguns princípios apontados (Guivant apud Beck, 1999) sobre o desenvolvimento da ciência e da técnica, que precisam dar conta da predição e controle de riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente, minimizados politicamente e, sobretudo, das consequências para a saúde humana.

Por fim, acreditamos que a COM-VIDA buscando atrair e unir forças em prol de evitar e resolver problemas socioambientais, ainda venha a incentivar o desenvolvimento sustentável no município de São José da Vitória.

5. PDDE INTERATIVO ESCOLAS SUSTENTÁVEIS E COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA (COM-VIDA)

5.1. Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

As quatro Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente foram coordenadas pelo Ministério da Educação, em parceria com Ministério do Meio Ambiente, contando com adesão espontânea das escolas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, e representaram um marco na política de Educação Ambiental do país. O objetivo da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, do ponto de vista pedagógico, procurou apoiar as secretarias de educação Estadual, Municipal e Distrital na promoção da participação social. Além disso, incentivou a mobilização e a ação sobre as dimensões política e social da questão ambiental, bem como a sua inserção e apropriação pelos sistemas de ensino nas dimensões de gestão, currículo e infraestrutura das unidades escolares.

Os Ministérios do Meio Ambiente e da Educação ofereceram formação aos professores e disponibilizaram materiais de referência para todas as escolas, tendo em vista subsidiar o processo de debate e mobilizar os estudantes nas etapas das CNIJMA. De acordo com o MEC (2016), o primeiro CNIJMA foi realizado no ano de 2003. A partir do tema “Vamos Cuidar do Brasil”, tendo como problemática “Como vamos cuidar da nossa água, seres vivos, alimentos, escola, comunidade?”. Os objetivos que nortearam foram: a) Mobilizar, educar e ampliar a participação popular na formulação de propostas para um Brasil sustentável; b) Definir diretrizes para consolidar e fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), como um instrumento para a sustentabilidade ambiental; c) Diagnosticar e mapear a situação socioambiental mediante indicadores, atores sociais, percepções, prioridades.

Os resultados da primeira conferência foram: definição de uma proposta de política ambiental, além do documento Proposta das Escolas para um Brasil Sustentável; elaboração da Carta Jovens Cuidando do Brasil; *spots* de rádio; vídeo; jornal e propostas de criação da COM-VIDA; dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJ), da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA).

Desta primeira Conferência, em 2003, participaram quatrocentos delegados e jovens, um dos pontos altos foi a “Carta Jovens Cuidando do Brasil”, primeiro pela manifestação de uma geração preocupada com os impactos ao meio ambiente, consequências da geração passada. Segundo, porque no documento pediram a criação de espaços em defesa do meio

ambiente nas escolas. Isto significa que o espaço escolar ainda continua um dos melhores lugares para tentarmos mudar a realidade atual, uma vez que neste encontram-se a maioria dos jovens do país. Além de demonstrar maturidade ecológica, processo desencadeado na instituição escolar, a partir dessa conferência surgiram ideias para a segunda, que ocorreu em 2005, a proposta da COM-VIDA e as discussões acerca da PNEA.

Na segunda Conferência (II CNIJMA), o mesmo tema da primeira, ou seja, “Vamos Cuidar do Brasil”, tendo como foco a biodiversidade, mudanças climáticas, segurança alimentar e nutricional e também diversidade étnico-racial. Os objetivos norteadores da Conferência foram: a) Firmar a Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA) como uma instância de tomada de decisões orientadoras das Políticas Públicas Ambientais; b) Fortalecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) como um instrumento para a construção da sustentabilidade ambiental; c) Apontar políticas públicas necessárias ao desenvolvimento sustentável de forma integrada para os três níveis da federação: municipal, estadual e federal; d) Apontar caminhos para a integração da agenda de desenvolvimento econômico e social e demais agendas das políticas públicas, privilegiando a sustentabilidade na utilização dos recursos naturais.

Os resultados da segunda conferência foram: definição de uma responsabilidade e de ação com base em acordos internacionais; elaboração de materiais de edu-comunicação e da Carta das Responsabilidades Vamos Cuidar do Brasil. Para tais definições, contaram com mais de quinhentos delegados, um número superior à da primeira Conferência. Os laços cunhados entre a primeira e a segunda estão nos temas debatidos. A segunda conferência deu continuidade aos trabalhos iniciados na primeira e houve a criação de uma política pública voltada para as escolas, a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, a COM-VIDA. Essa comissão possibilitou discussões e participação da comunidade local e dos discentes e o fomento à temática central das duas conferências, “Vamos Cuidar no Brasil”.

O programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas” surge em (2004/2005), a partir da formação da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA). Este programa foi estruturado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). A metodologia adotada nas formações: ciclos de seminários, 27 estaduais e 800 locais. Foram capacitados professores e jovens, assim, dois docentes e dois estudantes de cada uma das 16 mil escolas do Ensino Fundamental participaram da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), em 2003.

No primeiro Seminário Nacional (FI) formaram-se equipes representantes das secretarias estaduais e municipais (capitais) da educação, do Conselho Jovem, de ONGs, do

Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e da universidade. Todos participaram da coordenação da CNIJMA em seus estados. Esses formadores representam os principais segmentos sociais e institucionais que trabalham com Educação Ambiental, foram os responsáveis pela viabilização do programa em seus Estados na segunda etapa do programa, constituindo-se em interlocutores da CGEA.

Realizaram os seminários estaduais de formação e escolheram os chamados Formadores II (FII), composto pelos docentes da rede estadual e municipal do segundo segmento do ensino fundamental e os jovens dos movimentos sociais de meio ambiente (denominado Coletivos Jovens), para atuarem diretamente nas escolas, onde ocorreu a capacitação dos Formadores III (FIII), na terceira etapa do programa (MEC, 2007).

A metodologia adotada nos seminários considerou quatro dimensões: a primeira refere-se à complexidade e à visão sistêmica da questão ambiental. A segunda tratou da diversidade dos sujeitos e dos saberes, enfatizando os conhecimentos prévios dos docentes e dos jovens. A terceira refletiu a simplicidade dos procedimentos metodológicos e fez a proposta de formação a ser repassada com a mesma intensidade e reflexão até os seminários locais, com os mesmos recursos didáticos.

Na quarta, discutiu acerca da participação e integração dos docentes e estudantes, em dois movimentos: a elaboração de projetos com os temas ambientais na ótica do consumo para a docência; a técnica Oficina de Futuro, para os jovens formadores trabalharem com os estudantes a construção de uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA). Os materiais disponibilizados pela CGEA para orientar as discussões sobre o Consumo Sustentável: Manual de Educação, COM-VIDA e Agenda 21. A ênfase segue o princípio da reflexão da Educação Ambiental na perspectiva política, pedagógica e sustentável, conforme diretrizes da Agenda 21 (MEC, 2007).

Na metodologia de projetos e a Oficina de Futuro do programa “Vamos Cuidar do Brasil” nas escolas, destaca-se: realçar o trabalho coletivo por meio das discussões promovidas em grupos de trabalhos e na construção de instâncias estruturadas de debates na escola, como a COM-VIDA. A comissão potencializa, no período, o melhor relacionamento entre os atores, o compartilhamento de ideias na busca de consensos, o exercício da potência dos argumentos nas negociações e da criatividade das soluções.

O estímulo para que a escola elabore projetos transformadores na comunidade diminui a distância entre o âmbito formal e o não-formal da EA. Os formadores procuraram abrir na escola um espaço de discussão dos temas que interessam à sociedade, proporcionando

aprendizagens diversificadas, que dão mais sentido aos conteúdos neutralizantes das disciplinas e ao convívio escolar (MEC, 2007).

As edições das Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente ocorreram em três etapas: A primeira foi na escola, onde se tem diversidade de experiências e participação de todos; a segunda acontece em alguns municípios e estados, com a realização das Conferências Estaduais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente. Durante esses encontros, as escolas tiveram a oportunidade de debater seus problemas socioambientais e do município, articulando possíveis soluções; a terceira e última etapa foi a Conferência Nacional, realizada no final do processo em Brasília, num encontro das delegações de jovens de todos os estados, representando as ideias e compromissos de todas as escolas e comunidades envolvidas (Órgão Gestor da PNEA, 2007).

Na terceira CNIJMA, em 2008, o tema foi “Mudanças ambientais Globais”. A partir deste, discutiram terra, biodiversidade, homogeneização, queimadas, desmatamento, fogo, energia e mobilidade, água, escassez, poluição e desertificação, ar, atmosfera e mudanças climáticas. Os objetivos que nortearam a conferência são: a) Contribuir para a construção da Política e do Plano Nacional de Mudanças Climáticas; b) Analisar e definir a institucionalização e periodicidade da Conferência Nacional do Meio Ambiente; c) Firmar a CNMA como uma instância de tomada de decisões orientadoras das Políticas Públicas Ambientais.

Na quarta CNIJA, em 2013, o tema foi “Vamos cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis”, seguindo os subtemas acerca da gestão democrática, currículo escolar e espaço e os objetivos: a) Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, tendo em vista os quatro eixos temáticos; Produção e Consumo Sustentáveis; Redução dos impactos ambientais; Geração de emprego e renda; Educação Ambiental. Os resultados foram: documento contendo a Carta dos Estudantes, Carta do Órgão Gestor da PNEA e 108 projetos de ação das conferências estaduais. O número de delegados alcançou 654 (MEC, 2013).

A IV CNIJMA contribuiu para a propagação da popularização de conceitos, como sustentabilidade e meio ambiente nos sistemas de ensino, tendo como foco o grande desafio do nosso tempo: caminhar decisivamente em transição rumo à sustentabilidade ambiental. A IV conferência também propiciou a criação e o fortalecimento de instâncias escolares de participação, articulação e elaboração de conhecimentos e a intenção de fortalecer a educação ambiental nos sistemas de ensino, potencializando os diálogos acerca da criação de espaços educadores sustentáveis e dando visibilidade ao importante papel desempenhado pelas Juventudes na construção de políticas públicas na área socioambiental (MEC, 2016).

Essa última conferência manteve os princípios que haviam sido adotados nas conferências anteriores, que foram: jovem educa jovem, jovem escolhe jovem e uma geração aprende com a outra. Também possibilitou à comunidade escolar realizar um diagnóstico local de sua realidade, com base em conhecimentos científicos e do senso comum. Além disso, foram estabelecidas parcerias estratégicas locais por meio da criação e reativação da COM-VIDA. Além da intervenção do projeto para adequar os espaços, preparar edificações seguras e sustentáveis, redesenhar a grade curricular a partir de pressupostos e princípios de sustentabilidade socioambiental e, por fim, iniciar processos políticos pedagógicos favoráveis à transição para a sustentabilidade (MEC, 2016).

Além das contribuições técnicas e científicas, as conferências colaboram para a constituição de um fundo que possibilitasse a assistência financeira a projetos de educação ambiental nas diversas esferas, sobretudo na escola. E uma das secretarias que desenvolve/desenvolveu ações para a preservação, conservação e conscientização é a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (SECADI/MEC). Esta visa incentivar a institucionalização da Educação Ambiental e o seu enraizamento em todos os níveis e modalidades de ensino e tem como objetivo principal apoiar a implementação de projetos de pesquisa e intervenção em escolas da educação básica, com vistas à criação de espaços educadores sustentáveis. Além disso, promove a gestão deste processo por meio de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) nas escolas.

As quatro edições da conferência se completaram numa busca por conhecimento, incentivo à pesquisa e valorização de diferentes saberes. Foram ações transformadoras, que mobilizaram todas as comunidades escolares participantes do processo formativo e que favoreceram articulações, fortaleceram parcerias da escola para o desenvolvimento de projetos de trabalho que podem se configurar das conferências até o presente atual em ações sistêmicas num processo contínuo, a depender de cada realidade de escola e município. Assim aconteceu no Colégio Estadual Treze de Junho, em São José da Vitória-Ba. Embora estejamos caminhando, a COM-VIDA está aos poucos mudando a realidade da escola e, posteriormente, do município.

5.2. PDDE Interativo Escolas Sustentáveis e COM-VIDA

O programa Escolas Sustentáveis iniciou-se em 2013 a partir da Resolução nº 18 CD/FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). O objetivo principal do

programa é buscar a partir da esfera educacional a conscientização da comunidade local/global que é necessário estabelecer uma relação equilibrada com o meio ambiente. Ademais, diminuir os impactos ao meio ambiente, desenvolvendo e utilizando tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida das presentes e futuras gerações (MEC, 2013).

Segundo o MEC (2013), o Programa Escolas Sustentáveis destina recursos financeiros para as unidades públicas municipais, estaduais e distritais cadastradas, que possuam Educação Básica nos moldes operacionais do Programa Dinheiro Direto na Escola, o PDDE. Os dados para calcular valor de repasse de verba são extraídos do Censo Escolar do exercício imediatamente anterior ao do repasse a fim de favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares.

Segundo o Manual Escolas Sustentáveis (2013), a escola que aderiu ao programa foi orientada a passar pela transição para a sustentabilidade promovida a partir de três dimensões inter-relacionadas: espaço físico, gestão e currículo. No que se refere ao espaço físico, o programa destina recursos para a utilização de materiais, tendo em vista, a construção e adaptação de locais que ofereçam condições de estrutura física, isto é, dotados de conforto térmico e acústico, garantindo a acessibilidade, gestão eficiente da água e energia, saneamento, destinação adequada de resíduos, áreas propícias à convivência da comunidade escolar, estimulam a segurança alimentar e nutricional, favorecem a mobilidade sustentável e respeitam o patrimônio cultural e os ecossistemas locais. A criação desses espaços educadores sustentáveis visa atender às ações elencadas como necessárias ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Quanto à segunda dimensão, a gestão, aconselhou-se o compartilhamento do planejamento e das decisões que dizem respeito ao destino e à rotina da escola, buscando aprofundar o contato entre a comunidade escolar e o seu entorno, respeitando os direitos humanos e valorizando a diversidade cultural, étnico-racial e de gênero existente. E quanto ao currículo, a inclusão de conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis no Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino, em seu cotidiano a partir de uma abordagem da realidade local e estabeleça vínculos com a sociedade global.

Um elemento estruturante na constituição desses espaços educadores sustentáveis é a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola. A COM-VIDA é um conjunto formado de estudantes, professores, gestores, funcionários, pais e comunidade que tem o objetivo de promover a sustentabilidade na escola em todas as suas dimensões, estabelecendo

relações entre a comunidade escolar e seu território em busca de melhoria da qualidade de vida.

Segundo o Livroto Formando COM-VIDA (2004), a COM-VIDA é um espaço de diálogo que ajuda a escola a projetar e implementar ações visando um futuro sustentável refletindo no exercício de cidadania, de respeito aos direitos humanos e à diversidade sociocultural, bem como na gestão do espaço físico da escola, aprimorando a eficiência no uso dos recursos diminuindo o desperdício de água, energia, materiais e alimentos.

A comissão ainda influencia na política de compras e na destinação adequada de resíduos, entre outras práticas voltadas ao bem estar pessoal, coletivo e ambiental. Nesse sentido, a transição para a sustentabilidade da comunidade escolar passa, necessariamente, pela criação, estruturação e fortalecimento da COM-VIDA.

A partir da implantação da COM-VIDA na unidade escolar, a instituição educacional deve destinar ao funcionamento da comissão um espaço para o constante e contínuo planejamento de suas ações além de instalar na propriedade escolar a Agenda 21. Conforme MMA (2004), a COM-VIDA surge enquanto programa com a parceria entre Ministérios da Educação e Meio Ambiente com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Meio Ambiente, com as universidades, as ONGs e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA.

Para a implementação da COM-VIDA, foi criado um processo de formações presenciais sucessivas de formadores para a disseminação da proposta, de subsídios técnicos, conceituais e metodológicos no Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas (MEC, 2004). Ocorreu também a ação do Órgão Gestor da PNEA, das secretarias, universidades, conselhos e organizações não governamentais dos Estados da União para a disseminação da proposta e de subsídios técnicos, conceituais e metodológicos.

Além disso, os Conselhos Jovens (CJs), formados por jovens lideranças que se organizaram em coletivos informais e autônomos, membros de organizações de juventude, existentes nos 27 estados do Brasil, orientaram os delegados e suplentes da I conferência para criarem a COM-VIDA, seguindo o princípio “jovem educa jovem⁷” realizando ações próprias de mobilização na Rede da Juventude⁸ pelo meio ambiente e sustentabilidade (Órgão Gestor da PNEA, 2007).

⁷ Movimentos na área ambiental mobilizando e articulando outros jovens os convidando para uma pauta, a de discutir o meio ambiente.

⁸ Redes e repertórios inventando um espaço-tempo na cidade. O jovem de comunidade como criador de ideias que transformam a vida e o território.

Para a realização das práticas e dos princípios que regem a COM-VIDA nas escolas, a comissão reúne os participantes da conferência, pessoas da comunidade interessadas pelo tema e organizações como grêmios⁹, associação de pais e mestres¹⁰ e conselho escolar¹¹. A reunião desses setores da sociedade segue o principal objetivo da COM-VIDA, envolver a comunidade escolar e local, na busca de soluções para os problemas ambientais da comunidade, debater e definir as responsabilidades da comissão.

Os jovens delegados e seus suplentes com o apoio dos professores, por meio de boletins, avisos em murais, rádio e alto-falante, organizam e divulgam a primeira reunião da comissão na unidade escolar. Nessa primeira reunião, os membros discutem os objetivos específicos da COM-VIDA, a forma de organização, a definição dos participantes e datas para as atividades de construção da Agenda 21, aprovar a COM-VIDA, é firmar um acordo de convivência. Essa estrutura de organização citada anteriormente e posteriormente para a COM-VIDA na escola é sugerida pelo Livro Formando COM-VIDA (2004).

Essa reunião é planejada seguindo uma pauta estruturada de modo a facilitar a conversa entre os participantes. O diálogo entre os membros segue a seguinte estrutura: os integrantes são divididos em grupos, tentam responder a perguntas pré-estabelecidas, que são: para que serve a COM-VIDA na nossa escola? Como deve ser organizada a COM-VIDA? Quais são os acordos para a entrada e saída das pessoas na COM-VIDA? Quais são as responsabilidades e a forma de funcionamento da COM-VIDA? Como o trabalho será repartido entre os participantes? Essas devem estar atreladas aos objetivos que o grupo pretende alcançar.

Depois de responder as questões norteadoras, em cada grupo os indivíduos escrevem suas ideias sobre o que almejam, desejam ou esperam da COM-VIDA. Logo após debatem essas ideias, ou seja, estes apresentam suas ideias aos outros que negociam por meio de debates, que ideias de ações da comissão serão planejadas. Esta discussão culmina na formulação das expectativas comuns ao grupo e também dos objetivos específicos da comissão na instituição escolar. A partir da definição das metas, ocorre o registro em ata e também o início de uma jornada rumo à sustentabilidade naquele lugar.

⁹ Organização que representa interesses dos estudantes na escola. Tem finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais. Possui autonomia, é independente da vontade da direção da escola e diretoria é eleita pelos estudantes. Permite que alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação no próprio ambiente escolar e comunidade.

¹⁰ Associação para contribuir com processo educacional e integração família/escola/comunidade.

¹¹ Maior órgão de decisão da escola. É composto por professores, pais, alunos, especialistas e funcionários eleitos. O conselho define uma pauta de assuntos comuns à COM-VIDA.

Por conseguinte, a COM-VIDA surge para proporcionar integração entre estudantes, professores, funcionários e comunidade, criando um espaço permanente e contínuo para pensar e agir pelo meio ambiente. Os indivíduos envolvidos nesse processo de cidadania têm oportunidade de construir competências, habilidades e atitudes em busca da qualidade de vida, sustentabilidade e conservação do meio ambiente (FORMANDO COM-VIDA, 2004).

A COM-VIDA também procura atingir na íntegra os seus objetivos. Para tal, exige a participação dos indivíduos da unidade escolar e comunidade. Os objetivos gerais da COM-VIDA, segundo documentos técnicos do órgão gestor na PNEA são:

- Ajudar a cuidar do Brasil assumindo como orientação a Carta Jovens Cuidando do Brasil - Deliberações da Conferência Infanto-juvenil.
- Construir a Agenda 21 na Escola.
- Participar da construção do Projeto Político Pedagógico da escola para garantir que a educação ambiental na educação escolar seja desenvolvida no âmbito dos currículos da instituição de ensino.
- Organizar a Conferência de Meio Ambiente na Escola.
- Promover intercâmbios com outras COM-VIDAS e com as Agendas 21 locais de outros municípios.
- Observar, pesquisar, conservar e ajudar a recuperar o meio ambiente.
- Contribuir para tornar a escola um espaço sustentável, democrático e em busca da qualidade de vida de forma permanente.
- Buscar parcerias que complementem positivamente as atividades da COM-VIDA.
- Divulgar as ações da COM-VIDA na comunidade.
- Buscar soluções para problemas socioambientais junto à comunidade, quando solicitada.
- Criar fóruns de discussão sobre temáticas da COM-VIDA em bairros, outras escola, igrejas, entre outros.

A unidade escolar (UE) que zela pela sustentabilidade e implanta a COM-VIDA, realiza o exercício permanente de ações educacionais, procurando conscientizar, preservar e ampliar as discussões acerca dos princípios que norteiam a sustentabilidade. Além disso, prevê alterações graduais em seu ambiente e na sua rotina. Nesta busca necessária, a gestão escolar e a comissão contam com os recursos financeiros do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Escolas Sustentáveis. Este preconiza a utilização de recursos em ações que possam conferir visibilidade à intenção de educar para a sustentabilidade.

O PDDE Escolas Sustentáveis é oferecido nos moldes operacionais estabelecidos pelo FNDE e consiste num repasse financeiro por meio de transferência de recursos de custeio e capital para promover ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino e apoiar as escolas públicas das redes distrital, municipais e estaduais na adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental, considerando currículo, gestão e espaço físico de forma a torná-las espaços educadores sustentáveis. Assim temos:

Quadro 3: Ações financiadas de EA e seus objetivos numa UE.

<p style="text-align: center;">AÇÕES PASSÍVEIS DE FINANCIAMENTO PELO PROGRAMA ESCOLAS SUSTENTÁVEIS</p>	<p style="text-align: center;">OBJETIVOS DAS AÇÕES DO FINANCIAMENTO</p>
<p>Apoio para criação e fortalecimento da COM-VIDA com a realização de oficinas;</p>	<p>Formação dos integrantes da comissão de forma a facilitar o planejamento participativo da Agenda 21 na Escola;</p>
<p>Aquisição de equipamentos que favoreçam o registro das atividades e acesso à internet (computador e internet banda larga), aquisição de subsídios teórico-metodológicos e pedagógicos (vídeos, publicações, jogos cooperativos);</p>	<p>Motivação a refletir sobre as mudanças socioambientais globais e planejar as ações de transição para a sustentabilidade;</p>
<p>Deslocamentos (em visitas guiadas) e recursos para ingressos a áreas protegidas (Parques Nacionais etc.);</p>	<p>Conhecimento de iniciativas relacionadas à sustentabilidade socioambiental na comunidade/cidade em que a escola se situa e visita a museus tecnológicos e experiências bem-sucedidas em áreas de interesse;</p>
<p>Adequação do espaço físico;</p>	<p>Destinação apropriada de resíduos da escola, eficiência energética, uso racional da água, conforto térmico, acústico, mobilidade sustentável e estruturação de áreas verdes;</p>

<p>Elaboração de estudos sobre o espaço físico da escola, análise sobre a viabilidade de intervenções arquitetônicas de acordo com critérios de sustentabilidade, realização das adequações prioritárias por meio de ecotécnicas (intervenções tecnológicas no ambiente com base na compreensão dos processos naturais e foco na resolução de problemas com o menor custo energético e poupando recursos naturais);</p>	<p>Contribuir para gerar novos conhecimentos e práticas no ambiente escolar;</p>
<p>Apropriação pedagógica em diversas disciplinas da escola;</p>	<p>Contribuir para gerar novos conhecimentos e práticas no ambiente escolar;</p>
<p>Promoção à inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico da escola com envolvimento da gestão escolar, corpos docente e discente por meio da COM-VIDA, através de oficinas de formação e da produção e/ou aquisição de materiais didático-pedagógicos (vídeos, cartilhas, livros, jogos) que tratam de temas como produção e consumo sustentáveis, gestão de resíduos sólidos, biodiversidade, práticas de alimentação saudável, horta escolar, uso racional de água e energia, dentre outros;</p>	<p>Fortalecimento da continuidade da discussão da temática socioambiental na unidade escolar e comunidade;</p>
<p>Campanhas educativas, em visitas guiadas e outras ações consideradas relevantes pelo coletivo escolar.</p>	<p>Fortalecimento da continuidade da discussão da temática socioambiental na unidade escolar e comunidade.</p>

Portanto, as finalidades dos itens financiáveis pelos recursos PDDE Escolas Sustentáveis são:

- Contratação de serviços de terceiros (aluguel de transportes, pagamento de provedor e servidor de internet, contratação de mão-de-obra para oficinas e formações presenciais e adequações no espaço físico).
- Aquisição de materiais de construção para adequações do espaço físico da escola (telhado, cisterna, viveiro de plantas, pias e lavatórios, horta de ervas e plantas medicinais, bicicletário, larabóias, pintura).
- Aquisição de equipamentos (notebook, impressora, modem de acesso à internet, umidificadores de ar, aquecedor, iluminação solar, lixeiras para coleta seletiva, coletor para pilhas e baterias).
- Aquisição de materiais didático-pedagógicos (publicações, vídeos, jogos cooperativos, banners). Para tais compras, alguns critérios ambientais devem ser seguidos: materiais/ equipamentos não poluentes e/ou com reduzida toxicidade, reciclados ou recicláveis. Estes devem diminuir o consumo de água ou energia elétrica. Outros critérios são: precisam ser provenientes do comércio local e concorrer para a sustentabilidade socioambiental na escola, além de ser considerados os processos de extração, fabricação, utilização e descarte desses materiais antes de comprá-los.

Os recursos financeiros são incentivos para as escolas realizarem ações voltadas à Educação Ambiental. O objetivo do incentivo financeiro perante às escolas é que estas consigam impulsionar seus projetos de transição à sustentabilidade por meio de subsídios teóricos e metodológicos e aquisição de bens e serviços capazes de viabilizá-los.

As escolas serão contempladas por ordem de adesão, mediante inserção da documentação exigida no módulo “Escolas Sustentáveis” do PDDE Interativo. As escolas passíveis de atendimento são as públicas que situam-se em municípios sujeitos a emergências ambientais. Outra exigência, membros da instituição escolar precisam ter participado da III ou IV Conferência Infância-juvenil pelo Meio Ambiente e do Processo Formativo em Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e COM-VIDA.

A escola pode utilizar o recurso financeiro em ações relacionadas ao espaço físico, gestão e currículo. As intervenções realizadas pela escola deve possibilitar uma experiência a ser amplamente divulgada pela comunidade e que estimule processos pedagógicos, tornando-se referência na promoção da cultura da sustentabilidade na unidade escolar e comunidade local. Esse recurso é de fundamental importância para que o programa tenha continuidade na escola. Porém desde 2015 o Treze de Junho não recebe a verba desse programa.

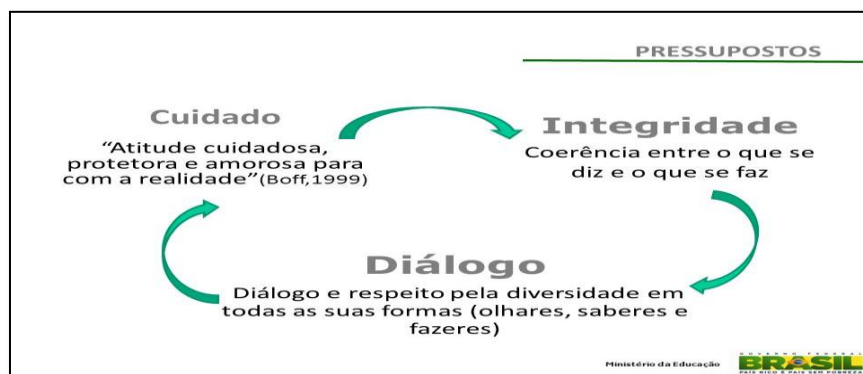
De acordo com a Lei nº 9.795/99 (BRASIL, 1999), “a Educação Ambiental envolve a promoção de processos pedagógicos que favoreçam a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a conquista da sustentabilidade socioambiental e a melhoria da qualidade de vida.”

A escola sustentável objeto da COM-VIDA, conforme a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (2012), deve ser um espaço, onde se desenvolvem processos educativos permanentes e continuados, capazes de sensibilizar o indivíduo e a coletividade para a criação e concepção de conhecimentos, valores, habilidades, atitudes e competências voltadas para a construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável.

Assim, tornar a escola um espaço sustentável é também torná-la um espaço de inclusão, que respeita os direitos e as diferenças humanas, que valoriza a diversidade e a conquista da qualidade de vida, contribuindo com a melhoria da relação de aprendizagem.

Para ser sustentável, a escola precisa promover a saúde das pessoas e do ambiente, cultivar a diversidade biológica, social, cultural, étnico racial, de gênero, respeitar os direitos humanos, em especial de crianças e adolescentes, ser segura e permitir acessibilidade e mobilidade para todos, favorecer o exercício de participação e o compartilhamento de responsabilidades e promover uma educação integral (BRASIL, 2012). Esse discurso e atitude estão associados a pressupostos pedagógicos tais como:

Figura 4 – Pressupostos pedagógicos da escola sustentável.



Fonte: MEC, 2012.

Segundo a cartilha “Vamos Cuidar do Brasil pelas Escolas Sustentáveis (2012)”, a gestão de uma escola sustentável deve aderir à proposta de aceitação à diversidade, mediar o diálogo, a democracia, a participação e, a partir disto, a comunidade escolar constrói mecanismos eficientes para a tomada de decisões. De acordo com BRASIL (2004), a COM-

VIDA é uma forma de organização na escola, que visa realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente, da qualidade de vida e sustentabilidade, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade, para desenvolver a Educação Ambiental de forma permanente, também estimula o exercício da cidadania socioambiental, fomentando a governança escolar, comunitária e local. Segundo Loureiro (2002):

Na formação da cidadania ambiental, através do processo de EA crítica e emancipatória, pode-se alcançar mudança social e cultural. A Educação Ambiental busca equilíbrio entre ações humanas, de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável.

Além da formação da cidadania ambiental, a COM-VIDA fortalece, consolida e avança na conquista de escolas sustentáveis e comunidades igualmente sustentáveis, além de possibilitar a mudança social e cultural local/global e a efetivação do exercício permanente da prática de educação ambiental. Para tal, é necessário:

A participação cidadã deve se sobrepor a qualquer regime que restrinja os espaços de decisão pública. O princípio da participação inspira a criação de mecanismos que se proponham a permitir que a população participe das diversas etapas das políticas públicas, seja durante a fase decisória, seja nas fases de implantação e acompanhamento (CARVALHO, 2016).

Esse princípio é um grande desafio para a COM-VIDA, pois não acontecendo a participação comunitária e aplicação de políticas públicas, principalmente no que se refere ao financeiro, não será possível a construção de uma sociedade sustentável e dos mecanismos para a implantação de projetos capazes de transformar o meio e combater os impactos ambientais causados pelo homem. Acreditamos que com a implantação do PDDE, as políticas públicas e os projetos relacionados à COM-VIDA possam potencializar as ações de educação ambiental nas escolas do Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano) e de Ensino Médio.

Além disso, o trabalho conjunto entre as ações da COM-VIDA e do PDDE possibilita a criação e manutenção de um espaço democrático e participativo que congregue toda a comunidade escolar e fomenta iniciativas voltadas para a sustentabilidade socioambiental. E também a melhoria da qualidade de vida na escola e sua comunidade, assim como o diálogo sobre temas socioambientais contemporâneos (BRASIL, 2004). Possivelmente, com essas ações, possamos alcançar a existência de um espaço, contando com a participação política dos cidadãos da comunidade junto aos membros da unidade escolar na busca da solução de problemas ambientais do município, assim como a prevenção dos mesmos.

O princípio 10º da Rio 92 nos fala que a melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. Daí a importância de atrair os membros da escola e os cidadãos do município, principalmente do incentivo financeiro do PDDE, pois assim garantimos atuação ativa da comissão da COM-VIDA, bem como dos seus parceiros e colaboradores.

O princípio também diz que, no nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos. Segundo Reigota (2010, p. 25), “o cidadão atua, requer e constrói os seus direitos individuais e coletivos, a partir da prática, da execução da cidadania, não privilegiando interesses individuais”. E completa a afirmação expressando que:

A participação do cidadão, em nível individual ou em ONGs e movimentos, na construção de uma sociedade mais justa e ecologicamente sustentável, tem sido crescente e a sua importância é indiscutível (REIGOTA, 2010).

Reiteramos que o grande desafio da COM-VIDA é a participação efetiva da comunidade local e educacional, pois sem essa não há possibilidade de construirmos uma Educação Ambiental capaz de promover os princípios de sustentabilidade, preservação e conservação dos ecossistemas. Além de propiciar ao que Lima (2005, p.20) sinaliza: “o campo da Educação Ambiental é um campo plural, diverso e diferenciado de tendências político-pedagógicas, éticas e epistemológicas. A busca pela pluralidade deste campo e a modificação dos espaços locais e globais, sobretudo no dia a dia, são os pilares semânticos da criação da COM-VIDA”. Ademais, tem a inserção teórica e prática da Agenda 21 na escola.

Planejar e agir para modificar o dia-a-dia da escola e da comunidade para melhor é o sentido de se criar a COM-VIDA; colocar em prática a Agenda 21 na escola é o trabalho a ser desenvolvido pela comissão. Daí, a importância da tomada de atitude pelo grupo, para transformar a sua situação atual e se chegar às metas propostas.

(...) a Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado

numa nova ética da relação sociedade-natureza. Dessa forma, para a real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos a Educação Ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza (LOUREIRO, 2002, p. 69).

Os valores são construídos e os princípios que regem a COM-VIDA e a prática de EA comungam duas grandes esferas: a social e a educacional. Entre elas estão cruzadas as políticas públicas e a participação do investimento financeiro. A participação desses elementos estruturantes é reforçada a partir da implantação do planejamento das ações, que orienta a apresentação e a realização de ações. Além disso, aponta os responsáveis e os métodos avaliativos. Assim, temos no quadro abaixo:

Quadro 4 – Plano de organização das ações COM-VIDA na UE e município.

A ação	É o trabalho que deve ser feito para alcançar a meta
Os materiais e custos	É tudo aquilo que será necessário na concretização da ação, assim como a mão de obra gasta durante a realização da ação, os custos são os valores em dinheiro que serão gastos na ação para se atingir as metas e esses valores são adquiridos através de verba recebida pela unidade escolar do PDE Interativo Escolas Sustentáveis
O prazo	Corresponde ao tempo estimado gasto pela ação
Os responsáveis	São as pessoas que se encarregarão de cumprir e estruturar a ação
Como avaliar	O grupo estabelece uma medida padrão para comparar se as metas estão sendo atingidas pela ação

Fonte: Ministérios da Educação e Meio Ambiente, 2012.

A tabela apresenta o plano de ação construído por atores da COM-VIDA. Este modelo segue de exemplo para guiar todas as discussões do grupo e também nortear o trabalho na unidade escolar. Diante do plano, a primeira ação do grupo é estabelecer a meta, por exemplo, se a meta é diminuir o desmatamento, ou os impactos do lixo no rio. Logo após, o grupo seleciona os materiais, ou seja, tudo aquilo que será necessário para a materialização da ação, por exemplo, mão de obra, panfletos, palestras, dentre outras. Selecionadas as matérias, o grupo levanta os custos e determina o prazo para a execução da ação. Definido os custos e os prazos, esses são dados são encaminhados para o PDDE Interativo, para que o mesmo libere a

verba para que o trabalho seja executado. Por fim, a avaliação do trabalho, que pode ser através da comparação entre as metas estipuladas e os resultados da ação.

Em todo o Brasil, foram implantadas a COM-VIDA. Na Bahia, a comissão, atua a partir da Secretaria da Educação do Estado que possui 1777 unidades escolares que efetuaram a Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Esse número, de acordo com o MEC, possibilita a Bahia ser o segundo estado do país em número de unidades escolares participantes da conferência. Segundo Fábio Barbosa, coordenador do Departamento de Educação Ambiental da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, um processo de planejamento possibilitou uma grande mobilização das Diretorias Regionais de Educação (antigas Direcs, hoje Núcleos Regionais de Educação, NRE) e das unidades escolares para a participação nas conferências (MEC, 2012).

Durante a conferência na Bahia, estudantes e professores se reuniram para dialogar sobre como transformar sua escola em um espaço sustentável a partir dos subtemas terra, fogo, água e ar. A etapa escolar foi o momento para o fortalecimento ou construção da COM-VIDA como o instrumento criado para socializar a Educação Ambiental dentro da escola. E também para o desenvolvimento do projeto de ação, com a finalidade de promover a sustentabilidade socioambiental a partir da gestão, do currículo e do espaço físico da escola, assim como, para a criação de um produto, chamado de educomunicação que objetiva a divulgação do projeto de ação. Além das etapas supracitadas, ocorre também a eleição dos participantes, dos delegados e dos suplentes para a Conferência Regional.

Para a Rede Estadual de Educação alcançar a posição do segundo estado do país em participação nas Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente, o Secretário de Educação da época realizou em 2012 de 18 a 20 de julho em Salvador o II Encontro Estadual de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA): a Bahia rumo às Escolas Sustentáveis. Segundo o MEC (2012), o evento teve a participação de 117 municípios baianos, 246 escolas estaduais e 280 pessoas entre elas professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares, técnicos e gestores dos núcleos e membros da sociedade civil.

O evento perseguiu o objetivo da consolidação ou a implementação das COM-VIDAS nas unidades escolares baianas e neste os participantes socializaram experiências sob a ótica da Educação Ambiental. Dentre os resultados do encontro, temos a construção da Agenda 21 na Escola. Essa ação também pertence ao Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia (ProEASE).

No encontro os participantes também tiveram a oportunidade de assistir apresentações de painéis, palestras, exposição de vídeos e debates, inclusive receberam formação acerca da temática. Na oportunidade, os coordenadores do evento apresentaram a Portaria

Interministerial MEC e MMA Nº 883, de 5 de julho de 2012 que dispõe sobre a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, os princípios e os objetivos que norteiam os planos de ação da Conferência. Além disso, os coordenadores do evento apresentaram também o histórico de participação da Bahia nas Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente.

Ainda em 2012 em Salvador de 23 a 25 de outubro, houve a Reunião Técnica de Orientação às Diretorias Regionais de Educação, as antigas Direcs, hoje os Núcleos Regionais de Educação (NRE) para a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente e o uso pedagógico do álbum seriado de Educação Ambiental: Bahia sem Fogo. O evento teve a participação de 90 pessoas dentre técnicos e gestores dos núcleos, membros da Comissão Organizadora Estadual (COE), técnicos das Secretarias da Educação e do Meio Ambiente e representantes do Coletivo Jovem (CJ) (MEC, 2012).

Os objetivos que nortearam esse encontro segundo o MEC (2012), foram: orientar os NREs para realização das etapas preparatórias para a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente; preparar os técnicos e a área pedagógica dos NREs para serem multiplicadores e realizarem as Oficinas de Conferência em sua regional; realizar oficina formativa para uso do Álbum Seriado Bahia “Sem Fogo nas escolas”.

Nessa reunião, técnicos também apresentaram o Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Programa Escola Sustentável em todas as escolas públicas do ensino fundamental II e ensino médio em todo território brasileiro. Na oportunidade construíram também coletivamente o conceito de escola sustentável, bem como estratégias para a transformação da escola num espaço educador sustentável (MEC, 2012).

Das Conferências Estaduais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente, os coordenadores selecionaram os projetos que representaram a Bahia para a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente em 2013.

O produto final desses encontros e conferências foi o lançamento do Programa de Educação Ambiental da Bahia (PEA-BA), como parte da política ambiental do estado. Na construção do programa, a sociedade civil juntamente com técnicos do governo sistematizaram e debateram o conteúdo a partir de consultas públicas, estabeleceram orientações e fortalecimento de ações, projetos e programas setoriais e territoriais de Educação Ambiental no espaço escolar.

Conforme o coordenador do Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, Fábio Barbosa, as conferências foram instrumentos voltados para o fortalecimento da cidadania ambiental nas escolas e nas comunidades, a partir de uma educação

crítica, democrática e transformadora, para assim, provocar as inúmeras mudanças na sociedade local/global.

Essa teoria de Fábio Barbosa une-se com as ideias discutidas por Carvalho (2016). O autor Carvalho afirma que os projetos e os encontros acerca do meio ambiente deve atingir todos os espaços sociais, ou seja, a ocupação das cidades e de seus espaços deve respeitar aspectos ambientais e sociais da realidade urbana. A tentativa de discutir acerca da ocupação do espaço, é buscar na prática impedir a uma ocupação sem planejamento, um crescimento desordenado e desestruturado, sem atenção a questões ambientais.

Um dos objetivos da COM-VIDA é impedir os impactos ambientais na sociedade ambiental, por isso que a comissão busca planejar e agir para modificar o dia-a-dia da escola e, assim, alcançar a comunidade local/global, tornando-as melhor e mais sustentável. Assim, a comissão procura atuar de modo dinâmico, buscando sensibilizar os membros da comunidade escolar, comunidade local e autoridades a produzir e explorar evitando exageros e esgotamento, a tratamento dos esgotos, destino correto dos resíduos sólidos e líquidos, evitando a poluição de espaços urbanos e de ecossistemas (MEC, 2012).

A meta da comissão é tornar a escola e comunidade sustentáveis sabendo que para tal, o trabalho é constante e contínuo. Além disso, modificar todas as concepções anti-ambientais e a formulação de uma concepção que atenda as práticas e representações que compreendam os espaços. Conforme Carvalho (2016, p. 54), “o uso sustentável dos recursos naturais por uma cidade deve ser interesse da sua atual geração com manejo ambiental racional para sua sobrevivência.”

A prática de EA depende da concepção de meio ambiente, de compreender suas representações nas pessoas envolvidas no processo pedagógico. A participação do cidadão na criação de alternativas ambientalistas exige que ele tenha prática e experiência do diálogo entre diferentes gerações, culturas e hábitos (REIGOTA, 2010). E para toda essa dinâmica se tornar real e operante no Colégio Treze de Junho, é necessário envolvimento e compromisso dos membros da comissão, assim como de uma maioria dos formadores da comunidade escolar e de pessoas da comunidade local utilizando a comissão na tentativa de alcançar qualidade de vida no município.

5.3. O município de São José da Vitória/BA

São José da Vitória é um município brasileiro situado no sul da Bahia, às margens da rodovia BR-101, sendo uma das menores cidades do estado. A localização geográfica onde

está inserida é rica em biodiversidade e em recursos naturais, como água doce (tem uma represa como cartão-postal e como ponto turístico), fauna e flora de Mata Atlântica preservados em sua grande totalidade. De acordo com o IBGE (2015) e a secretaria de educação do município, São José da Vitória surge dentro de uma fazenda chamada São José.

Por volta de 1928, havia dificuldade de acesso entre fazendas da região por causa da densa Mata Atlântica, daí, um engenheiro sugeriu a criação de uma estrada, que passou por dentro dessa fazenda e um comércio se formou na localidade, originando o povoado São José, pertencente à cidade de Macuco, antigo distrito de Itabuna e atual cidade de Buerarema, emancipada em 1958.

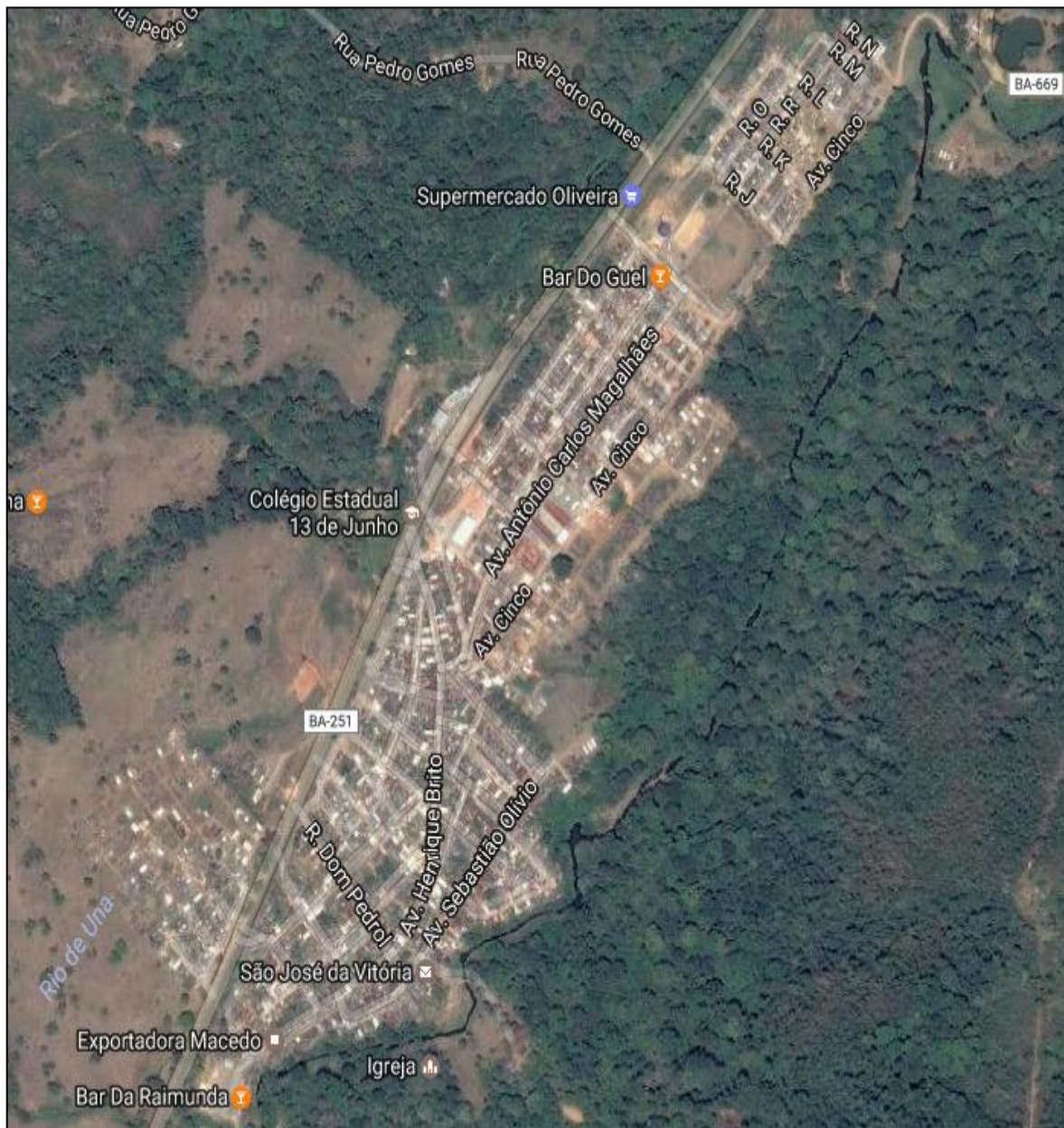
Em 13 de junho de 1989, através da Lei nº 5.006, houve a emancipação política de São José da Vitória. O município está localizado geograficamente numa latitude Sul de aproximadamente 15°03' e 39°29' de longitude oeste. Limita-se ao norte com o município de Buerarema; ao sul com Arataca; a oeste com Jussari e a leste com o município de Una. Fica a 475 Km da capital, Salvador. A extensão territorial é de 53 Km² e o clima predominante do município é tropical, quente e úmido. A vegetação predominante é de florestas, a Mata Atlântica e o rio mais importante que banha São José da Vitória é o Braço Norte do Rio de Una, que nasce na Serra do Peito de Moça, no limite do município de Arataca, e desemboca no Oceano Atlântico. Os principais cultivos da cidade são cacau, banana, café e seringa. A população estimada em 2015 é de 6.118 habitantes (IBGE, 2016).

No âmbito do turismo, o principal ponto é o Rio de Una, representado com duas represas apelidadas de Presa Nova e Presa Velha, a Presa Nova é de onde se retira a água para abastecer as cidades de São José da Vitória e Buerarema, e a Presa Velha é usada para o banho e diversão da população local e turistas de outras cidades, como: Buerarema, Jussari, Arataca, Itabuna, Ilhéus e outras. São José tem como requisitos positivos estar à beira da BR 101, ter um Rio Limpo e considerado um dos melhores da região, estar próximo a duas grandes cidades da Bahia, Ilhéus e Itabuna. A primeira distante 66 km; a segunda, 34 km. Além disso, o município está em uma área de agricultura extensiva, onde a cultura do cacau, seringa e banana são os principais produtos agrícolas comercializados. Apesar de ser um município pequeno, recebe uma população da zona rural dos arredores, para comercializar na cidade, como por exemplo, pessoas de Una, Arataca, Jussari e Buerarema. Por tudo isso, o comércio, apesar de ser pequeno, vem crescendo consideravelmente¹².

¹² Site da Prefeitura de São José da Vitória. Disponível em: <http://www.saojosedavitoria.ba.gov.br/informacoesGeograficas>. Acesso em 18 de maio de 2017.

Infelizmente houve recentemente o registro do aumento significativo do desmatamento na Bahia. A região Sul da Bahia ficou de fora desse registro. O Colégio Estadual Treze de Junho e o município de São José da Vitória estão localizados em meio à Mata Atlântica. É de fundamental importância a continuação das ações da COM-VIDA no que diz respeito aos seus objetivos.

Figura 5 - Imagem da cidade de São José da Vitória no Sul da Bahia.



Fonte: Google Maps, 2017.

Nesse espaço territorial de São José da Vitória, no desenvolvimento da região Sul da Bahia, o cacau teve seu papel destacado. Alguns estudiosos afirmam que a espécie nativa da América, entre o Peru e o México, chegou ao Brasil por meio da floresta Amazônica, onde encontrou ambiente favorável ao seu desenvolvimento. Outros afirmavam que a origem do cacau está vinculada à Bacia Amazônica, porém, como nesses lugares se encontra o cacau nativo, essa polêmica fica sem solução. Devido ao seu alto teor energético, o cacau já era utilizado pelos Maias e Astecas em uma versão de chocolate rudimentar, como alimento e em rituais. O cacau possui o nome científico de *Theobroma cacao* (LINS, 2007).

No fim do século XIX e início do século XX, os cacauicultores mandavam e desmandavam no Sul da Bahia e se firmavam como o grupo de poder que mais se destacava nesse período na região. O desenvolvimento econômico e urbano de cidades como Itabuna, Ilhéus e as próximas girou em torno do cultivo da lavoura cacauaieira.

Para tanta gente que chegava, não sendo escasso o número de indivíduos habituados ao conforto, era necessário haver pousada à altura. Por isso, inaugurou-se em agosto [de 1928] o Ilhéus Hotel, estabelecimento digno das necessidades e do movimento da terra. Existiam mais dois hotéis, sendo um bem regular, e 22 pensões de todas as classes (CAMPOS, 2006, p.634).

Os coronéis dominantes na região Sul da Bahia que faziam parte da elite na época aplicavam o poder econômico e político na implementação da urbanização na região, em atendimento a seus ideais, utilizando esse mecanismo para destacarem o prestígio social, político e econômico que era imposto. Assim sendo, as intervenções diretas no espaço estavam inundadas de simbologia, “do culto à personalidade no espaço urbano, consagrado como lugar de expressão do poder social” (RIBEIRO, 2005).

É possível afirmar que a cidade de Ilhéus e demais foram transformadas em uma arena de disputas de poder encabeçadas por atitudes que preservassem compor o quadro dos que possibilitaram a expansão das cidades, posto que os bens de consumo que poderiam ser encontrados em Salvador também estavam disponíveis em Itabuna e Ilhéus, quer dizer, todos os utensílios modernos para o lar (CAMPOS, 2006).

Nessa perspectiva, com vistas nessa perpetuação, característica importante na economia local, aconteceu o processo de urbanização da região, como por exemplo, a passagem da BR101 cortando o Sul da Bahia, a rodovia Itabuna/Ilhéus, bem como a memória regional e projeção de algumas cidades no cenário brasileiro e mundial. Ao longo do século XX, símbolos de riqueza gerada pelo cultivo do cacau poderiam ser vistos na iluminação pública, com existência em algumas cidades de postes importados da Inglaterra, pedras que

pavimentaram ruas centrais. Mas o consumo e ostentação eram percebidos nas atitudes das famílias tradicionais, na exibição de móveis, na arquitetura das residências e das fazendas (RIBEIRO, 2005).

A concentração de interesse no cacau na região era tão intensa que pouco se investiu no avanço industrial, destacando apenas a abertura da oficina Companhia Mecânica de Ilhéus, no setor de comunicações e transporte não houve grandes avanços exceto pela inauguração do serviço de passageiros de avião e vapores que começaram a frequentar o porto de Ilhéus para escoar o cacau (CAMPOS, 2006).

Extraída do romance de Jorge Amado, *Terras do Sem Fim*, a expressão “frutos de ouro” traduz uma espécie de naturalismo que gravitava sobre o imaginário local, desse modo, possibilitava contendas. Para Rocha (2006):

Todos que aqui aportavam atraídos pela fama mítica do cacau viam-no como o símbolo de sua redenção financeira, seu enriquecimento, seu poder sobre a terra na qual o cacau fosse cultivado. Dos analfabetos aos mais letrados, a boa safra do cacau era o sinal de um período de abundância que lhes prometia dinheiro farto, viagens, festas, vida mansa (ROCHA, 2006, p. 17).

Nas últimas décadas a lavoura cacaeira enfrentou crises, com a chegada de uma praga, a vassoura-de-bruxa, que contribuiu para a decadência da monocultura. Dessa forma, a principal consequência gerada pela crise na lavoura cacaeira foi o desemprego em série de trabalhadores rurais, forçando esses indivíduos a se deslocarem para núcleos urbanos mais estruturados. Nesse sentido, as relações de produção e reprodução do espaço intensificaram-se com a introdução de uma nova demanda e novas formas de uso da terra e reestruturação das cidades (CORREA, 2006).

Após a decadência da lavoura cacaeira entre os anos de 1989 e 1992, reduziu drasticamente a produção de cacau e desestabilizou o domínio dos descendentes de coronéis nos municípios do Sul da Bahia, houve a migração de uma parcela significativa dos trabalhadores rurais e suas famílias sem emprego nas fazendas de cacau para outras regiões do estado da Bahia, para a capital, ou para outros estados do Brasil em busca de novas oportunidades de emprego e renda (RANGEL E TONELLA, 2013).

Na região onde se localiza São José da Vitória, com predominância do cultivo do cacau, também não foi diferente. Com fazendas sem produção do fruto e a falta de oportunidade, muitas famílias deixaram a cidade e, conseqüentemente, houve a redução da população. No Colégio Estadual Treze de Junho, a evasão escolar foi um fenômeno intenso.

A região onde se localiza a cidade de São José da Vitória é rica em Mata Atlântica e biodiversidade. Por isso, a COM-VIDA pode através de um planejamento futuro bem estruturado e em parceria com o Instituto Chico Mendes, do Parque Serra das Lontras, incentivar a criação na cidade de uma cooperativa que se dedique ao ecoturismo gerando emprego e renda para cooperados.

A cidade possui em seu histórico uma associação que por um período recolheu resíduos sólidos para reaproveitamento e se dedicou a divulgar a importância da conservação e preservação do meio ambiente local. A Igreja Católica incentivou recentemente o recolhimento de resíduos sólidos para gerar renda e também deu atenção para práticas de educação ambiental na localidade.

Sendo assim, a COM-VIDA pode, em parceria com autoridades locais e com a Igreja, incentivar a formação de ONG ou associação que resgate ações, vinculando-as com a divulgação da importância das práticas de EA e desenvolvimento sustentável. Os passos traçados pela COM-VIDA no Treze de Junho e comunidade de São José da Vitória poderão no futuro garantir preservação do espaço florestal e hídrico que o município possui.

5.4. O Colégio Estadual Treze de Junho

O Colégio Estadual Treze de Junho, possui ensino básico fundamental, médio e educação de jovens e adultos, o EJA. A unidade possui atualmente entre ensino fundamental e ensino médio, 373 alunos, não possui organização em ciclos, fornece merenda aos alunos, oferece água filtrada, o abastecimento de água, energia, rede de esgoto e destino do lixo com coleta periódica, são oferecidos pela rede pública (CETJ, 2017).

A escola ainda não é acessível aos sujeitos com necessidades especiais, falta defesas contra incêndio, os sanitários são dentro do prédio da escola, a biblioteca relativamente organizada e com um acervo regular, a cozinha é arejada e mantida limpa, contém recursos próprios para a produção de merenda, não há laboratório de informática em atividade ainda, mas há computadores disponíveis para o uso, o laboratório de química relativamente atende necessidades básicas de aulas com experiências. Não há ainda quadra de esportes, a prática do mesmo acontece na quadra municipal, que por sinal é muito rudimentar e não oferece condições aos alunos de praticar variedades de esportes.

Figura 6 - Imagem da área externa do Colégio Estadual Treze de Junho em São José da Vitória, 2016.



Fonte: a autora, 2016.

A escola possui secretaria, sala da direção e sala dos professores. Oferece sala para a exposição de vídeos durante aula. Oferece equipamentos de uso didático como DVD, copiadora, TV pendrive, computador e datashow. Não oferece espaço físico para eventos e quando ocorrem, é nos corredores da escola e na sala de vídeo. Mesmo não havendo um espaço físico que comporte uma quantidade significativa de pessoas ao mesmo tempo na escola, a implantação da COM-VIDA em 2011 estimulou a implementação e a organização de eventos interdisciplinares a favor dos ecossistemas locais e contra os impactos ao meio ambiente.

Figura 7 – Imagem da biblioteca da Escola Estadual Treze de Junho, 2016.



Fonte: a autora, 2016.

Figura 8- Imagem do interior do Colégio Estadual Treze de Junho em São José da Vitória, 2016.



Fonte: a autora, 2016.

A partir de 2011, são realizadas, junto aos alunos e comunidade, as oficinas, feiras de ciências e seminários para a inserção no processo de informação sobre temas como qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, preservação de fauna e flora da Mata Atlântica local, o lixo da cidade, poluição e desenvolvimento do senso crítico e racional sobre a valorização do meio ambiente.

5.5. As ações da COM-VIDA no Colégio Estadual Treze de Junho e no município de São José da Vitória/BA

As ações de Educação Ambiental numa perspectiva interdisciplinar se intensificaram no Treze de Junho em 2011 e ganhou uma melhor estruturação com a implementação da COM-VIDA. Oficinas, feiras de ciências e palestras destinadas para a unidade escolar e comunidade, com objetivo de inserção no processo de informação dos temas qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, preservação de fauna e flora da Mata Atlântica, destino adequado para resíduos sólidos e líquidos, poluição e desenvolvimento de senso crítico e racional sobre a valorização do meio ambiente, ganharam espaço no planejamento pedagógico da escola.

No período de 2013 a 2016, ações da COM-VIDA buscaram contribuir com o processo de aperfeiçoamento da Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável do município de São José da Vitória/BA. Várias ações e atividades foram executadas. Algumas ações e atividades se destacaram pelos resultados obtidos. Elas foram :

- Peça teatral promovida pelo 3º ano EM vespertino para alunos da escola e comunidade. A turma interpretou com ajuda da professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira uma parte do livro *Vidas Secas* de Graciliano Ramos e associaram a escassez de

água e seca no Nordeste para produzir o texto da peça teatral, arrumaram o cenário reutilizando materiais de outras atividades na escola, divulgaram o acontecimento da peça teatral pelas turmas da escola e na comunidade. Não houve uso de recursos financeiros da COM-VIDA. Quando o blog Biointeratividade13.blogspot.com foi criado, a atividade da COM-VIDA de explorar a importância da água foi divulgada.

Figura 9 – Ação COM-VIDA através de peça teatral sobre a água por alunos 3º ano EM da UE, 2011.



Fonte: a autora, 2011.

- Seminário em 2012 realizado por alunos do 2º ano vespertino do EM que trataram a importância da prevenção de doenças causadas por bactérias e vírus. A turma visitou postos de saúde da comunidade para adquirir cartazes sobre o tema, produziram painel reutilizando papel de outras atividades na escola. Apresentaram a temática em forma de seminário para demais alunos da escola e comunidade na Feira de Ciências desse ano. Quando o blog biointeratividade13 foi criado, a execução do seminário foi publicada para divulgar a ação da COM-VIDA na comunidade.

Nesta feira, aconteceu também o seminário realizado por alunos do 2º ano matutino do EM sobre importância da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Nessa ação da COM-VIDA, os estudantes apresentaram trabalhos de pesquisa para a comunidade. A execução da atividade foi postada no blog Biointeratividade13 para divulgar a ação pela comunidade quando o mesmo foi criado.

Figuras 10 e 11– Ação da COM-VIDA por seminário sobre a importância da prevenção de doenças causadas por vírus e bactérias para demais alunos e visitantes da comunidade por 2º ano EM na Feira de Ciências, 2012.



Fonte: a autora, 2012.

Figura 12 – Ação da COM-VIDA através de seminário sobre a importância da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis para visitantes e convidados da comunidade por 2º ano EM da UE, 2012.



Fonte : a autora,2012.

• Oficina na Feira de Ciências de 2013 realizada pelas turmas de 1º e 2º anos matutino EM para ensinar estudantes e comunidade como produzir sabão reutilizando óleo de cozinha usado. As turmas se organizaram para coletar na comunidade o óleo usado de cozinha, limpavam o óleo e armazenaram em garrafas pet até o dia da feira.

A professora da disciplina de biologia das turmas providenciou junto à direção da escola através de verba da COM-VIDA, adquirir os utensílios para uso na experiência e o material químico utilizado na produção do sabão. O professor de química das turmas deu orientações de como produzir o sabão e com segurança. Após essa atividade, alunos que os pais são donos de restaurante ou só produzem salgados em casa para vender, afirmaram que a partir da oficina e da prática, iriam conversar com os pais para evitar que o óleo usado fosse para a rede de esgoto ou para o rio da cidade.

Com essa ação a quantidade de óleo de cozinha usado que seria eliminada de forma incorreta na água e solo foi reduzida em parte, pois os alunos recolheram na cidade grande quantidade de óleo e todo o sabão produzido foi doado para alunos e funcionários da escola.

Figura 13 – Produção de sabão a partir do óleo de cozinha usado recolhido por alunos de 1º e 2º anos EM, 2013.



Fonte: a autora, 2013.

- Confecção de alegorias a partir de resíduos sólidos para exibição em Feira de Ciências e para desfile cívico. Essa produção das alegorias teve objetivo de mostrar que é possível se conquistar o belo também reutilizando resíduos evitando o consumo de materiais para tal produção. O tema central da feira foi reaproveitamento e sustentabilidade e o tema do desfile cívico foi paz na natureza. Alunos do 9º ano do fundamental II do matutino e 2º ano do EM vespertino se organizaram para coletar embalagens plásticas que seriam destinadas ao lixão, limpavam as embalagens e produziram as alegorias. Vale ressaltar, que algumas alegorias ficaram com belíssimo acabamento e também foram utilizadas em desfile na cidade próxima de Buerarema pela Escola Municipal José Nery Constant.

Figuras 14 e 15 – Alegorias a partir de resíduos sólidos apresentada na Feira de Ciências do Treze de Junho por alunos do 9º ano fundamental II e 3º ano EM, 2013. À direita, desfile cívico na cidade de Buerarema, 2014.



Fonte: a autora, 2014.

- Produção de “bica” para coleta de água da chuva do telhado do Treze de Junho por alunos do 2º ano EM matutino. A turma pesquisou como produzir a bica e junto ao professor de geografia, fez relação de materiais necessários para tal e adquiriu materiais através de verba da COM-VIDA. Os alunos se organizaram atingiram o objetivo. A água da chuva captada é armazenada em tanque que permanece fechado. A água é utilizada na limpeza da escola economizando água potável e reduzindo valor na conta junto à empresa que a fornece.

Figura 16 – Captação de água da chuva do telhado da UE por alunos 2º ano EM, 2014.



Fonte: a autora, 2014.

- Confeção de sacolas de tecido por alunos do 3º ano EM do matutino junto a costureiras da comunidade. Todos os alunos da turma se envolveram na produção das sacolas conseguindo na comunidade as costureiras e através da professora de biologia junto à direção da escola pela verba da COM-VIDA houve a aquisição do tecido, linha e tinta. Após sacolas prontas, os alunos realizaram a pintura da frase: “13 de Junho. Eu uso sacolas retornáveis!”

Toda a produção foi doada para alunos da escola, para docentes e visitantes da comunidade durante a Feira de Ciências na UE em 2014.

Figuras 17 e 18 – Ação COM-VIDA de confecção de sacolas retornáveis com participação do 3º ano EM e costureiras da comunidade, 2014. E à direita, sorteio das sacolas retornáveis na Feira de Ciências na UE, 2014.



Fonte: a autora, 2014.

- Reaproveitamento de garrafas de vidro em artesanato por alunos do 3º ano EM do vespertino da UE. A turma recolheu garrafas de vidro pelo comércio da comunidade e criou artesanato nas garrafas. Cada aluno ficou com uma garrafa para sua criação as apresentaram em sala de aula. Um grupo desses alunos afirmou que ia aproveitar a facilidade em conseguir garrafas de vidro para iniciar criações e conquistar uma possível fonte renda com a arte. A atividade evitou a eliminação desses resíduos sólidos na natureza e despertou num grupo de alunos do 3º ano, o desejo por preservação associada com geração de renda.

Figura 19 – Ação COM-VIDA para reaproveitamento de garrafas de vidro recolhidas na comunidade para artesanato por alunos 3º ano EM da UE, 2015.



Fonte: a autora, 2015.

- Criação e cultivo da horta em espaço interno do Treze de Junho. A direção junto com alguns funcionários, alunos e professores, se uniram para criar a horta no espaço interno da escola e cultivar alimentos. A horta é uma ação do Programa Escolas Sustentáveis: COM-VIDA. O projeto da horta tem por objetivo trabalhar a consciência ambiental e na oportunidade do cultivo, colher alimentos sem agrotóxicos para utilizar na produção da merenda escolar. A iniciativa de implementação da horta fortalece na escola as ideias de sustentabilidade socioambiental e melhoria da qualidade de vida na escola e comunidade. Essa ação da COM-VIDA foi divulgada no blog [Biointeratividade13](#).

Figuras 20 e 21 – Professora cultivando a horta da escola. À direita, estudante também cultivando a horta, 2016.



Fonte: a autora, 2016.

- Oficina de produção de alimentos alternativos na Feira de Ciências do Treze de Junho em 2016. Alunos do fundamental II do matutino com a orientação de alguns professores pesquisaram receitas, buscaram alternativas de produção de alimentos reutilizando partes dos mesmos que iriam se transformar em resíduos e aumentar o volume de lixo, prepararam esses alimentos e realizaram sua exposição em oficina na feira.

A oficina foi considerada válida pela avaliação do evento, pois ensinou a interessados como aumentar a quantidade de alimentos produzidos para consumo utilizando partes que seriam descartadas, visto que a comunidade de São José da Vitória é composta em sua maioria de uma população de baixa renda e com carências. Outra vantagem da oficina foi expor que o aproveitamento de determinadas partes dos alimentos consideradas não utilizáveis reduz a produção de resíduos e consequentemente o volume do lixo da cidade.

Figura 22 – Alunos do fundamental II da UE expõem a produção de alimentos alternativos da oficina em Feira de Ciências, 2016.



Fonte: a autora, 2016.

Através do registro pelas fotos se verificou ações da COM-VIDA na unidade escolar pelo período de 2013 até 2016 com exploração de inúmeras linguagens e os diversos temas que circundam a temática maior que é Educação Ambiental e Sustentabilidade.

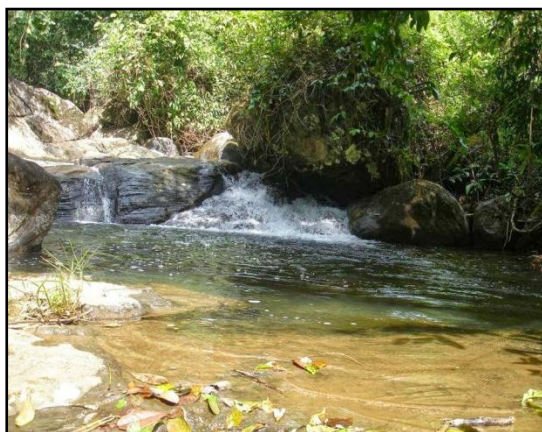
É também foco das atividades da comissão, discutir a preservação e a conservação do Parque Nacional Serra das Lontras que se localiza próximo à cidade de São José da Vitória/BA. Segundo o ICMBio (2016), o parque é uma unidade de conservação que detém uma área da unidade territorial de 127.925 km² com elevada riqueza de espécies e significativa importância biogeográfica que abrange os municípios de Arataca e Una no Sul da Bahia.

O Parna (parque nacional) é um parque que possui diploma legal de criação, Decreto s/nº de 11 de junho de 2010 sob a coordenação regional e vinculado à CR7 – Porto Seguro e também CEPLAC. Essa unidade de conservação é formada por um complexo montanhoso de floresta tropical úmida abundante de mata fechada, constitui-se de riquezas naturais ainda preservadas do bioma de Mata Atlântica, fauna e flora ainda protegidos e preservados (ICMBio, 2016).

Considerando a importância ecológica do parque, instituições como universidades se dedicam a estudos de pesquisas das espécies animais e vegetais existentes, assim como a preservação e conservação do mesmo. O parque está nessa região considerada cacaveira e abriga um enorme manancial de água doce e potável que abastece as cidades de São José da Vitória, Buerarema e Una. O parque sofre ameaças constantes de desmatamento, captura e caça de animais. Por 15 anos houve um perda de 20.632 hectares de florestas da região. O

Parna apresenta grande potencial para o turismo ecológico por sua beleza, riqueza de biodiversidade e proximidade da BR-101 (ICMBio, 2016).

Figuras 23 e 24 – Imagem do Parque Nacional Serra das Lontras. E à direita, imagem do conjunto das serras que compõem o Parque Nacional Serra das Lontras, 2013.



Fonte: a autora, 2013.

- Seminário para discutir a temática da preservação e conservação do Parque Serra das Lontras na Feira de Ciências de 2013 organizado pelos integrantes da COM-VIDA e alunos do 3º ano EM vespertino. O 3º ano EM vespertino apresentou para demais alunos da escola, pessoas da comunidade e professores presentes, o resultado da pesquisa e das discussões que desenvolveu sobre o Parna Serra das Lontras. Nesse seminário aconteceu exposição das características da fauna e flora da reserva e citados os objetivos do parque e sua importância para São José da Vitória e região. É de suma importância a COM-VIDA possuir atividades que envolva o parque na tentativa de estimular sua preservação por moradores da cidade.

Figura 25 – Estudante do 3º ano EM expõe características e importância da Unidade de Conservação Serra das Lontras a demais estudantes e convidados em feira de ciências da UE, 2013.



Fonte: a autora, 2013.

A implantação da COM-VIDA na unidade escolar Treze de junho em São José da Vitória contribuiu e contribui diretamente para a formação da consciência crítica dos discentes e da comunidade local acerca de Educação Ambiental e sustentabilidade assim como outros temas em meio ambiente, sobretudo dos ecossistemas que pertence a região, dentre eles, o Parque Serra das Lontras. Os trabalhos desenvolvidos pela COM-VIDA ou com sua participação tem intuito de diminuir os impactos negativos causados ao meio ambiente da localidade e região.

Segundo a resolução nº 11 do Conselho Estadual de Educação (CEE), de 17 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino da Bahia, em seu Art. 4º, § 3º diz que as ações da Educação Ambiental devem priorizar, de forma inter-relacionada, a formação e capacitação de pessoas e o desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações. Uma dificuldade enfrentada pela comissão para tal tarefa e todas as outras é a indisponibilidade de recursos financeiros (CEE, 2017).

Atualmente e com frequência, as verbas destinadas ao programa não chegam ao seu destino final que é a unidade escolar. Na condição da carência de verba para dar continuidade ao programa, ocorre às vezes uma desmotivação dos envolvidos, pois sem a verba da COM-VIDA é mais difícil que ocorram as atividades e com isso ter que conquistar a colaboração financeira de terceiros.

Segundo o Art. 6º da mesma resolução do Conselho Estadual de Educação da Bahia deve se dar a inserção da Educação Ambiental no currículo da educação básica numa abordagem integrada e interdisciplinar. Quando não acontece o repasse de verbas ou a escola não consegue colaborações, as atividades ficam carentes e resumidas à escola ou ocorrem associadas e limitadas a outros projetos comprometendo o alcance dos objetivos do programa COM-VIDA.

5.6. O Projeto Político-pedagógico do Colégio Estadual Treze de Junho e a COM-VIDA

O Colégio Estadual Treze de Junho, vem construindo e propondo gradativamente novos caminhos para uma escola diferente. Vale ressaltar que o Projeto Político Pedagógico está em transformação sendo adequado às novas demandas e projetos. O PDDE Interativo Escolas Sustentáveis: COM-VIDA é um programa relativamente novo e ainda não foi contemplado no PPP da unidade escolar que se encontra em construção. Assim, nessa seção nos dedicaremos a descrever o que foi coletado.

O PPP é considerado o caminho a ser seguido pela instituição escolar e deve possuir todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e suas relações com o currículo, o conhecimento e a função social da escola, que obrigam a mesma ao pensar reflexivo, dialético e contínuo de todos os envolvidos neste processo da escola que se deseja construir. Infelizmente, o PPP ainda é visto por alguns gestores como um documento formal que deve ser cumprido por meio de uma exigência da legislação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996.

A rotina administrativa baseia-se nos objetivos definidos pelos educadores, pais, funcionários e comunidade local. Todos os envolvidos na dinâmica desta rotina contribuem da melhor forma para valorização do bem-estar de todos os integrantes desta instituição. A missão do Colégio Estadual Treze de Junho é promover uma educação diferenciada, geradora de inovações didáticas culturais, que contribua na formação de cidadãos críticos e conscientes, com visão para evolução da sociedade, no intuito de exercer efetivamente a vida profissional e o enfrentamento dos desafios da vida moderna.

O Programa PDDE Interativo Escolas Sustentáveis: COM-VIDA fará parte do PPP assim que finalizado, pois a escola é cadastrada e esse programa federal recebe incentivo financeiro para auxiliar na execução de suas atividades e suas ações buscam diminuir os impactos negativos causados ao meio ambiente no município de São José da Vitória/BA, bem como busca o desenvolvimento sustentável da cidade. Nesse sentido, a COM-VIDA representa uma ferramenta de incentivo à mobilização, assim, a inserção da comissão no PPP irá continuar contribuindo para educar, orientar, estimular, despertar, motivar, esclarecer e transformar alunos, professores, direção, funcionários e comunidade quanto a evitar e resolver problemas socioambientais.

6. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES COM-VIDA E BLOG UMA REDE DE INTER-RELAÇÕES

A Educação Ambiental tem, em sua essência, aspectos epistemológicos da multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade e os autores que discutem acerca da temática preocupam-se em usar metodologias que seguem as diretrizes básicas nacionais. Essa preocupação está associada aos objetivos de ampliar o debate sobre o meio ambiente, os problemas ambientais e também aprimorar conceitos, analisar fatores e pesquisar concepções que contribuam para a preservação e conservação ambiental, com soluções para os problemas socioambientais. Além disso, novos conceitos são inseridos nos currículos escolares, no Projeto Político-pedagógico e essas inserções de novas concepções promovem revisões teóricas e avaliativas na *práxis* pedagógica.

Nesse contexto, considera-se importante atrair mais membros da escola para a COM-VIDA, visto que aumentar o número de discentes para participarem mais ativamente da estruturação e execução das atividades e conquistar a participação de um número superior de docentes da escola irá contribuir para a continuação das ações da COM-VIDA. Dito de outra forma, o maior número possível de participantes e integrantes comprometidos com causas ambientais na unidade escolar possibilitará o surgimento de novas ideias que fomentarão as atividades já desenvolvidas pela COM-VIDA.

Pretendemos a seguir apresentar uma proposta que possibilite, além da atração, a fomentação, divulgação, discussão e visibilidade dos trabalhos desenvolvidos pela COM-VIDA na escola e comunidade. Um dos mecanismos que a comissão utilizará para atrair os participantes, divulgar suas ações e possibilitar discussões será o já existente blog Biointeratividade13.blogspot.com. Vale ressaltar que o blog [Biointeratividade13](http://Biointeratividade13.blogspot.com) fará parte da proposta para ampliar acesso à informação, divulgar e dinamizar ações da COM-VIDA pela comunidade.

A proposta de intervenção é constituída dos seguintes aspectos metodológicos:

1 – Aulas expositivas e práticas em todas as turmas da instituição acerca da composição linguística, social e profissional do blog [Biointeratividade13](http://Biointeratividade13.blogspot.com). Nestas, se explicará o conceito de blog, a sua estrutura, a funcionalidade e a importância desse veículo comunicacional para a sociedade contemporânea e a COM-VIDA. Docentes da UE conduzirão em pesquisa os discentes interessados em conhecerem o ambiente do blog.

2 – Depois da exposição acerca do blog, os membros atuais da comissão se reunirão com a gestão escolar para uma possível conquista de sala equipada para encontros da

comissão. Este espaço servirá para a realização de discussões, alimentação do blog, planejamento das ações COM-VIDA. Este também será um espaço jornalístico onde membros selecionarão, discutirão e planejarão todas as pautas que serão veiculadas no blog. Vale ressaltar que esse espaço deve ser disponibilizado pela escola para uso permanente da comissão.

A configuração física do espaço interno precisa ser ampla para alojar os membros da comissão, ser arejada, com pouca exposição a barulho externo, com possibilidade de silêncio para discutir e planejar as ações e produzir textos. O espaço deve ser organizado e a limpeza realizada frequentemente, deve possuir mural para a exposição de avisos e informes. Neste caso, evitar a exposição de informações que não façam parte do interesse da comissão, pois as informações alheias contribuem para a distração e o vagueamento das discussões nas reuniões. Há também a necessidade de instalação de material de apoio, como TV, datashow, mesas e cadeiras que servirão de suporte nas reuniões e planejamento. Para documentar os momentos das reuniões, possuir caderno de ata, canetas, cadernos e diário de bordo e para documentar as atividades e ações da COM-VIDA, são necessárias câmera para fotografar e registrar como recurso visual no blog.

Assim, o espaço estará pronto para que nele as discussões, o planejamento e a realização de ações aconteçam. O objetivo principal dessas discussões e do planejamento, que ocorrerão no espaço, será para proporcionar o debate dos problemas relacionados a questões ambientais na escola e município, planejar as ações e também estruturar a participação em projetos. Por isso, é aconselhável ser utilizado o tempo destinado às reuniões da forma mais eficiente possível, onde todos os presentes se comuniquem e troquem experiências para a colaboração mútua com objetivo de encontrar solução de problemas ambientais em questão na escola e no município.

Esse espaço deve representar a caracterização e a materialização das discussões e, sobretudo, um dos aspectos identitários da COM-VIDA, um ponto de referência e de encontro para discussão de ideias. Nesse espaço, os membros apenas não realizarão encontros para solucionar ou encontrar mecanismos que resolvam os problemas ambientais, mas a socialização dos membros e a constituição da irmandade dos indivíduos que compõem o espaço, um ponto de encontro desses jovens da escola onde se argumenta as experiências, os aspectos culturais, conceituais e políticos.

3 – Depois da estruturação do espaço físico da comissão, numa primeira reunião nesse espaço, os membros da comissão planejarão e organizarão a conquista de mais membros para a COM-VIDA, visto que alguns membros tiveram necessidade de se afastar das atividades.

Através do blog Biointeratividade¹³ e panfleto na escola, os discentes, docentes, funcionários e comunidade serão convidados a um momento temático em meio ambiente, problemas ambientais e COM-VIDA. Após a conquista de mais membros, a comissão os formará acerca dos objetivos do grupo.

A formação ofertada pela COM-VIDA para novos membros pode estender-se para interessados da unidade escolar e comunidade. O objetivo é que esses integrantes se tornem membros e monitores multiplicadores das experiências da COM-VIDA e incentivadores da participação da comunidade nas ações de Educação Ambiental voltadas ao desenvolvimento sustentável do município.

É válido citar os objetivos da COM-VIDA nessa formação:

- Capacitar em EA todos os inscritos da formação na perspectiva da COM-VIDA;
- Apresentar aos futuros membros da comissão os novos mecanismos e possibilidades para a resolução dos problemas socioambientais;
- Fornecer os instrumentos necessários para serem os agentes das formações futuras;
- Programar o curso a partir de aportes teóricos e discussões de conceito simples acerca da EA, tendo em vista os princípios éticos, o uso de metodologias participativas e assimilação por parte dos futuros membros dos aspectos que compõem a defesa da preservação e conservação do meio ambiente. Além disso, que os futuros membros possam utilizar na escola e comunidade local os conhecimentos aprimorados e discutidos na formação;
- Articular entre os membros da COM-VIDA, corpo docente, gestão e discentes o incentivo dos demais a participarem das ações e práticas de educação ambiental, tornando a escola um grupo integrado e defensor de atitudes responsáveis e comprometidas com questões socioambientais;
- Utilizar as redes sociais para potencializar e divulgar as ações da COM-VIDA disponibilizando-as no blog e para a comunidade escolar e local;
- Criar uma equipe COM-VIDA capaz de proporcionar a renovação, revitalização e o enriquecimento contínuo das discussões teóricas, propagação e fomentação de temas afins da comissão, dando prosseguimento de divulgação das ações da COM-VIDA e de seus resultados da resolução de problemas socioambientais na comunidade escolar e local.

Esses objetivos precisam ser guiados pelo eixo orientador da formação. Este estar centrado em um processo de construção e reconstrução de conhecimentos e valores, tendo em vista, a partir da reflexão crítica dos pressupostos e dos conhecimentos disciplinares que formam parte dos seus conteúdos, da reflexão de sua experiência pedagógica anterior e da análise de seus valores éticos, sociais e ambientais, implícitos e explícitos, de modo que o aluno sinta a urgência de elaborar novas posturas teórico-práticas em meio ambiente e sustentabilidade, perceba-se motivado a continuar sua autoformação e estimulado para a realização de inovações educativas em função dos novos valores, atitudes e hábitos discutidos em Educação Ambiental.

Além disso, os objetivos traçados também estão vinculados a pensamentos acerca da pluralidade e interdisciplinaridade do campo ambiental. De acordo com Lima (2005, p.20), “Há compreensão que o campo da Educação Ambiental é um campo plural, diverso e diferenciado de tendências político-pedagógicas, éticas e epistemológicas”. Embora a execução da pluralidade e da diversidade sejam campos presentes nas instituições escolares, a maior tarefa da COM-VIDA é atrair e unir forças, arrecadar recursos se o mesmo não for repassado pelo governo e seguir em ritmo contínuo suas atividades de conscientização e participação em prol da resolução de problemas socioambientais, assim como evitá-los na escola e município. Infelizmente, alguns professores do Treze de Junho não participam ativamente das atividades da COM-VIDA, assim como de outros projetos da escola, por sentirem-se desmotivados com a profissão, carga horária extensa, indisponibilidade de tempo, entre outros.

4 – O próximo passo é conquistar membros discentes de dentro da comissão para se tornarem responsáveis por alimentar com conteúdo, vídeo e imagens do blog Biointeratividade¹³. Essa equipe terá a orientação dos docentes envolvidos com a criação do blog. A missão desses jovens é repaginar o espaço virtual do endereço eletrônico, inserir artigos e divulgar as ações da COM-VIDA e de meio ambiente, EA e sustentabilidade que aconteçam no município e tentar atrair um público para esse espaço virtual, formando assim uma rede de interação.

Dentre tantas inovações tecnológicas, a internet é uma delas e que aos poucos conquistou e conquista um espaço cada vez mais significativo na vida dos indivíduos. Esse recurso tecnológico surge na década de 1990 e, junto com ele, vários aplicativos e gêneros, os quais contribuem diretamente na vida da população. Dentre os gêneros que surgem a partir do “boom” da internet, está o blog.

Assim como as outras mídias sociais, *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, etc., o blog é um item tecnológico que ao longo dos anos contribuiu e contribui para as mudanças comportamentais das pessoas. Além disso, são ferramentas utilizadas para fiscalizar, divulgar e propagar as denúncias e as informações acerca de todos os assuntos, dentre eles, o meio ambiente. As redes sociais, atualmente, representam um veículo informacional imprescindível para a permanência e fomentação de pesquisas desenvolvidas nos espaços educacionais, centros de pesquisas, instituições privadas de pesquisas e, sobretudo, no campo do *marketing*.

A internet também está contribuindo para a mudança de concepções teóricas e práticas sob os aspectos empíricos e científicos. Por conta das ferramentas da internet, como o blog, as pessoas estão mudando o modo de pensar, de agir e de se comunicar, sendo essas as ferramentas que se tornaram itens essenciais no campo comunicacional da atualidade.

A internet está presente em todas as áreas da vida do ser humano, isto é, econômica, política, social, comportamental, psicológica e científica. A partir dela, as pessoas desenvolvem diversas atividades profissionais, de entretenimento, fomentação de pesquisas científicas, lazer, jogos, informação e formação, entre outros. Além disso, através dos canais, os sujeitos trabalham, estudam, compram e estreitam relações. Essas assertivas comungam com as ideias de Trindade (2015), pois ele ressalta que os indivíduos utilizam a internet para buscar informações, mecanismos de entretenimento, como jogos, filmes e séries.

Além de procurar por informações e entretenimento, o autor ainda afirma que os sujeitos podem desenvolver atividades diárias e profissionais também pela internet. Isto quer dizer que as mídias sociais, ou melhor, as redes sociais representam, atualmente, socialmente, economicamente, politicamente, do ponto de vista da identidade, as pessoas na contemporaneidade. Essa representação está centrada principalmente nos canais mais acessados: *WhatsApp*, *Facebook*, *Blog*, *You Tube* e *Twitter*. Além das funções comunicacional, social, econômica e profissional, as redes sociais proporcionam a interação entre os indivíduos.

As informações acerca dos problemas ambientais são divulgadas a partir das mídias sociais, depois de processadas pelos satélites e divulgadas, também, nas redes sociais. E dentre tantos veículos de informação, o blog é um deles. O blog é uma abreviatura de *weblog*, termo original da língua inglesa. Este é considerado uma ferramenta que possibilita a internautas relatarem nos canais notícias que consideram interessantes. Além disso, divulgar pesquisas, acionar outros *links*, discutir ideias, estabelecer relações e, sobretudo, denunciar agressões aos diversos setores sociais, como meio ambiente, violência, emprego, concursos, dentre outros.

De acordo com Gomes (2005, p. 311), “há registros da utilização do termo weblog pela primeira vez em 1997 por Jorn Barger, o primeiro blogueiro da história, criador do termo weblog”. A partir da criação do termo, novos estudos linguísticos acerca da nomenclatura surgiram, por exemplo, para alguns pesquisadores da área linguística, atualmente, o termo já é considerado como um léxico pertencente à língua portuguesa e um substantivo primitivo, que a partir dele, surgiram outros termos, a exemplo de blogueiro. Esta palavra une dois termos, blog + ueiro.

Além da configuração da nomenclatura, outros itens de ordem linguística compõem o gênero blog. Dentre os inúmeros itens, encontram-se: uso de linguagem acessível e textos curtos. O blog é considerado um super link, porque a partir dele, os usuários podem acessar outras redes. O uso de elementos semióticos e prosódicos também é característico dos blogs. Além disso, os autores utilizam vários gêneros e tipos de textos, como notícias, artigos de opinião, poesia, etc.

O blog é uma ferramenta que pode dinamizar as ações da COM-VIDA no Treze de Junho. Após a repaginação, rerepresentá-lo à comunidade escolar e local através das atividades pedagógicas que ocorrem no decorrer do ano letivo e sempre havendo sua atualização, para apresentá-lo na primeira semana de aula, que é a semana de boas-vindas aos alunos com atividades recreativas e pedagógicas. Vale ressaltar a importância de a unidade escolar possuir, junto à operadora que oferta internet, um bom sinal que possibilite seu uso com qualidade e velocidade para que toda a unidade escolar tenha acesso livre ao blog.

Com a concretização das ações, a comissão estará no caminho de alcançar seus objetivos fomentando, alimentando e propondo as ideias acerca de práticas de EA, sustentabilidade, preservação e conservação do meio ambiente, na tentativa de iniciar a sustentabilidade da cidade de São José da Vitória.

7. METODOLOGIA

Na América Latina, na década de 70, surgiu o interesse por aspectos qualitativos na educação. Ideias ocorreram, princípios e métodos foram aplicados também à ciência humana e programas qualitativos foram elaborados. Daí surgiu o processo educativo que foi exaltado e a metodologia para pesquisar educação (TRIVIÑOS, 1987).

Ao utilizar como procedimento para a coleta dos dados o estudo de caso, este se constitui como um procedimento de pesquisa largamente utilizado pelos investigadores no contexto contemporâneo. O referido estudo implica em um conjunto ordenado de procedimentos de buscar soluções, atento ao objeto de estudo e que, por isso, não pode ser aleatório (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

Portanto, implica na delimitação de critérios metodológicos que permitam referendar um estudo ou pesquisa como sendo estudo de caso. Dito de outro modo, o estudo de caso possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações no contexto bibliográfico, possibilitando uma melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto proposto (GIL, 2010). Desse modo,

Ao apresentar a metodologia que compõe determinada pesquisa, busca-se apresentar o "caminho do pensamento" e a "prática exercida" na apreensão da realidade, e que se encontram intrinsecamente constituídos pela visão social de mundo veiculada pela teoria da qual o pesquisador se vale. O processo de apreensão e compreensão da realidade inclui as concepções teóricas e o conjunto de técnicas definidos pelo pesquisador para alcançar respostas ao objeto de estudo proposto. É a metodologia que explicita as opções teóricas fundamentais, expõe as implicações do caminho escolhido para compreender determinada realidade e o homem em relação com ela (MINAYO, 1994, p. 22).

Nessa linha de pensamento, pode-se definir a metodologia como uma forma de discurso que ao explicitar o método escolhido por meio das escolhas teóricas, manifestará a visão de mundo e de homem responsável pelo modo como o pesquisador irá apreender as condições de interação possíveis entre o homem e a realidade, bem como existem diferentes modos de entendê-la, que visibilizam as opções do próprio pesquisador. Ademais, para favorecer o desenvolvimento da investigação, em concordância com a orientadora, poderão ser acrescentados outros procedimentos de análise que favoreçam este estudo.

Neste estudo compreende-se a pesquisa como “um processo no qual o pesquisador tem uma atitude teórica de constante busca que define um processo inacabado e permanente” (MINAYO, 1994, p. 23). Corroboramos com a perspectiva da autora ao situar que a pesquisa

efetiva aproximações sucessivas da realidade, permeada por uma carga histórica e por apresentar posições frente à realidade. Para investigação do objeto estudo, adotaremos a metodologia de cunho qualitativo e como procedimento para recolha dos dados, adotaremos o estudo de caso, pois este investiga um fenômeno a partir do que ele é, permitindo comparações, análises e confrontos de concepções teóricas distintas. Assim, os estudos provenientes da linha de pesquisa Gestão da Educação e Redes Sociais na atualidade propõem-se a debater Meio Ambiente e Educação Ambiental no cenário educacional contemporâneo e o seu envolvimento com as questões atinentes à realidade da unidade escolar Treze de Junho do município de São José da Vitória/BA.

A presente pesquisa se classifica, segundo sua finalidade, como pesquisa aplicada e objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos, envolve verdades e interesses locais, pode auxiliar para a amplificação e aprendizagem, ao propor questões a serem investigadas da situação específica como a da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida. Segundo seu objetivo geral, a pesquisa se classifica como exploratória, possibilitando familiaridade com o problema, tendo um planejamento flexível, considerando diferentes aspectos relacionados ao fato de que a comissão deve atingir de forma eficiente seus objetivos e suas ações da unidade escolar para a comunidade.

A partir dos métodos empregados e quanto à natureza de seus dados, a pesquisa é qualitativa. Levando em consideração o ambiente, a abordagem teórica e técnicas de coleta e análise de dados, a pesquisa foi identificada como um estudo de caso. A coleta de dados envolve levantamento bibliográfico, entrevista e questionário nos temas de educação ambiental, desenvolvimento sustentável e COM-VIDA (GIL, 2010, p. 27; 28).

A pesquisa qualitativa na área educacional, por sua vez, constrói-se atrelada à realidade, como atividade humana e social; considera a visão de mundo que orienta o educador, influenciando os pressupostos que norteiam seu pensamento e a abordagem da pesquisa. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). O pesquisador corresponde ao elo entre o conhecimento acumulado na área e as novas evidências estabelecidas a partir da pesquisa. Por conseguinte, “dentro de uma vertente qualitativa, o grande desafio da pesquisa educacional é buscar a realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo” (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 13).

Sob o mesmo ponto de vista, Minayo (1994, p. 23) concebe a pesquisa como “atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade”. É uma atitude e uma prática teórica de contínua busca, que estabelece um processo intrinsecamente inacabado

e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, já que é uma apreensão particular, na produção de dados, entrelaçados com a teoria.

Nesse sentido, Bogdan e Biklein (1982 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986) entendem que a pesquisa qualitativa contém cinco características básicas próprias da pesquisa em educação: reconhece o ambiente natural como fonte direta de dados e informações, sendo o pesquisador o seu principal instrumento; identifica que os dados coletados são preponderantemente descritivos e explicitados por meio de palavras ou imagens, e não de números; enfatiza o processo, muito mais do que o produto; centra-se na subjetividade humana, pois o significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida são focos de atenção do pesquisador; a análise de dados tende a seguir um processo indutivo, ou seja, parte de situações específicas para daí seguir para contextos ampliados. As abstrações se formam ou se consolidam a partir do processo de tratamento e análise dos dados. Com esse modo de entender, conforme os autores mencionados, é que desenvolvo a presente investigação.

Para Triviños (1987, p. 117), são distinguidos dois enfoques na pesquisa qualitativa e um deles é o crítico-participativo com visão histórica estrutural que parte da necessidade de conhecer a realidade para transformá-la em processo contextualizado e dinâmico. A pesquisa qualitativa considera que há relação dinâmica entre mundo real e sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre mundo objetivo e subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Está no campo da antropologia uma das raízes da pesquisa qualitativa, nas práticas desenvolvidas por antropólogos depois de estudos sobre a vida em comunidade e posteriormente na investigação educacional onde um tipo de pesquisa qualitativa se desenvolveu, ou seja, na educação.

Ainda para Triviños (1987, p. 117), a interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, compreende atividades de investigação chamadas de específicas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados onde os indivíduos pesquisados realizam suas ações e desenvolvem seu modo de vida e este tem valor para compreensão de suas atividades. O meio influencia no modo de vida dos investigados e analisar a condição humana de indivíduos isolados do contexto cria resultados artificiais e interpretação equivocada. E assim se explica a ausência de retorno das teorias de aprendizagem, por exemplo, elaboradas distantes da realidade escolar, distante do processo educativo, quando observar a ação humana foi substituído por experimentar.

Segundo Bogdan e Biklen¹ (1994, p. 48 apud VALOIS, 2013), a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte de dados e o pesquisador como instrumento-chave dessa

pesquisa que é descritiva. Os pesquisadores qualitativos são preocupados com o processo, e não com resultados e produtos, tendem a analisar dados indutivamente, tendo o significado como preocupação essencial na abordagem qualitativa. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. Marxistas, inclusive, defendem a relação entre pesquisa qualitativa e quantitativa afirmando que as duas podem existir ao mesmo tempo.

A pesquisa qualitativa determina a população e amostra ao realizar investigação, escolhe-se assunto, problema, coleta e analisa informações, não segue sequência rígida de suas etapas, não precisa se apoiar em dados estatísticos, possui objetividade e validade conceitual que contribuem para desenvolver o pensamento crítico. A pesquisa começa apoiando-se em fundamentação teórica geral, deve ser eficiente nos propósitos da investigação, possui liberdade teórica e metodológica para realizar seus estudos e seu trabalho científico deve ter estrutura coerente, consistente, originalidade e objetividade (BOGDAN E BIKLEN¹ 1994, p. 48 apud VALOIS, 2013).

Para Gil (2010), o levantamento caracteriza-se pela integração direta das pessoas cujo comportamento deseja-se conhecer, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado. O tempo estimado para o cumprimento das fases de criação, implantação e operação da COM-VIDA na comunidade, será por volta de dez meses, podendo ter alteração nesse prazo, a depender das ações das pessoas envolvidas no projeto.

A implementação do projeto e o sucesso de sua manutenção dependerá do direcionamento dado a ela, do trabalho conjunto e da participação ativa e contínua de todos da unidade escolar. Após a implementação, espera-se que a comunidade escolar adquira senso crítico da responsabilidade por mais qualidade de vida e uma escola sustentável colaborando para geração de renda e preservação do meio ambiente e torne-se espaço de referência com ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável no município.

A COM-VIDA necessita de espaço próprio na unidade escolar para se reunir periodicamente, diagnosticar problemas no âmbito ambiental na escola e comunidade, estruturar ideias na busca de soluções para os problemas e planejar as ações a ser executadas na unidade escolar e/ou comunidade local, assim como nos projetos. É formada por uma amostra de alunos do fundamental II, das três séries do ensino médio, da gestão, em média por quatro professores da unidade, representantes de pais e funcionários da unidade.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), existem alguns tipos de estudo de caso. São eles: histórico-organizacionais, observacionais, história da vida, estudo de caso de uma comunidade, análise situacional e microetnográfico. O estudo de caso histórico-

organizacional é o que mais se aproxima ao tema de estudo dessa dissertação, pois a pesquisa parte do conhecimento que existe sobre a organização que deseja examinar.

No estudo de caso, segundo Gil (2009), pode-se estabelecer comparações entre dois ou mais enfoques e é mais uma tentativa de abranger as características importantes do tema pesquisado e seu processo de desenvolvimento. Quando ocorre intervenção do pesquisador envolvendo o emocional, corre-se o risco de interpretação distorcida dos resultados e, como consequência, o distanciamento dos reais dados e suas interpretações.

Ocorre um momento de aprendizagem para o pesquisador, se investiga um caso que faz parte de sua própria vivência acadêmica e a pesquisa pode tornar-se dinâmica, rica e desafiadora. O estudo de caso pode ser realizado para pesquisar um indivíduo, um grupo, um processo social onde se registra o cotidiano de acontecimentos observados e pode recorrer a documentos como atas, regimento, entre outros para a caracterização do caso (GIL, 2009).

Os sujeitos envolvidos na pesquisa são vinte e dois alunos, os três gestores, nove professores, uma secretária, um servidor de serviço geral da unidade escolar e um representante da comunidade. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram entrevista e questionário. O questionário foi destinado aos vinte e dois alunos e a entrevista para gestão, corpo docente e funcionários da UE e um representante da comunidade.

No planejamento e execução das ações da COM-VIDA, todos os professores são convidados. O convite para participação como membro nas atividades da COM-VIDA é destinado para todos os alunos da escola, principalmente para o 3º ano EM por estar em fase de maturidade e desenvolvimento mais avançado que os demais alunos das outras séries, por terem em seu currículo de 3º ano, na disciplina de Biologia, a área de estudo Ecologia, onde se discute Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável, facilitando a compreensão da importância do tema e dos objetivos da comissão.

Esses alunos membros da comissão se tornam e se tornarão monitores e multiplicadores das experiências COM-VIDA e incentivadores de outros alunos a participarem das ações da comissão na unidade escolar. Nesse sentido, também atuam na divulgação das ações da COM-VIDA na comunidade de São José da Vitória, por meio de atividades específicas ou através de sua divulgação em rede no blog Biointeratividade13.blogspot.com.

8. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Educação Ambiental está cada vez mais em evidência no mundo moderno e deve-se a isso o papel essencial que ela desempenha na sociedade. As mudanças estruturais da sociedade contemporânea atingem o desenvolvimento científico e tecnológico, determinando também as relações econômicas que interferem diretamente nas relações de trabalho, nas concepções epistemológicas e nas instituições educativas. É preciso que a EA posicione-se para contribuir na promoção e integração de todos, construindo a cidadania, não como meta a ser atingida em um futuro distante, mas como prática efetiva.

Para verificar quais ações da COM-VIDA contribuíram com o processo de aperfeiçoamento da EA e desenvolvimento sustentável do município de São José da Vitória e quais os resultados das práticas de EA que a COM-VIDA desenvolveu no Colégio Estadual Treze de Junho (2013 a 2016), foi realizada uma pesquisa junto a alunos, por meio de questionário e a professores, gestores, funcionários e pai de aluno por meio de entrevista.

O questionário com nove (09) perguntas foi destinado a vinte e dois (22) alunos do fundamental II e Ensino Médio. A entrevista, composta de onze (11) questões, foi destinada para os professores, direção, funcionários e pai de aluno do Treze de Junho. O universo de entrevistados abrangeu 13 pessoas.

Quadro 5 – Perfil dos entrevistados.

CATEGORIA	DISCENTES	DOCENTES	GESTOR	PAI DE DISCENTE	FUNCIONÁRIOS
FEMININO	17	07			02
MASCULINO	05	02	01	01	
GRAU DE INSTRUÇÃO	Fundamental II e Médio	Superior	Superior	EM	EM
RENDA	Salário mínimo	Acima de salário mínimo	Acima do salário mínimo	Salário mínimo	Salário mínimo

Fonte: a autora, 2015.

O questionário foi respondido pelos vinte e dois (22) discentes, as questões envolveram as temáticas de EA, meio ambiente, sustentabilidade e atividades COM-VIDA na unidade escolar e comunidade local. Desses vinte e dois alunos, sete (07) deles não participam diretamente das atividades COM-VIDA, mas indiretamente contribuem para a execução de

ações. Quinze (15) desses vinte e dois alunos participam ativamente e diretamente das atividades COM-VIDA, discutindo-as, planejando, estruturando e executando.

Vale ressaltar que a conquista de novos membros para a comissão é dinâmica. Assim, alunos que terminam o ensino médio continuam, se possível, participando das atividades, mas novos membros discentes vão compondo a comissão no decorrer dos anos, se membros vão tendo necessidade de se afastar das atividades.

Quadro 6 – O questionário da pesquisa

Questionário aplicado a 22 estudantes do Colégio Estadual Treze de Junho
1- O que você entende por Educação Ambiental?
2- O que você entende por qualidade de vida?
3- O que você entende por sustentabilidade?
4- Como você, integrante da unidade escolar, pode estar voltado para ações que possibilitem as reflexões sobre o meio ambiente?
5- Você conhece em sua unidade escolar a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na escola, a COM-VIDA?
6- Quais ações a COM-VIDA já realizou em sua escola e/ou comunidade?
7- Você acredita que se a COM-VIDA estiver agindo em sua escola e município, suas ações podem colaborar para uma sociedade mais sustentável?
8- O que representa a atuação da COM-VIDA em sua unidade escolar para o fortalecimento das ações em prol de sua cidade ser mais sustentável?
9- Você participa da COM-VIDA? Se não participa, o que vem fazendo a contribuir para cuidar do meio ambiente em sua cidade?

Fonte: a autora, 2015.

Na primeira questão, 41% dos 22 estudantes relacionaram o conceito de Educação Ambiental a temas e práticas que se destinam à conscientização da população e que expressam a importância do meio ambiente. Esse percentual demonstra que a maioria deles tem um conhecimento prévio que Educação Ambiental se preocupa com problemas ambientais e com a necessidade urgente da realização de projetos de conservação e preservação ambientais. Essas possíveis ações, no caso da COM-VIDA, possibilitam a fomentação e propagação do cuidado que os sujeitos necessitam exercitar em sociedade para a construção de um meio sustentável e equilibrado.

Nesse sentido, compreendemos a Educação Ambiental como eixo norteador para a construção da cidadania. Sobre essa questão, Jacobi (2005) afirma que,

Quando colocamos a educação ambiental dentro da complexidade da problemática socioambiental, estamos direcionando para uma prática pedagógica e política no exercício da cidadania. Construindo práticas interativas e dialógicas que conduzam para a “solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença por meio de formas democráticas de atuação” (JACOBI, 2005, p. 243).

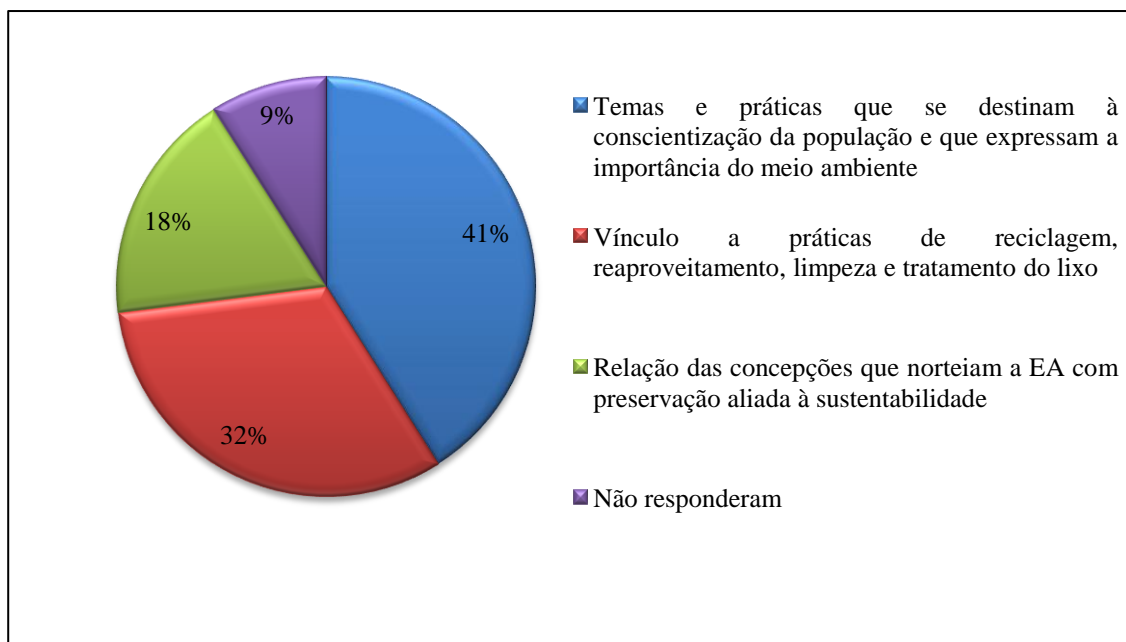
Nessa linha de raciocínio, pode-se constatar que as ações da COM-VIDA promovem uma macrotendência de Educação ambiental crítica, definida por Loureiro (2012) por uma corrente que luta por uma nova sociedade. Dessa forma, a relação entre indivíduo e meio ambiente é mediada por uma relação socioambiental e, diante disso, pode-se inferir que ocorre a integração entre o debate ambiental e análise de aspectos político-ideológicos como uma proposta que problematiza contextos sociais.

Já 32% dos estudantes disseram que o conceito de Educação Ambiental está vinculado às práticas de reciclagem, reaproveitamento, limpeza e tratamento do lixo. As respostas desse grupo demonstram que Educação Ambiental está relacionada com a iniciativa de preservação e conservação do meio ambiente.

Nesse contexto, pode-se afirmar que ministrar a Educação Ambiental na escola Treze de Junho, do município de São José da Vitória-Ba, promove um ambiente educativo sobre intervenções em problemas socioambientais que circundam a realidade do município em questão. Dessa forma, possibilita o processo educativo entre escola e comunidade, como aponta a resposta da primeira questão respondida pelos estudantes que participam das ações promovidas pela COM-VIDA.

Ainda no cerne da primeira questão, 18% relacionaram as concepções que norteiam a Educação Ambiental com preservação aliada à sustentabilidade, o que significa que 91% dos discentes compreendem o universo da Educação Ambiental a partir de práticas e ações que desenvolvam a conscientização e a perpetuação dos princípios que regem a relação entre economia, política e meio ambiente. Dos 22 alunos, apenas dois não souberam responder a questão; ou seja, 9% é uma margem muito pequena, diante de um universo de 91%. Segue abaixo o gráfico que melhor representa esses dados:

Gráfico 1 – O que você entende por Educação Ambiental?



Fonte: Questionário aplicado a alunos do fundamental II e EM do Treze de Junho, em São José da Vitória, 2015.

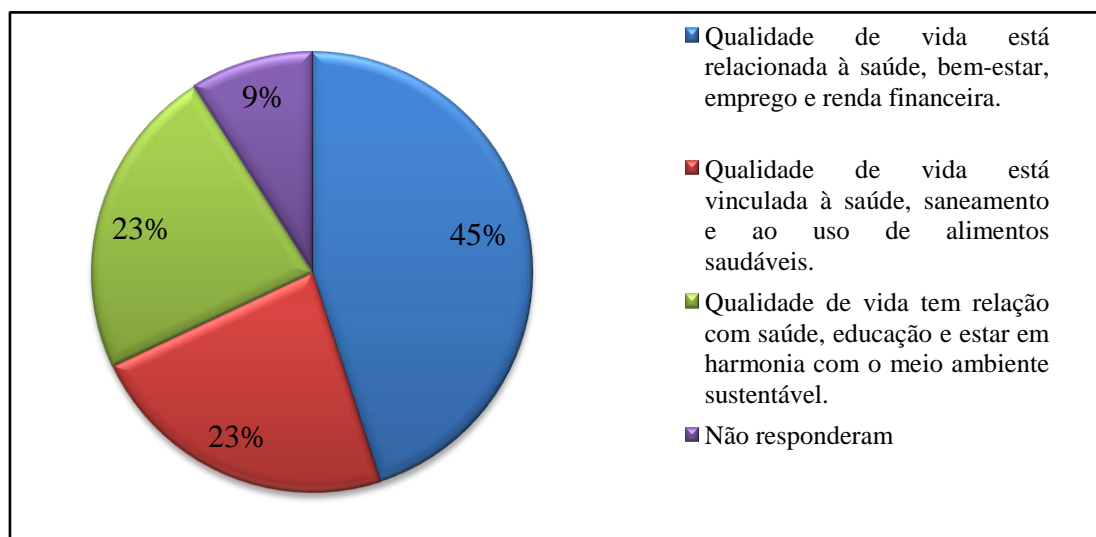
Em síntese, o conceito de Educação Ambiental foi relacionado pelos alunos com a necessidade da prática de conscientização e o trabalho acerca da importância do meio ambiente. Na execução das atividades da COM-VIDA, demonstra-se de forma simples e clara a importância da preservação do meio ambiente e aos poucos se almeja, através da comissão, a formação de um grupo discente capaz de pensar e agir diferente da atual realidade de acomodação e descaso por questões ambientais.

Na segunda questão, 45% dos discentes, ou seja, dez (10) alunos dos vinte e dois (22) que responderam o questionário disseram que qualidade de vida está relacionada a saúde, bem-estar, emprego e renda financeira. Isto quer dizer que estar bem refere-se a dois aspectos: o econômico e o físico-psicológico. Esses dois pontos coadunam diretamente com o meio ambiente, uma vez que saúde e bem-estar estão diretamente ligados também a um ambiente em equilíbrio, ausente de transmissão de doenças por solo, água, ar e o econômico com uma região com possibilidades de cultivar o cacau e a agricultura familiar numa mata conservada sem desmatamento.

De acordo com Loureiro (2012), a qualidade de vida pode ser considerada um resultado de condições socioambientais e estruturais que se desenvolvem na sociedade. Nesse sentido, o autor destaca: a) indicadores que se referem à qualidade da água, ar e solo; b) poluição e contaminação; c) indicadores habitacionais; d) indicadores urbanos: concentração populacional, comunicação, educação, segurança, poluição sonora e visual, local e

paisagística; e) indicadores sanitários: morbidade, mortalidade, assistência médica e hospitalar e estado nutricional; f) sociais: condições socioeconômicas e consumo; g) lazer, turismo e sistema político-administrativo. O gráfico mostra o resultado obtido:

Gráfico 2 – O que você entende por qualidade de vida?



Fonte: Questionário aplicado a alunos do fundamental II e EM do Treze de Junho, em São José da Vitória, 2015.

Ainda na 2ª questão, 23% responderam que qualidade de vida está vinculada à saúde, ao saneamento e ao uso de alimentos saudáveis. Outros 23% disseram que qualidade de vida tem relação com saúde, educação e estar em harmonia com o meio ambiente sustentável. Esses 91% associaram a qualidade de vida a ter saúde. Acredita-se que a associação com ter saúde corresponda ao crescente número de pessoas que adoecem e por isso têm sua qualidade de vida afetada.

A saúde é recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal e para conquistar qualidade de vida. Saúde e qualidade de vida estão ligadas, conectadas e são interdependentes. A saúde contribui para melhorar a qualidade de vida e vice-versa. A COM-VIDA desenvolveu e desenvolve no Colégio Estadual Treze de Junho diversas ações com foco na orientação e formação do conhecimento no entorno da prevenção de doenças transmitidas por água e solo contaminados por esgoto e por lixo. A comissão, através de seminário, oferta para corpo discente, funcionários e convidados, como prevenir a contaminação de água e solo por esgoto e lixo não tratados e como evitar transmissão de doenças por água de solo contaminado.

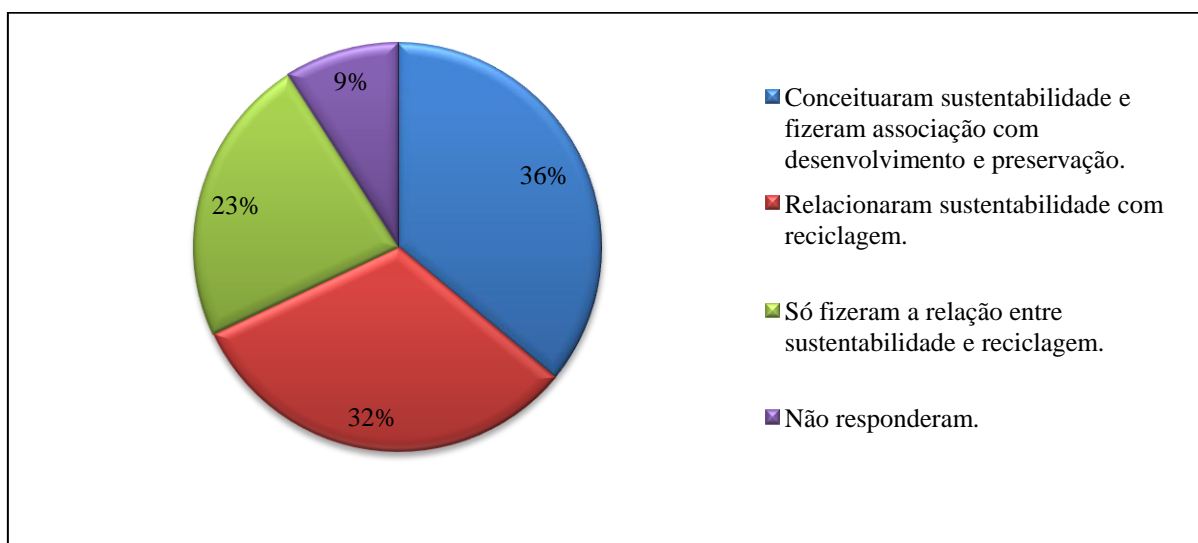
A somatória de 45% com 23%, mais 23%, dando o valor de 91%, nos leva a crer que os discentes, em sua maioria, aproveitam bem os projetos desenvolvidos e executados pela

comissão, que almeja a instrução, a formação do conhecimento para possibilitar, num breve futuro, a mudança de hábitos e atitudes para, por exemplo, evitar doenças e/ou cobrar das autoridades locais a estação de tratamento de esgoto e de lixo no município.

O conceito de sustentabilidade foi abordado na terceira questão (gráfico 3) e percebeu-se que os discentes ainda não compreenderam a concepção de sustentabilidade. A questão foi discursiva, as respostas foram variadas e se concluiu que as intervenções da COM-VIDA ainda não atingiram seu objeto, em se tratando da compreensão do tema sustentabilidade.

Percebemos, por exemplo, que 36% dos estudantes conceituaram o tema sustentabilidade e fizeram associação com desenvolvimento e preservação, respondendo que sustentabilidade tem relação com aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Esse percentual de discentes também disse que o termo sustentável refere-se a preservação dos recursos naturais, ter emprego e renda.

Gráfico 3 – O que você entende por sustentabilidade?



Fonte: Questionário aplicado a alunos do fundamental II e EM do Treze de Junho, em São José da Vitória, 2015.

Outros 32% disseram que sustentabilidade está relacionada a ter acesso à reciclagem, reaproveitamento e preservação do meio ambiente, sem expressar como se dá essa preservação, 23% afirmaram que sustentabilidade só tem relação com reciclagem e reaproveitamento, sem demais observações sobre o assunto. E 9% não souberam responder. Nessa perspectiva, acreditamos que a COM-VIDA ainda precisa trabalhar mais as concepções acerca de sustentabilidade com os estudantes.

Diante da constatação de que uma grande maioria dos alunos questionados não compreendem claramente o conceito de sustentabilidade e sua relação com desenvolvimento,

essa tarefa de melhor divulgar a essência da sustentabilidade tornou-se o novo desafio para a COM-VIDA.

A ambição da comissão é que escola e comunidade percebam a importância do seu meio e se engajem na tentativa de tornar a escola e a cidade de São José mais sustentável. Nesse contexto, pode-se inferir que a continuação da COM-VIDA é fundamental para que os estudantes possam compreender e relacionar a Educação Ambiental com ações práticas. Nesse viés de entendimento, para Loureiro (2012), a Educação Ambiental pode ser nomeada de:

Crítica, por situar historicamente no contexto de cada formação socioeconômica as relações sociais na natureza e estabelecer como premissa a permanente possibilidade de negação e superação das verdades estabelecidas e das condições existentes, por meio da ação organizada dos grupos sociais e de conhecimentos produzidos na práxis; Emancipatória ao almejar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais pela intervenção transformadora das relações de dominação, opressão e expropriação material; transformadora por visar a mais radical mudança societária do padrão civilizatório, por meio do simultâneo movimento de transformação subjetiva e das condições objetivas (LOUREIRO, 2012, p. 89).

Assim sendo, faz-se necessário que a Educação Ambiental tenha entre os seus objetivos recriar o aprendido para o ensino se tornar válido, porque é por meio dessa competência criativa que o ser humano recria conceitos e, por conseguinte, se desenvolve. Para Paulo Freire (1987), a importância da educação escolar deve atuar no que se refere à competência de reforçar a capacidade crítica do educando.

Esse reforço, de acordo com o educador, implica em respeito ao senso comum, ou seja, aos saberes trazidos pelos educandos, principalmente, aqueles oriundos das classes populares; é, portanto, relacionar os conhecimentos do mundo do educando com os conteúdos curriculares. Em outras palavras, correlacionar os problemas da comunidade aos das disciplinas estudadas, dessa forma, estabelece um vínculo entre o cotidiano do estudante e os temas estudados.

As ações da COM-VIDA na escola Treze de Junho permitem inferir que as relações que se estabelecem entre escola, família e comunidade proporcionam aos estudantes uma percepção crítica de si e da sociedade. Nesse sentido, os sujeitos podem compreender sua posição e inserção social, desse modo, o espaço pedagógico torna-se instrumento de cidadania.

Na quarta questão, realizou-se a seguinte pergunta: como o estudante integrante da unidade escolar pode estar voltado para as ações que reflitam questões ambientais? Só um dos 22 alunos disse que é cuidando do meio ambiente, sem expressar como seria esse cuidado. Os

outros 21 alunos, cerca de 95% deles, estão voltados a alguma ação que foca a preservação e conservação do meio ambiente da localidade. Segue abaixo a relação das ações executadas por esses 21 alunos, em três grupos com sete cada. De acordo com a interpretação das respostas da questão 04:

Quadro 7 – Ações que os estudantes entrevistados estão realizando atualmente na escola Treze de Junho, em São José da Vitória.

Grupo 01	Participa do planejamento e execução de seminários que objetivam conscientização de outros alunos da escola e comunidade de São José da Vitória a partir da fomentação e propagação da necessidade da prática de reciclagem, reaproveitamento e economia dos recursos naturais como água, mesmo existindo em abundância na região. A COM-VIDA orienta que essas ações contribuam para a formação em importância da preservação e conservação do meio.
Grupo 02	Participa de projetos da comunidade como em cosplay e desfile cívico 07 de setembro, para oportunizar a abordagem das temáticas de educação ambiental, na tentativa de sua divulgação e uma conquista de mudanças de hábitos em prol da preservação ambiental e sustentabilidade da cidade e região. Esses discentes ressaltaram a necessidade urgente de uma educação ambiental voltada para as residências, ou seja, o grupo acredita que a partir de mudanças de hábitos no espaço familiar, consequentemente atingirá a cidade também.
Grupo 03	Participa indiretamente de projetos na escola e comunidade com a temática meio ambiente e/ou educação ambiental.

Fonte: Questionário aplicado a alunos do fundamental II e EM do Treze de Junho, em São José da Vitória, 2015.

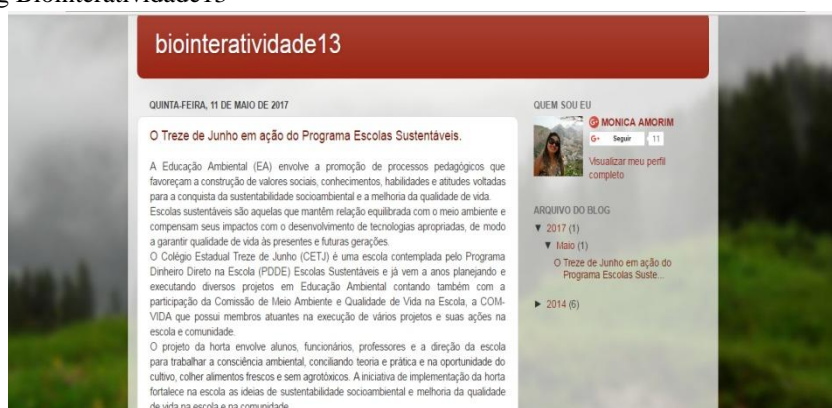
Quase 100% dos alunos que responderam ao questionário estão envolvidos em algum projeto vinculado ao meio ambiente ou atividades da COM-VIDA. Acreditamos que seja um resultado positivo que retrate a abrangência da comissão sobre os alunos da escola, que demonstram apresentar interesse por questões ambientais e de participarem dos projetos.

Essa assertiva coaduna com os resultados da quinta questão. Nesta, perguntamos “Você conhece em sua unidade escolar a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, a COM-VIDA? Dos vinte e dois discentes, vinte responderam que conhecem, ou seja, 90,9% do grupo.

Esse indicativo mostra a visibilidade do trabalho da comissão, a importância do alcance dos projetos e o quanto as temáticas abordadas atingem um público. Desse grupo, apenas dois alunos não responderam à questão, surgindo duas hipóteses para não responderem: não conhecem a comissão ou resolveram omitir a resposta.

Baseada nesse resultado, a COM-VIDA busca sua divulgação na execução dos projetos com as práticas e ações desenvolvidas, de modo que todos os membros da unidade escolar ao menos conheçam a comissão e seus objetivos. Daí a importância da existência e alimentação do blog biointeratividade13.blogspot.com, como um mecanismo das redes sociais utilizado também para divulgação da COM-VIDA na comunidade.

Figura 26 – O blog Biointeratividade13



Fonte: [blog biointeratividade13.blogspot.com](http://biointeratividade13.blogspot.com)

Ao serem questionados sobre quais ações a COM-VIDA já realizou na escola e/ou comunidade na questão 6, todos citaram ações da comissão. Dentre elas, citaram: gincanas, feiras de ciências, seminários e peças teatrais. Ainda afirmaram que nesses eventos diversas atividades sobre como tornar a escola sustentável foram promovidas pelos integrantes da comissão, com auxílio da comunidade escolar.

Nesse sentido, foi possível verificar a relação que se estabelece entre escola e comunidade local, visto que os estudantes relacionaram diversas ações da COM-VIDA que são colocadas em prática no cotidiano, tais como: coleta seletiva do lixo, reaproveitamento de óleo para produção de sabão caseiro, dentre outras. Sobre essa questão, Loureiro (2000) afirma:

Ecocidadania/cidadania planetária é um conceito utilizado para expressar a inserção da ética ecológica e seus desdobramentos no cotidiano, em um contexto que possibilita a tomada de consciência individual e coletiva das responsabilidades tanto locais e comunitárias quanto globais, tendo como eixo central o respeito à vida e a defesa do direito a esta em um mundo de fronteiras geopolíticas. Nesse conceito,

amplia-se o destaque ao sentimento de pertencimento à humanidade e a um planeta único (LOUREIRO, 2000, p. 80).

Aos estudantes foi feita a seguinte questão: “Você acredita que se a COM-VIDA estiver agindo em sua escola e município, suas ações podem colaborar para uma cidade mais sustentável?” Todos os vinte e dois discentes responderam que sim. Isso significa que essa amostra de alunos acredita no projeto e confiam nos resultados e no alcance dessas ações. Essa confiança nas práticas desenvolvidas pela COM-VIDA pode refletir-se nos hábitos da unidade escolar, bem como na comunidade de São José da Vitória-Ba, e possibilitar a associação do desenvolvimento do município a sua sustentabilidade.

A responsabilidade da comissão aumenta quando perguntamos: “O que representa a atuação da COM-VIDA em sua unidade escolar para o fortalecimento das ações em prol de sua cidade mais sustentável?” As respostas foram variadas, no entanto, demonstram que a comissão representa significativamente a ideia de preservação e sustentabilidade e como mecanismo de transformação social, econômica e ecológica da comunidade.

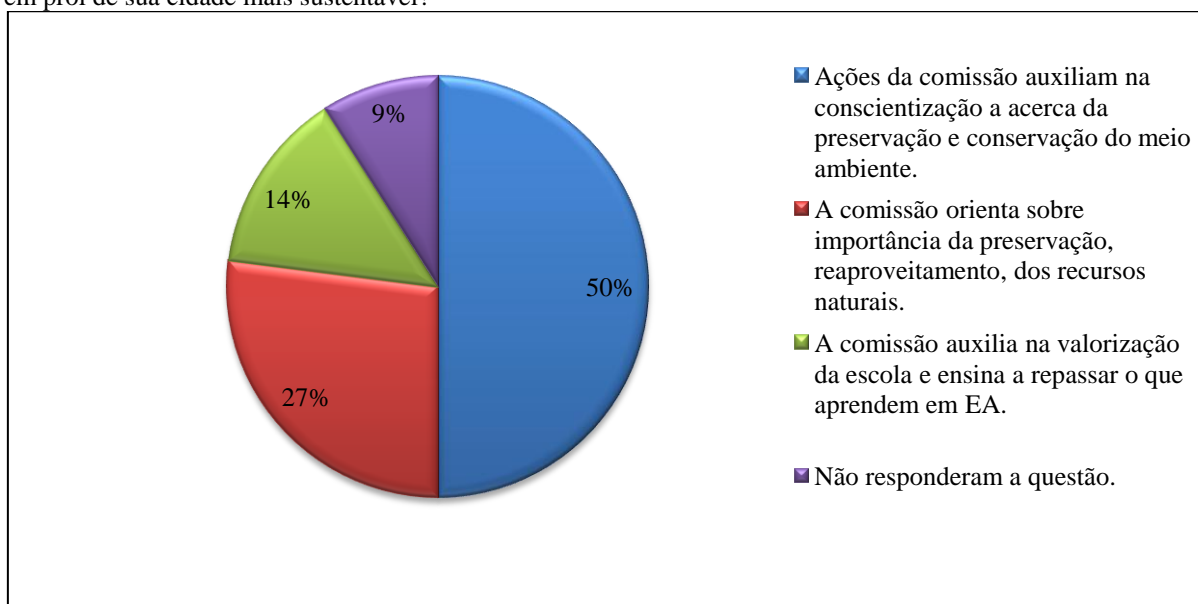
Dos vinte e dois (22) alunos, 50% afirmaram que as ações da comissão auxiliam na conscientização da comunidade local acerca da preservação e conservação do meio ambiente. Percebemos, através das respostas da questão 08 (oito), a demonstração por parte dos alunos que existe um peso de importância na tarefa da comissão em conscientizar a favor da preservação e conservação do meio ambiente.

A cidade localiza-se em meio à Mata Atlântica, com riqueza de água, de fauna e flora, mas independente disso, a comunidade escolar demonstra interesse por assuntos que envolvem temas de Educação Ambiental, meio ambiente e sustentabilidade.

Já 27% disseram que a comissão orienta sobre a importância da economia de energia, de água, do reaproveitamento de resíduos, da economia de recursos naturais de modo geral. E 14% disseram que a comissão auxilia na valorização da escola e ensina a repassar em casa o que eles aprendem sobre educação ambiental e meio ambiente.

Os percentuais no resultado dessa questão são reflexos de que a comissão tem desenvolvido suas atividades com responsabilidade e trabalho, dando a importância devida por alcançar suas metas, e tal compromisso é verificado na comunidade escolar e local.

Gráfico 4 – O que representa a atuação da COM-VIDA em sua unidade escolar para o fortalecimento das ações em prol de sua cidade mais sustentável?



Fonte: Questionário aplicado a alunos do fundamental II e EM do Treze de Junho, em São José da Vitória, 2015.

Na cidade de São José da Vitória, existiu uma ONG chamada ABAS (Associação Beneficente Amigos de São José), que recebia doações de resíduos sólidos como garrafas pet e produzia sofá, “puf”, entre outros. A Igreja Católica da cidade atualmente recebe doações de resíduos sólidos para vender e gerar renda a ser empregada na reforma da igreja. Então, já existe um histórico de preocupação em preservar o meio ambiente no município por parte da população e autoridades. Daí a receptividade às atividades COM-VIDA.

De acordo com Loureiro (2000), o verdadeiro consumidor verde, ou melhor, o verdadeiro cidadão consciente e responsável não é aquele que escolhe consumir de modo preferencial os produtos reciclados ou que se engaja de forma voluntária nos programas de reciclagem, mas sim aquele que cobra do Poder Público, por meio de processos opressivos coletivos, que o mercado ponha um fim na obsolescência planejada e na descartabilidade.

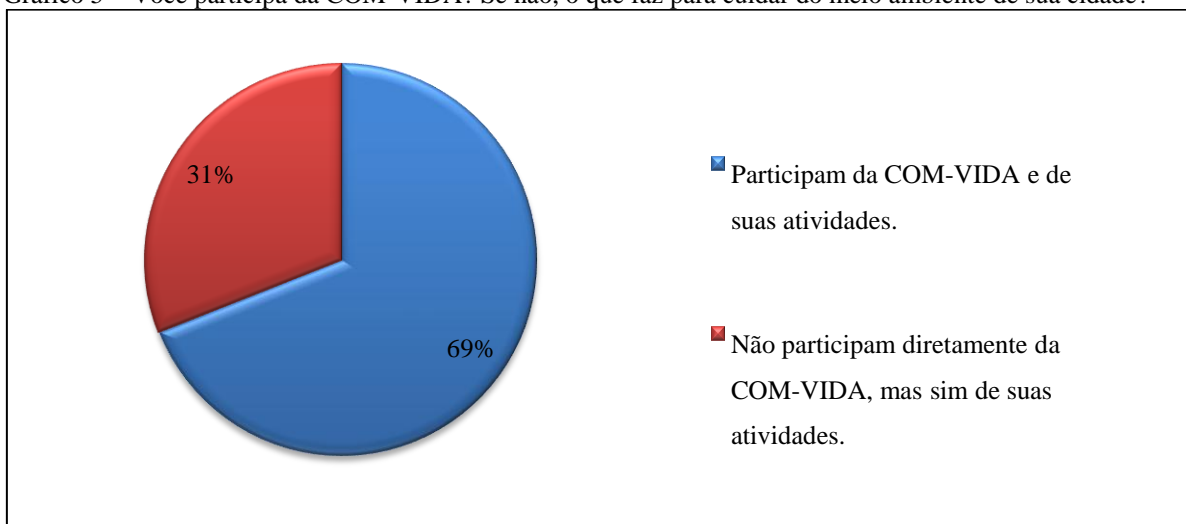
Nessa perspectiva, de acordo com esse autor, o verdadeiro cidadão exige a implementação de políticas públicas que destruam os mecanismos perversos de concentração de renda, possibilitando que grupos sociais como catadores e sucateiros possam repartir igualmente os ganhos obtidos pela reciclagem de lixo. Desse modo, Loureiro (2000) questiona: se a educação ambiental pode ao mesmo tempo reverter tanto a degradação ambiental como a opressão social e a exploração econômica, por que não fazê-lo?

Para finalizar as análises do questionário, na última questão, perguntou-se ao aluno: “Você participa da COM-VIDA? Se não participa, o que vem fazendo a contribuir para cuidar do meio ambiente de sua cidade”? Da amostra dos vinte e dois estudantes, 15 (quinze)

disseram fazer parte da comissão e atuarem nas suas atividades, isto é, 69% deles. Este percentual representa significativamente o interesse dos estudantes pelas atividades e a vontade desses em mudar a realidade da comunidade escolar e local.

Outros 31% dos estudantes, 07 (sete) dos 22 disseram não participar da comissão, mas participam das ações e práticas da COM-VIDA voltada para a EA, como: reaproveitamento de resíduos sólidos, auxílio na preservação da cidade limpa com produção de lixeiras, economizam recursos naturais, buscam reutilizar e reaproveitar e praticam ações sustentáveis em casa e na comunidade. Esse grupo demonstra que o trabalho desenvolvido pela COM-VIDA na escola, através das oficinas, seminários, participação nas atividades na comunidade, vale acontecer, pode crescer e ganhar maiores proporções. Segue representação gráfica para melhor ilustrar dados da pesquisa:

Gráfico 5 – Você participa da COM-VIDA? Se não, o que faz para cuidar do meio ambiente de sua cidade?



Fonte: Questionário aplicado a alunos do fundamental II e EM do Treze de Junho, em São José da Vitória, 2015.

Esses resultados corroboram com o pensamento de Loureiro (2000), quando diz que ter EA como objeto de reflexão é motivo para participação em ações que exigem a garantia de pressupostos que se concretizam ao longo de etapas coletivas e individuais, tais como:

Acesso ao conhecimento, a valores e habilidades relativos à realidade, conforme os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais; direito a formas de organização de pessoas, a partir da consciência de direitos e deveres, como estágios de participação nas esferas de poder na sociedade; direito ao acesso de mecanismos e locais de negociação, de diálogo, de debate e de trocas de ideias, com fundamento na liberdade, na igualdade e na justiça (LOUREIRO, 2000, p. 106).

A representação gráfica das análises possibilita uma melhor compreensão acerca dos dados e mostra a necessidade da COM-VIDA continuar na escola. A partir desses dados,

percebemos que a comissão alcança a comunidade escolar e local e pode influenciar para mudanças de comportamento se a proposta de aperfeiçoamento desta experiência no município de São José da Vitória for bem sucedida.

Agora vamos para a discussão dos resultados da entrevista destinada a professores, direção, funcionários e pai de aluno do Colégio Estadual Treze de Junho. A entrevista foi:

Quadro 8 – Entrevista da pesquisa:

<p>01. Na sua concepção, qualidade de vida é:</p> <p>() Ter acesso às condições básicas como bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, manter relacionamentos sociais com família e amigos e ter acesso a saúde e educação.</p> <p>() Percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.</p> <p>() Tem relação com bem-estar, é opção pessoal, é jeito que cada um escolhe para viver mediante decisões, a partir de informações limitadas pelos padrões de convivência social.</p> <p>() As opções anteriores compreendem conceitos de qualidade de vida.</p> <p>02. Você considera ter acesso à qualidade de vida?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>03. Na sua concepção Educação Ambiental está relacionada a:</p> <p>() Teoria na tomada de decisões que conduzem para a melhoria do meio ambiente, da qualidade de vida e sustentabilidade.</p> <p>() Atividade da prática social que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com seres humanos.</p> <p>() Construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente sem relação com a prática.</p> <p>04. Em suas atitudes do cotidiano, no trabalho ou em outros ambientes, você busca realizar ações de educação ambiental para colaborar com a conquista pela qualidade de vida?</p> <p>() Sim () Às vezes () Não</p> <p>05- Você reconhece a importância e participa das ações COM-VIDA de sua unidade escolar mesmo não sendo membro dessa comissão?</p> <p>() Não () Sim</p> <p>06. Assinale as ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Treze de Junho junto à comunidade de São José da Vitória.</p> <p>() Realização de encontros entre a comunidade escolar e/ou moradores da cidade</p>

objetivando pontuar problemas ambientais que afetam a qualidade de vida;

Reaproveitamento de resíduos sólidos ou líquidos (óleo, água, alimentos, papel, vidros, plásticos, entre outros) na confecção de outros materiais úteis para o dia a dia;

Incentivo ao uso da coleta seletiva de resíduos da escola e/ou comunidade;

Parceria com as autoridades públicas locais em campanhas de educação ambiental como preservação e recuperação de ambientes (rio, árvores, animais, praças, ruas, entre outros);

Intervenção na área da saúde (prevenção de doenças, incentivo a campanha de vacinação, de combate ao mosquito, mutirão, entre outros);

Interferência no espaço físico da escola a tornando acessível e sustentável.

Incentivo à economia de material didático, reaproveitamento de material em outros fins.

Motivação de pessoal de apoio no fortalecimento de práticas do Programa Escolas Sustentáveis.

07. Como você, membro da Unidade Escolar Treze de Junho pode se dedicar a ações que reflitam questões ambientais?

Participação nas atividades de educação ambiental na unidade escolar e comunidade.

Orientando corpo discente sobre a importância da prática de educação ambiental e participando de atividades de educação ambiental na unidade escolar e comunidade.

Vinculação de conceitos (sustentabilidade, preservação, qualidade de vida, saúde entre outros) em meio aos conteúdos disciplinares.

Não considero relevante as opções anteriores.

08. Após o cadastro do Treze de Junho no Programa Escolas Sustentáveis e COM-VIDA o que você aponta de positivo como mudança em sua unidade escolar com relação aos objetivos do programa?

A coletividade docente despertou-se para a consciência em prol das práticas de educação ambiental na escola.

A escola tornou-se espaço de formação crítica e práticas sustentáveis.

Intercâmbio entre escola e comunidade local em relação a questões ambientais.

Gestão empenhada na execução das ações de Educação Ambiental na unidade escolar.

09. Você considera importante haver a contemplação da COM-VIDA no PPP (Projeto Político Pedagógico) de sua unidade escolar? Por quê?

10. Você acredita que práticas de educação ambiental realizadas pela COM-VIDA no Treze

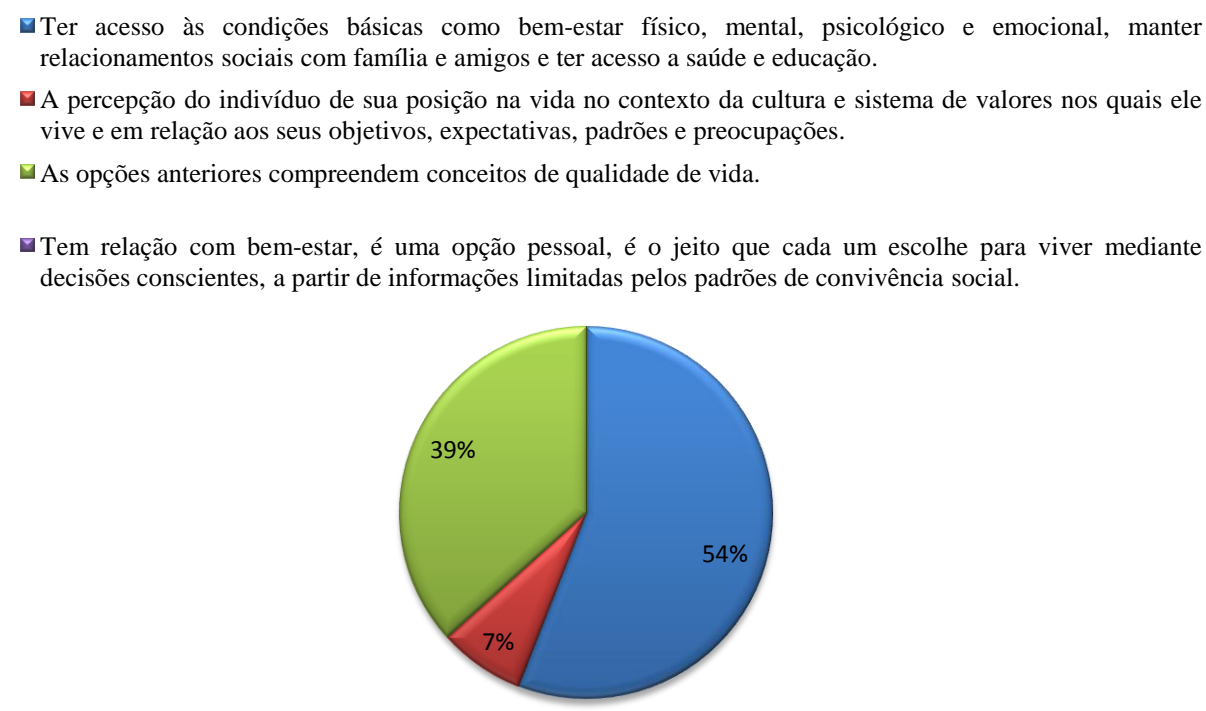
de Junho alcançam a comunidade de São José da Vitória influenciando para seu desenvolvimento sustentável? Por quê?

Fonte: autora, 2016.

Na primeira questão da entrevista, buscou-se verificar a concepção dos sujeitos sobre qualidade de vida. Dos 13 (treze) entrevistados, 54% deles conceituaram qualidade de vida como ter acesso a bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, manter relacionamentos sociais com família e amigos e ter acesso a saúde e educação.

Os entrevistados, apesar de terem escolhido uma opção que contempla um dos conceitos de qualidade de vida, não perceberam que havia opção que contemplava todas as outras, ampliando o conceito de qualidade de vida e só um entrevistado fez relação de qualidade de vida com a cultura e valores.

Gráfico 6 – Na sua concepção, qualidade de vida é:



Fonte: Entrevista aplicada a gestão, professores, funcionários e pai de aluno do Treze de Junho em São José da Vitória/BA.

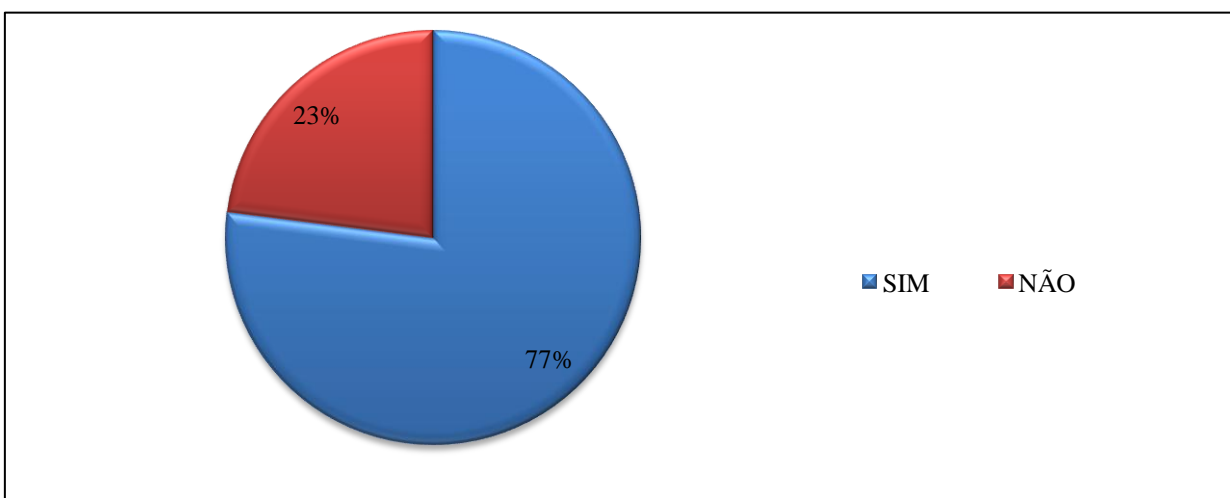
Nesse contexto, pode-se atestar que a Educação Ambiental realizada pela COM-VIDA pode contribuir significativamente para a construção do conceito de cada um sobre qualidade de vida.

Ao serem questionados se possuem qualidade de vida na segunda pergunta, 77% responderam que possuem sim. Como a maioria relacionou qualidade de vida a suas

concepções aceitáveis na questão anterior, era também de se esperar que considerassem ter acesso à qualidade de vida.

É necessário reiterar que os seminários, as discussões e a divulgação das ações da comissão no blog Biointeratividade13.blogspot.com, puderam contribuir diretamente para que as pessoas compreendam concepções que norteiam a qualidade de vida e as vinculasse diretamente com sustentabilidade e meio ambiente. O gráfico abaixo melhor representa o resultado da pergunta:

Gráfico 7 – Você considera ter acesso à qualidade de vida?

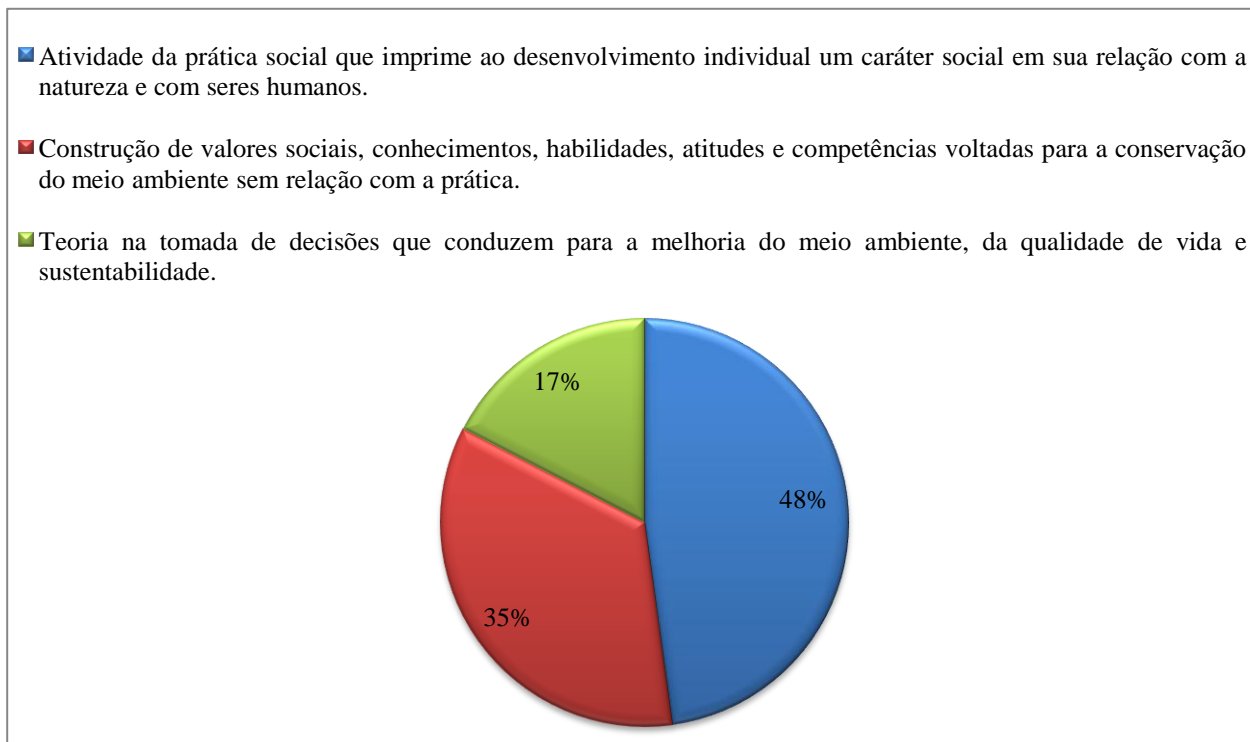


Fonte: Entrevista aplicada a gestão, professores, funcionários e pai de aluno do Colégio Estadual Treze de Junho, em São José da Vitória/BA, 2016.

Para Loureiro (2012), a Educação Ambiental é Educação e fomenta estratégias que tenham como objetivo a produção de conhecimentos pedagógicos que irão possibilitar a consolidação de uma cultura ambiental, tornando-se possível mudar a mentalidade dos sujeitos de determinada localidade.

A pergunta três traz para o entrevistado a concepção de Educação Ambiental e pediu que a relacionasse com uma opção de resposta. Como resultado, obtivemos 48% dos entrevistados relacionando EA com a atividade da prática social que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com seres humanos. A maioria relacionou EA com prática e caráter social, destacando a relação do indivíduo com a natureza. Outros 35% dos entrevistados responderam que EA se constitui como uma construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.

Gráfico 8 – Na sua concepção, Educação Ambiental está relacionada a:



Fonte: Entrevista aplicada a gestão, professores, funcionários e pai de aluno do Colégio Estadual Treze de Junho, em São José da Vitória/BA, 2016.

Os percentuais expostos no gráfico representam que a maioria compreende EA sob a perspectiva do coletivo. É nele, afinal, que os problemas ambientais são solucionados. É na sociedade que os princípios teóricos devem ser abordados e associados à prática. Essas constatações constituem o reflexo das ações da COM-VIDA.

Por meio das ações da COM-VIDA no Colégio Estadual Treze de Junho, é possível compreender que o tema gerador das ações não perde o foco do papel social da escola, desse modo, centra-se na reflexão, construção de conhecimentos e oportunidade de aprendizagem em uma proposta curricular crítica e emancipadora.

As ações de Educação Ambiental são realizadas e acompanhadas pela COM-VIDA na unidade escolar. A COM-VIDA também busca conscientizar, sensibilizar, despertar o interesse da população, promover a mudança de comportamento e promover a formação da cidadania (MEC/MMA, 2007).

Nesse viés de entendimento, pode-se pontuar que para Tozoni-Reis (2007), a Educação Ambiental é:

Uma dimensão da educação, uma atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com objetivo de potencializar essa atividade humana tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental. Essa

atividade exige sistematização através de metodologia que organize os processos de produção/transmissão/apropriação crítica de conhecimentos, atitudes e valores políticos, sociais e históricos (TOZONI-REIS, 2007, p. 127).

Nesse sentido, a prática da COM-VIDA em São José da Vitória/BA está sintonizada com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNea):

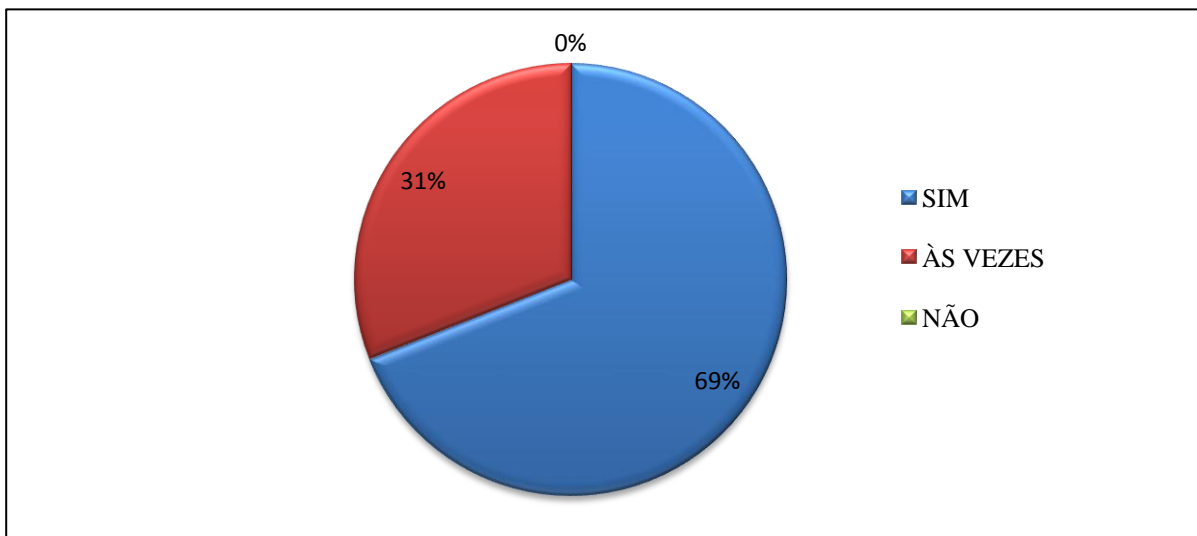
Caráter prioritário e permanente deve ser reconhecido por todos os governos, tem como eixo orientador a perspectiva da sustentabilidade ambiental na construção de um país de todos. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a interação e a integração equilibradas das múltiplas dimensões da sustentabilidade ambiental – ecológica, social, ética, cultural, econômica, espacial e política – ao desenvolvimento do país buscando o envolvimento e a participação social na proteção, recuperação e melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida (BRASIL, 2005a, p. 33).

A COM-VIDA no município de São José da Vitória/BA possibilita aos jovens, professores e comunidade local a oportunidade de pensar e criar uma consciência ambiental voltada para a cidadania. Assim sendo, a comissão baseia-se em ações participativas, democráticas e saudáveis.

Na sequência, os entrevistados responderam à pergunta quatro, que diz: “Em suas atitudes do cotidiano, no trabalho ou em outros ambientes, você busca realizar ações de EA para colaborar com a conquista pela qualidade de vida?”. Ao que 69% responderam sim. Esse dado representa que a maioria pratica e adota princípios que regem a sustentabilidade, a preservação e a conservação da fauna e da flora. Essa também pode ser considerada uma conquista do projeto COM-VIDA.

O desafio agora é modificar as concepções adotadas por 31% dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Serão as atitudes e ações de EA que farão diferença. Acredita-se que o investimento humano, financeiro, pedagógico e político ao aplicar a proposta de intervenção contribuam para a mudança de “às vezes” para “sim”. Essa é a meta do projeto COM-VIDA. O gráfico a seguir mostra o resultado da pergunta:

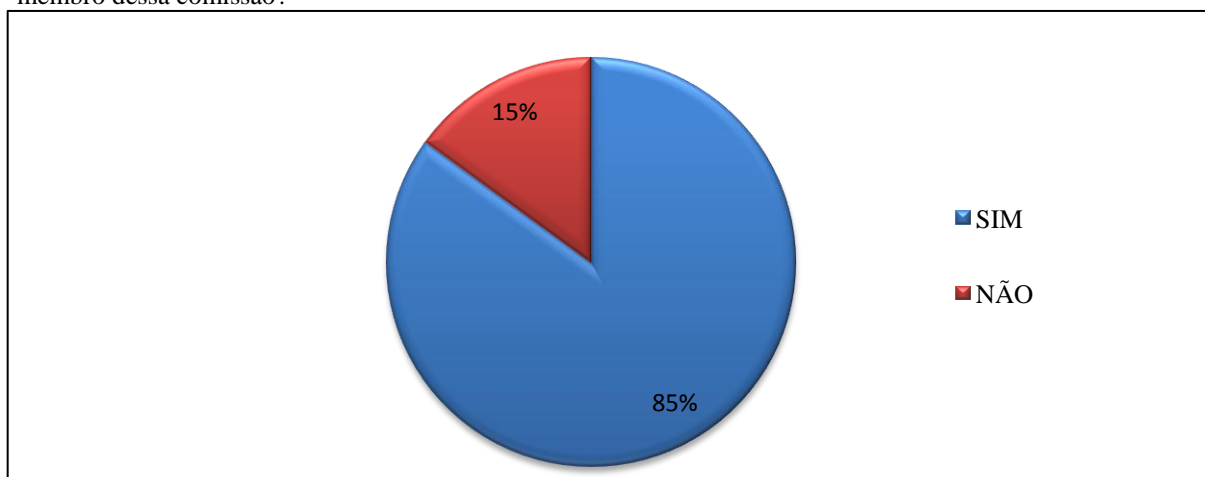
Gráfico 09 – Em suas atitudes do cotidiano, no trabalho ou em outros ambientes, você busca realizar ações de Educação Ambiental para colaborar com a conquista da qualidade de vida?”



Fonte: Entrevista aplicada à gestão, professores, funcionários e pai de aluno do Colégio Estadual Treze de Junho, em São José da Vitória/BA, 2016.

Da análise do material da entrevista da pergunta cinco, “você reconhece como importantes as ações da COM-VIDA de sua unidade escolar, mesmo não sendo membro dessa comissão?”, é possível comprovar que os sujeitos entrevistados acreditam que a COM-VIDA é vista como algo positivo para a comunidade, pois 85% dos entrevistados reconhecem a importância de participar das ações COM-VIDA de sua unidade escolar, mesmo não sendo membro dessa comissão.

Gráfico 10 – Você reconhece a importância das ações COM-VIDA de sua unidade escolar mesmo não sendo membro dessa comissão?



Fonte: Entrevista aplicada a gestão, professores, funcionários e pai de aluno do Colégio Estadual Treze de Junho, em São José da Vitória/BA, 2016.

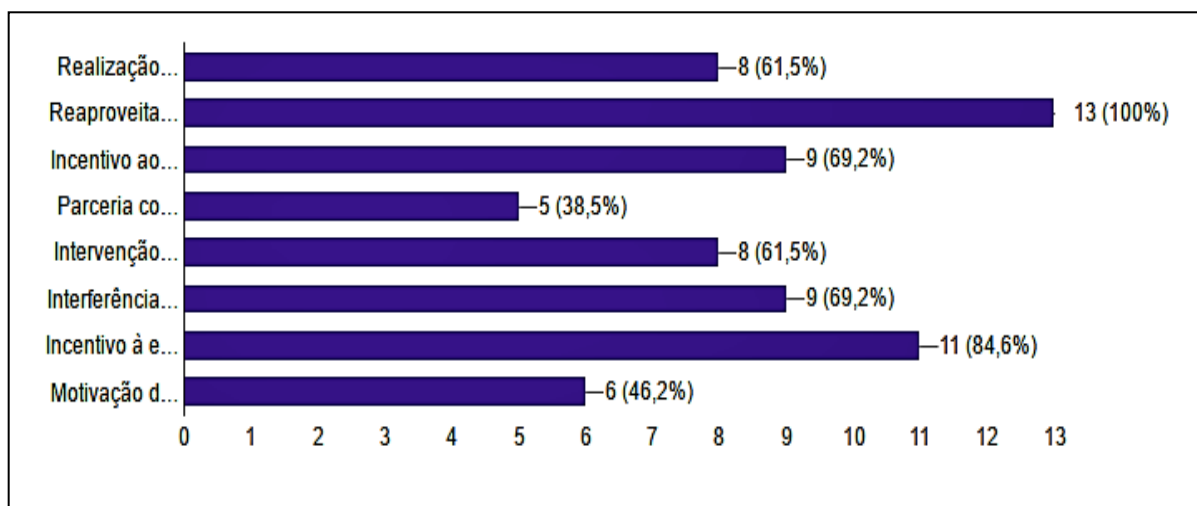
A intensificação dessas ações da COM-VIDA junto à comunidade certamente precisa acontecer nos seguintes aspectos: realização dos encontros; reaproveitamento de resíduos;

incentivo à coleta seletiva; parceria com as autoridades locais; intervenção na área da saúde; interferência no espaço físico da escola; incentivo à economia de material didático e, sobretudo, no fortalecimento de práticas do Programa Escolas Sustentáveis.

Dando continuidade, os entrevistados responderam à sexta pergunta, que se destaca por ser de múltipla escolha: “Assinale as ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Treze de Junho junto à comunidade de São José da Vitória”. Todos os entrevistados, ou seja, 100% deles assinalaram que reaproveitamento de resíduos sólidos ou líquidos (vidros, plásticos, papel, alimentos, óleo, água, entre outros) na confecção de outros materiais é uma ação de EA realizada pela COM-VIDA. Diversos materiais oriundos de atividades realizadas na escola são reutilizados por seus membros, para evitar formação de lixo, desperdício, gastos desnecessários.

Seguindo o mesmo raciocínio, os entrevistados também assinalaram que a comissão incentiva os membros da unidade escolar a economizar material didático e reaproveitar materiais para outros fins. As ações de incentivo à coleta seletiva de resíduos sólidos ou líquidos da escola e/ou comunidade e a interferência no espaço físico da escola, tornando-a acessível e sustentável, foram assinaladas juntas por 69% dos entrevistados.

Gráfico 11 – Ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Treze de Junho junto à comunidade de São José da Vitória.



Fonte: Entrevista aplicada a gestão, professores, funcionários e pai de aluno do Colégio Estadual Treze de Junho, em São José da Vitória/BA, 2016.

Segue abaixo a legenda da sexta questão:

- Realização de encontros entre a comunidade escolar e/ou moradores da cidade, objetivando pontuar problemas ambientais que afetam a qualidade de vida;

- Reaproveitamento de resíduos sólidos ou líquidos (óleo, água, alimentos, papel, vidros, plásticos, entre outros) na confecção de outros materiais úteis para o dia a dia;
- Incentivo à coleta seletiva de resíduos (lixo) sólidos ou líquidos da escola e/ou comunidade;
- Parceria com as autoridades públicas locais em campanhas de educação ambiental, como preservação e recuperação de ambientes (rio, árvores, animais, praças, ruas, entre outros);
- Intervenção na área da saúde (prevenção de doenças, incentivo à campanha de vacinação, de combate ao mosquito, mutirão, entre outros);
- Interferência no espaço físico da escola, tornando-a acessível e sustentável;
- Incentivo à economia de material didático, reaproveitamento de material em outros fins;
- Motivação de pessoal de apoio no fortalecimento de práticas do Programa Escolas Sustentáveis.

As ações da COM-VIDA no Treze de Junho são bem vistas pelos entrevistados, no entanto, não podemos deixar de afirmar que, de forma geral, a Educação Ambiental é pouco fortalecida em nosso país. Nesse aspecto, dificulta a construção de uma política pública de longo prazo. Tal situação é analisada por Jacobi (2003), quando demarca que a Educação Ambiental é muito diversa, no entanto, a relação entre escola e comunidade ainda revela fragilidades que precisam ser mais articuladas.

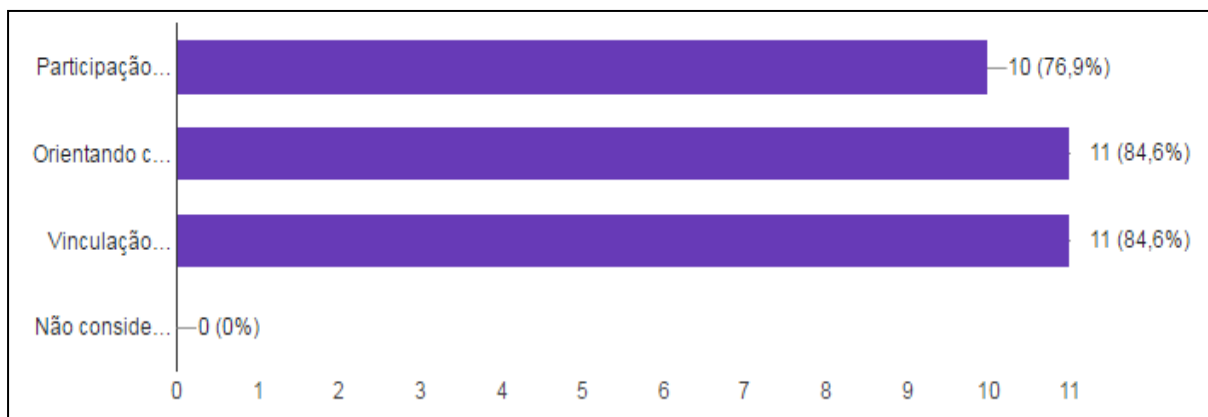
Pensando nisso, a pergunta sete: como você, membro da Unidade Escolar (UE) Treze de Junho, pode dedicar-se a ações que reflitam questões ambientais?

Dos treze entrevistados, onze apontaram a 2ª e 3ª opções de respostas como ação que tem ligação com questões ambientais. Ou seja, 84,6% escolheram a 2ª resposta e também escolheram a 3ª, considerando orientação do corpo discente sobre a importância da prática de EA e participando de atividades de EA na unidade escolar e comunidade e vinculação a conceitos como sustentabilidade, preservação, qualidade de vida, saúde, entre outros, em meio aos conteúdos disciplinares, como ações que reflitam questões ambientais.

Isto quer dizer que a escola ainda é o melhor espaço para discutir e conscientizar os indivíduos acerca das questões ambientais que nos envolvem e necessitam de atenção. Além disso, ainda é o local em que todos os paradigmas são rompidos e outros são construídos.

O gráfico abaixo representa melhor a pergunta:

Gráfico 12 – Como você, membro da Unidade Escolar Treze de Junho, pode se dedicar a ações que reflitam questões ambientais?



Fonte: Entrevista aplicada a gestão, professores, funcionários e pai de aluno do Colégio Estadual Treze de Junho, em São José da Vitória/BA, 2016.

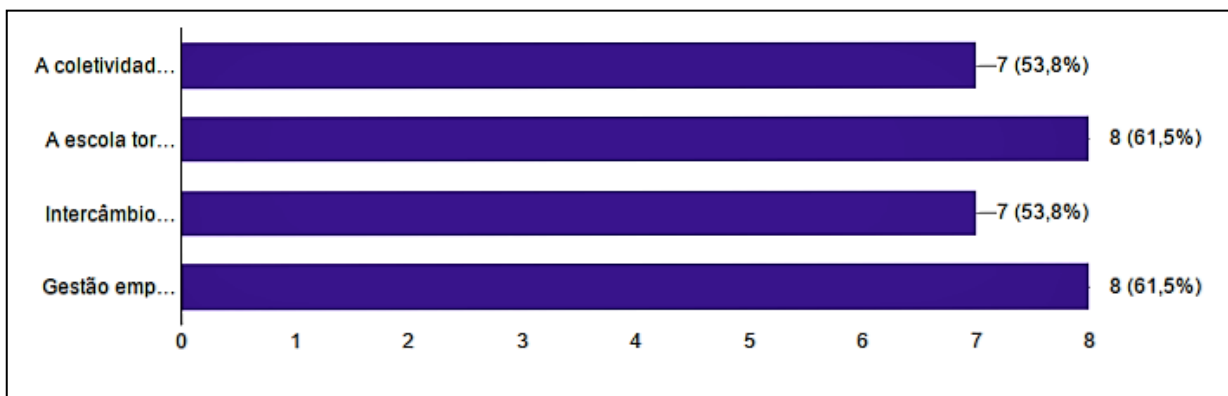
A legenda:

- Participando nas atividades de educação ambiental na unidade escolar e comunidade.
- Orientando corpo discente sobre a importância da prática de educação ambiental e participando de atividades de educação ambiental na unidade escolar e comunidade.
- Vinculando conceitos como sustentabilidade, preservação, qualidade de vida, saúde, entre outros em meio aos conteúdos disciplinares.

A instituição escolar representa espaço de transformação em prol da sustentabilidade. Dos treze entrevistados na pergunta oito (Após o cadastro do Treze de Junho no Programa Escolas Sustentáveis e COM-VIDA, o que você aponta de positivo como mudança em sua unidade escolar com relação aos objetivos do programa?), 61,5% dos entrevistados consideram a escola local que possibilita a formação crítica para a importância das práticas sustentáveis. Para as mudanças acontecerem na escola, é necessário também o empenho e dedicação da gestão e docentes. O programa pode proporcionar mudanças no que tange a aspectos social, político, econômico e ambiental e, para isso, o programa precisa da participação dos membros do colégio.

Os entrevistados apontaram como positivas as mudanças em sua unidade escolar com relação aos objetivos do programa. Ademais, uma resposta se destaca: a escola ter se tornado espaço de formação crítica, com práticas sustentáveis, e a gestão se empenhando mais na execução das ações de Educação Ambiental na unidade escolar.

Gráfico 13 – Após o cadastro do Treze de Junho no Programa Escolas Sustentáveis e COM-VIDA, o que você aponta de positivo como mudança em sua unidade escolar com relação aos objetivos do programa?



Fonte: Entrevista aplicada a gestão, professores, funcionários e pai de aluno do Colégio Estadual Treze de Junho, em São José da Vitória/BA, 2016.

Se contexto, os sujeitos da pesquisa responderam também à nona pergunta: “Você considera importante haver a contemplação da COM-VIDA no PPP (Projeto Político-Pedagógico) de sua unidade escolar e por quê?”. Foi unânime em todas as respostas dadas pelos entrevistados: 100% escolheram a afirmativa de que a comissão é importante para a unidade escolar pela relevância de suas práticas e, por isso, deve ser contemplada no PPP da unidade. Eis alguns comentários que mais se destacaram:

-Sim. A COM-VIDA apresenta propostas de EA, consciência ecológica, cuidados com o meio ambiente, discute questões ligadas à sustentabilidade e reaproveitamento de materiais utilizados, dentre outras tantas ações. E por apresentar ações afins ao que se concentra no PPP, considero, sim, importante que seja contemplada.

- Sim, porque a COM-VIDA é muito importante para o desenvolvimento da qualidade de vida e sendo o PPP que orienta as ações da escola, torna-se necessário contemplar a comissão no projeto.

- Sim. Para que a Educação Ambiental seja contemplada em todo o âmbito escolar, não apenas em alguns eventos.

- Sim. Pois é envolvendo a comunidade escolar em ações práticas e de conscientização que começaremos a mudar a realidade.

- Com certeza, porque discutir questões ambientais deve fazer parte do dia-a-dia pedagógico.

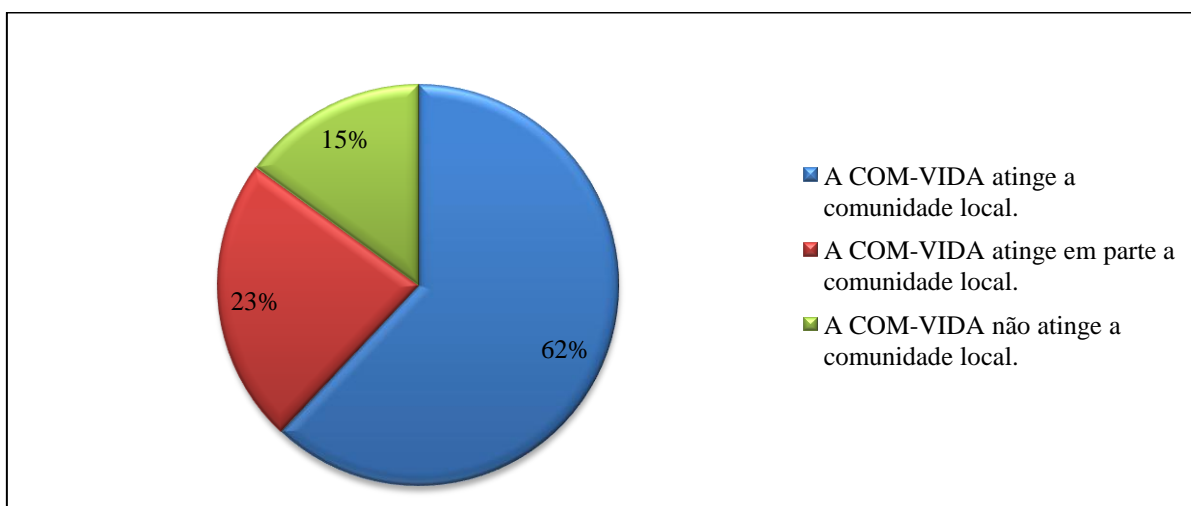
- Sim, pois abordar essa temática ajudaria não apenas os estudantes a pensar de forma crítica as questões ambientais, como também os professores e toda a equipe educadora passaria a ter um entendimento sobre utilizar os recursos naturais finitos com qualidade e responsabilidade.

Quando a escola assume o papel ideológico da transformação, as ações ganham representatividade e surgem outras necessidades, dentre elas: a inserção das políticas no Projeto Político-Pedagógico da instituição. No caso da COM-VIDA, a maioria dos entrevistados assinalaram que é necessária a inclusão do Programa PDDE Interativo Escolas Sustentáveis: COM-VIDA no PPP da UE. Esse ato corresponde a dois aspectos importantes: o reflexo das ações da COM-VIDA na comunidade escolar e a necessidade de levar o projeto para um âmbito maior, pois a COM-VIDA apresenta no Treze de Junho propostas de EA, discute desenvolvimento e sustentabilidade, reaproveitamento de materiais, , preservação de fauna e flora, saúde, qualidade de vida, dentre outros.

E finalmente chegamos à última pergunta da entrevista: você acredita que as práticas de EA realizadas pela COM-VIDA no Treze de Junho alcançam a comunidade de São José da Vitória, influenciando para seu desenvolvimento sustentável? Por quê?

Dos treze entrevistados, oito deles, ou seja, 62% acreditam que as práticas de EA realizadas pela COM-VIDA no Treze de Junho alcançam a comunidade de São José da Vitória influenciando para seu desenvolvimento sustentável. Desses treze entrevistados, 23% expuseram que a comissão em parte não atinge a comunidade e outros 15% apontaram que as atividades da comissão não alcançam a comunidade.

Gráfico 14 – Você acredita que as práticas de educação ambiental realizadas pela COM-VIDA no Treze de Junho alcançam a comunidade de São José da Vitória, influenciando para seu desenvolvimento sustentável? Por quê?



Fonte: Entrevista aplicada a gestão, professores, funcionários e pai de aluno do Colégio Estadual Treze de Junho, em São José da Vitória/BA, 2016.

Dos treze entrevistados, dois apontaram que as atividades da comissão não atingem a comunidade. A fala de um entrevistado foi: “falta a escola se voltar também para a

comunidade” e a colocação do outro: “o trabalho ainda precisa ser expandido, estimulando mais a população, a fim de que todos tenham uma consciência crítica sobre questões ambientais/problemas ambientais”.

Mesmo sendo um número menor de entrevistados que expuseram essas críticas, é de se levar em consideração esses dados e buscar superar as barreiras e as dificuldades. Assim, a pesquisa indica a necessidade de intensificar o envolvimento da comunidade na execução das ações da comissão.

Com os dados obtidos na entrevista, torna-se possível assegurar que a COM-VIDA possibilita a construção de indivíduos críticos e dispostos a mudar a realidade local. Nesse contexto, Loureiro (2012) afirma que a educação, no processo de gestão ambiental pública, significa estabelecer processos sociais, políticos-institucionais e práticas educativas que fortaleçam a participação dos sujeitos e grupos nos espaços públicos, o controle social das políticas públicas e a reversão das assimetrias no uso e na apropriação de recursos naturais, tendo por preferência os marcos regulatórios da política ambiental brasileira.

A palavra “saberes” é definida como conjunto de conhecimentos, tais como: o saber-fazer, competências, habilidades. O saber docente está ligado à sua identidade, à sua experiência de vida e profissional, suas relações com os alunos e demais sujeitos envolvidos no processo escolar, constituindo-se como um saber social que depende do professor para se efetivar, mas não unicamente dele. Nesse sentido, dependem da universidade, da escola, dos alunos e de todos os sujeitos que vivenciam o processo de ensino (TARDIFF, 2002).

O saber docente, assim como seu estímulo, são fundamentais para a continuidade das ações da COM-VIDA no Colégio Treze de Junho, em São José da Vitória-Ba, visto que é o quantitativo maior de sujeitos que compõem a instituição escolar e também que participam da COM-VIDA. Esse profissional também articula a relação entre discentes, funcionários e moradores da comunidade, isto é, o professor tem um contato direto com todos.

A partir das respostas, tanto do questionário quanto das entrevistas, percebemos a importância e as consequências da implantação da COM-VIDA na unidade escolar Treze de Junho, em São José da Vitória. Além disso, percebemos a construção de indivíduos críticos e dispostos a mudar a realidade local. Os sujeitos envolvidos nesse processo demonstraram iniciativa em planejar e executar ações que almejam a mudança de hábitos, a conquista da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável da comunidade.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões acerca do meio do ambiente, ao longo da história, envolvem aspectos de ordem política, econômica e social. A partir da década de 70, o mundo inicia uma guerra contra os desmandos humanos e a ignorância dos homens em relação ao planeta Terra. Para alertar as pessoas, ocorre na Suíça a primeira conferência acerca do Meio Ambiente e se iniciam as batalhas contra mau uso dos recursos naturais, o desmatamento, a poluição dos rios e mares, do solo, do ar, favorecendo preservação e conservação da natureza. Na conferência de Tbilisi, os biólogos, geógrafos e ativistas a favor do meio ambiente apresentaram ao mundo as consequências desastrosas caso as agressões ao meio ambiente continuassem.

A partir da Conferência de Tbilisi, o termo Educação Ambiental e sustentabilidade são inseridos nas discussões acerca da proteção e conservação do meio ambiental. Ambos os termos, também são inseridos nas constituições e também nas legislações ambientais. Essas novas concepções são norteadoras de inúmeras discussões, sobretudo, de pautas envolvendo a formulação de políticas públicas, economia e a sociedade em prol da preservação dos ecossistemas, fauna e flora que ainda restaram após o processo de industrialização sem associação com leis ambientais.

Após a Conferência de Tbilisi, outros eventos surgem, a saber: A Rio 92 e a Rio+20, além disso, conferência do tempo e a da ONU. Os frutos desses são: o Protocolo de Kyoto e Agenda 21. Essas consequências no Brasil resultaram no surgimento das leis de Educação Ambiental e bem recentemente como resultado da associação entre Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente as Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente.

A associação entre os dois ministérios contribuiu para o fortalecimento da implementação da PNEA nas escolas do país tendo como objetivo a discussão sobre políticas públicas de EA, problemas socioambientais, preservação e conservação do meio ambiente, sustentabilidade, entre outros temas também relevantes.

E dentre as políticas públicas, resultado da associação dos Ministérios do Meio Ambiente e Educação e do empenho da sociedade civil, está o PDDE Interativo Escolas Sustentáveis: Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA). Esta tem como objetivo principal potencializar as ações de Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamental II e ensino médio, por meio da criação e manutenção de um espaço democrático e participativo que congregue toda a comunidade escolar e fomenta iniciativas voltadas para a sustentabilidade socioambiental e à melhoria da qualidade de vida na escola e sua comunidade, assim como o diálogo sobre temas socioambientais contemporâneos.

Além disso, as ações da COM-VIDA propõem para a unidade escolar e comunidade local a mudança de postura, hábitos e práticas transformando o espaço ambiental que estão inseridas em busca de qualidade de vida e sustentabilidade. Assim, discussões oriundas das conferências culminam no surgimento de programas de Educação Ambiental como o PDDE Interativo Escolas Sustentáveis: COM-VIDA.

A implantação da COM-VIDA no Colégio Estadual Treze de Junho, no município de São José da Vitória/BA representa uma retomada das concepções acerca da sustentabilidade, preservação e conservação ambiental no município. A COM-VIDA foi inserida no Treze de Junho após sua participação na Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

A COM-VIDA pôde tornar as discussões sobre práticas de EA e sustentabilidade acessível a todas as turmas o que era um privilégio do 3º ano EM por conta da disciplina de Biologia através da Ecologia como área de estudo. Após a escola ter participado da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente e se cadastrado no programa, se intensificou a rotina de ações de EA nos eventos da unidade escolar. E a cada experiência, aumenta a participação dos membros da escola nessas ações e atividades da comissão para discutir EA e desenvolvimento sustentável.

O sucesso nas execuções das atividades e ações da COM-VIDA estimulou o surgimento do blog Biointeratividade13. O blog foi criado com objetivo de divulgar as ações da COM-VIDA pela comunidade na tentativa de agregar, unir forças pelos objetivos da comissão. Enfim, reviver na unidade escolar e comunidade de São José da Vitória as práticas de EA e sustentabilidade assim como também discuti-las.

Todo esse trabalho de praticar educação ambiental numa unidade escolar é bastante complexo e necessita da participação dos integrantes da escola. Esse trabalho no Treze de Junho busca se aprimorar. Nesse sentido, pode-se inferir que a motivação e participação dos membros da unidade escolar e representantes da comunidade são fatores fundamentais para o sucesso da COM-VIDA na escola assim como sua continuidade. Pelos resultados obtidos, a sustentabilidade da escola e do município é um desafio que está diretamente ligado a fatores como participação, política pública de EA e recursos financeiros.

Nesse estudo, foi possível descrever as ações da COM-VIDA que contribuíram com o processo de aperfeiçoamento da Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável na escola e conseqüentemente no município de São José da Vitória. Assim, a proposta de aperfeiçoamento da experiência se configura como a continuidade do trabalho desenvolvido entre os anos de 2013 a 2016. Essa proposta de aperfeiçoamento da experiência estabelece

uma relação direta entre membros que compõem a COM-VIDA, corpo docente, discente, gestão e comunidade local em prol da conquista dos objetivos traçados.

Para essa dinâmica se tornar real e operante, faz-se necessário o envolvimento e compromisso dos membros da unidade escolar e município. A comissão pode ser uma ferramenta utilizada para tentar alcançar qualidade de vida por moradores do município. As ações podem possibilitar estudos futuros sobre conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Vale ressaltar, que o blog ganha mais valor e importância diante da proposta de aperfeiçoamento da experiência para proporcionar ainda mais a integração entre escola e comunidade.

Depois da pesquisa, reflexão e análises, concluímos que há necessidade da implantação do espaço físico para a comissão se reunir e planejar suas ações, da comissão atuar de modo dinâmico mais próximo da comunidade local estimulando as discussões e garantir a continuidade da participação dos discentes, docentes, gestão e comunidade nos eventos da COM-VIDA em buscar de atingir seus objetivos.

A COM-VIDA representa para a unidade escolar Treze de Junho no município de São José da Vitória, um ganho considerável em aprendizagem e sensibilização para possíveis mudanças de hábitos e de cultura, pois incentiva a mobilização de parte da escola nas atividades de Educação Ambiental. O trabalho da comissão de educar, orientar, estimular, despertar, motivar, esclarecer e transformar alunos, professores, direção, funcionários e comunidade, ainda necessita ser aperfeiçoado com novas técnicas e experiências afim de superar as dificuldades e manter a dinâmica necessária ao sucesso da comissão.

Por fim, acreditamos que está na prática educativa valorizada, fortalecida por políticas públicas aliadas à tecnologia, o caminho para se chegar a uma escola e a um município ambientalmente equilibrado e socialmente justo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOTKIN, D. B.; KELLER, E. A. **Ciência ambiental: terra, um planeta vivo**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2011. 08 p.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de out. 2014.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em 25 de junho de 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 25 de junho de 2016.

_____. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão. **Formando COM-VIDA, Comissão de Meio Ambiente: Construindo a Agenda 21 na Escola** / Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente. 3ª ed., rev. e ampl. – Brasília: MEC, Coordenação-Geral de Educação Ambiental, 2012. 56 p.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno Resolução nº2, de 15 de junho de 2012 (*) Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania, Coordenação-Geral de Educação Ambiental. **Manual Escolas Sustentáveis, Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013**. Disponível em: <http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2005.07.2013.pdf> Acesso em 05 de Junho de 2016.

_____. Ministério da Educação. **IV Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, II Encontro Estadual de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA): a Bahia rumo às Escolas Sustentáveis, 2012**. Disponível em: <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/noticias/9-outros-destaques/44-ii-encontro-estadual-de->

comissoes-de-meio-ambiente-e-qualidade-de-vida-com-vida-a-bahia-rumo-as-escolas-sustentaveis. Acesso em: 05 de junho de 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente, **Agenda 21 brasileira: ações prioritárias/Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. Brasília: 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>. Acesso em: 05 de junho de 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente, **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - 1983 a 1986**. Brasília: 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/01/acordos-globais/comissao-mundial-sobre-meio-ambiente-e-desenvolvimento-1983-a-1986/view> Acesso em 06 de junho de 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente, **Conceitos de educação ambiental**. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental> Acesso em: 08 de junho de 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério de Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA – 3.ed – Brasília: 2005**.

_____. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Parna da Serra das Lontras**. Brasília: 2016. Disponível em: www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/mataatlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2209-parna-da-serra-das-lontras. Acesso em 20 de junho de 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores, Política Externa. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em 28 de junho de 2016.

_____. Senado, Jornal do Senado. **Da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, à Rio-92: agenda ambiental para os países e elaboração de documentos por Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Revista em Discussão. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-das-nacoes-unidas-para-o-meio-ambiente-humano-estocolmo-rio-92-agenda-ambiental-paises-elaboracao-documentos-comissao-mundial-sobre-meio-ambiente-e-desenvolvimento.aspx> Acesso em 16 de agosto de 2016.

_____. Senado, Jornal do Senado. **ONU estabelece três pilares para o desenvolvimento sustentável dos países: econômico, social e ambiental**. Revista em Discussão. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/onu-estabelece-tres-pilares-para-o-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises-economico-social-e-ambiental.aspx>. Acesso em 28 de junho de 2016.

BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CARVALHO, C. O. e RODRIGUES, R. **O direito à cidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

CHAVES, Alessandra Aparecida Pereira. **Avaliação dos Recursos de Educação Ambiental nos Espaços e Escolas Municipais de Curitiba**. Dissertação (mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

ESCOLAS. **Cadastro de escolas do Brasil**. Disponível em: <http://www.escol.as/129502-ee-colegio-estadual-treze-de-junho>. Acesso em 27 de maio de 2016.

FEDELI, M. **A proximidade da Missa nova de Paulo VI com a “ceia luterana”**. Disponível em: Acesso em 12 Maio. 2017.

FERNANDES & PALUDANETO. Angela Viana Machado; Melina Casari. **Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 233-249, mai.-ago. 2010.

FREITAS, Maria Estela Maciel. **Programa Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis: Análise de uma Experiência na Escola Estadual Antônio Padilha no Município de Sorocaba- SP**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Carlos. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. 253p.

GALLO, Zildo. **Ethos, a grande morada humana: economia, ecologia e ética**. Itu: Ottoni, 2007.

GARCIA, Áurea da Silva. **Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na escola: os desafios da Educação Ambiental como Política Pública**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010.

_____. **Estudo de caso**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2009.

GUIVANT, J. S. **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro. Volume 25, 2017.

HEINE, Maria Luiza. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A REALIDADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS: o que as escolas públicas de Ilhéus estão desenvolvendo como educação ambiental?** Tese (doutorado) – Universidade do Estado da Bahia, UNEB. 2013.

IBGE, Cidades. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=292935>. Acesso em 27 de maio de 2016.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003.

LATOUCHE, Serge. **O decrescimento como condição de uma sociedade convivial**. Cadernos IHU Ideias, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Ano 4 – Nº 56 – 2006.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, G.. F.C. **Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para uma educação ambiental**. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Identidades da Educação Ambiental brasileira. Brasília, 2009.

LISBOA, M. V. **Em busca de uma política externa brasileira de meio ambiente: três exemplos e uma exceção à regra**. Revista São Paulo em Perspectiva, 16(2) 2002 pag. 44

LOPES, R. G. e MOURA, L. R. Responsabilidade socioambiental: uma análise do projeto “Campus Verde - Gestão Ambiental do Ifrn”. **Revista Holos**. Rio Grande do Norte, v. 3, junho/2015.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora In: LAYRARGUES, Ph. P. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente - Diretoria de Educação Ambiental. – Brasília: 2004.

_____. **Educação Ambiental no Brasil**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Brasília: 2008. Disponível em: [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20no%20Brasil%20\(texto%20basico\).pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20no%20Brasil%20(texto%20basico).pdf). Acesso em 08 de junho de 2016.

_____. **Educação Ambiental Crítica: contribuições e desafio**. In: BRASIL. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. Vamos cuidar do Brasil: conceito e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: 2007.

_____. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C.F.B. (org.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

_____. LAYRARGUES, P.P. **Ecologia Política, justiça e educação Ambiental crítica: perspectivas de aliança contra hegemônica**. Trabalho Educação Saúde, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a04v11n1.pdf>> Acesso em: 12 maio de 2017.

_____. **Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora**. Ambiente e Educação, Revista de Educação Ambiental. Rio Grande do Sul, Vol. 8, Nº 1, 2003.

_____. **Pesquisa-Ação Participante e a Educação Ambiental: uma abordagem dialética e emancipatória**. In: TOZONI-REIS, M. F. C. (Org). A pesquisa-ação participativa em educação ambiental: reflexões teóricas. São Paulo: Annablume; Fapesp; Botucatu: Fundibio, 2007.

_____. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

_____. Teoria social e questão ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B. (coord.). **Sociedade e Meio Ambiente: a educação em debate**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

_____. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

MALACRIDA, V. A. e BARROS, H. F. **A AÇÃO DOCENTE NO SÉCULO XXI: NOVOS DESAFIOS**. Artigo – Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. São Paulo: 2011.

MEDEIROS, Monalisa Cristina Silva; RIBEIRO, Maria da Conceição Marcolino; FERREIRA, Catyelle Maria de Arruda. Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas. **Revista Âmbito Jurídico: Ambiental**. Rio Grande, v. 14, n. 92, set/2011.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa Social em Educação**. Ed. Garamond. Rio de Janeiro, 1994.

MUTIM, Avelar Luiz Bastos. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS: análise da articulação de processos educativos formais e não formais como estratégia para a gestão do desenvolvimento local sustentável**. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 16, n. 28, p. 113-119, jul./dez., 2007.

ONU. Organizações das Nações Unidas no Brasil. **Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em 28 de junho de 2016.

ORSI, Caroline Pinto de Oliveira. **Educação Ambiental e a Construção da Cidadania: Agenda 21 escolar – um caminho?** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. 2008.

PEREIRA, M. R. **Estado da arte**. Rev. Faeba. 2013.

RANGEL, M. C. e TONELLA, C. **A crise da região cacauieira do Sul da Bahia/Brasil e a reconstrução da identidade dos cacauicultores em contexto de adversidades**. Geoiंगा: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 5, n. 1, p. 77-101, 2013.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

_____. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ROCHA, J. C. **Um Olhar sobre a Lei 9.795/99 que Dispõe sobre a Educação Ambiental e Institui a Política Nacional de Educação Ambiental**. Salvador, 2015. Disponível em: <http://www.globaleducationmagazine.com/um-olhar-sobre-lei-dispoe-sobre-educacao-ambient>. Acesso em 27 de junho de 2016.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Urbanização, Poder e Práticas relativas a morte no Sul da Bahia (1880-1950)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2005.

RODRIGUES, J. N. e GUIMARÃES, M. **Políticas públicas e educação ambiental na contemporaneidade: uma análise crítica sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)** REVISTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL AMBIENTE & EDUCAÇÃO | vol. 15(2) | 2010

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SAUVÉ, L. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental**. In. SATO, M.; CARVALHO, I. C. (Orgs.). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SILVA, L. O.; COSTA, A. P. L.; ALMEIDA, E. A. Educação Ambiental: o Despertar de uma Proposta Crítica para a Formação do Sujeito Ecológico. **Revista Holos**. Rio Grande do Norte, Vol. 1, Ano 28, março de 2012.

SPAARGAREN, G.; MOL, A.P.J. **Modernização ecológica: uma teoria de mudança social**. Tradução TREVIZAN, S. D. P. Ilhéus: Editora Editus, 1995.

TONIAZZO, Fábio Alexandre da Silva. **Educação Ambiental e Agenda 21: Experimentação da COM-VIDA e perspectivas a Política Ambiental**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina. 2012.

TRINDADE, D. **O que as pessoas procuram na internet?** Disponível em: <<http://www.digai.com.br/2015/08/o-que-pessoas-procuram-na-internet/>> acesso: 20 dez. 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

TYLLER, M. G. **Ciência ambiental**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

VALOIS, Raquel Souza. **Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA): análise de uma política pública de educação ambiental e sua implementação em duas escolas de Teresina-Piauí**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista. 2013.

MACHADO, Júlia Teixeira. **Um estudo diagnóstico da educação ambiental nas escolas do ensino fundamental do município de Piracicaba/SP**. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo. 2007 **Disponível em:** http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=153922. Acesso em 09 de maio de 2016.

VIEIRA, L. e CADER, R. **A política ambiental do Brasil ontem e hoje**. Revista Eco21. Rio de Janeiro: edição 129, 2014. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1601>. Acesso em 25 de junho de 2016.

ANEXOS

ENTREVISTA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA - UNEB PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO – GESTEC

A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, a COM-VIDA é uma forma de organização na escola, que visa realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente, da qualidade de vida e sustentabilidade, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade visando desenvolver a Educação Ambiental de forma permanente, também estimula o exercício da cidadania socioambiental, fomentando a governança escolar, comunitária e local (BRASIL, 2004).

Prezados gestores, professores, funcionário e morador da cidade São José da Vitória, essa entrevista faz parte do trabalho de pesquisa da dissertação do Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicados à Educação/UNEB sobre a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, a COM-VIDA pertencente ao Programa Escolas Sustentáveis do PDE Interativo no Colégio Estadual Treze de Junho, cuja finalidade é elaborar uma proposta de aperfeiçoamento das ações de educação ambiental a partir da análise dos resultados da experiência da COM-VIDA no Colégio Estadual Treze de Junho no município de São José da Vitória no período de 2013 a 2016 reconhecendo a importância das práticas de educação ambiental para o processo pedagógico e o desenvolvimento sustentável do município.

Desde já agradeço a sua colaboração e ressalto sua importância nessa pesquisa. Os dados serão utilizados para fins acadêmicos e serão mantidos em sigilo.

01. Na sua concepção, qualidade de vida é:

() Ter acesso às condições básicas como bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, manter relacionamentos sociais com família e amigos e ter acesso a saúde e educação.

A percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

Tem relação com bem-estar, é uma opção pessoal, é o jeito que cada um escolhe para viver mediante decisões conscientes, a partir de informações limitadas pelos padrões de convivência social.

As opções anteriores compreendem conceitos de qualidade de vida.

02. Você considera ter acesso à qualidade de vida?

Sim Não

03. Na sua concepção Educação Ambiental está relacionada a:

Teoria na tomada de decisões que conduzem para a melhoria do meio ambiente, da qualidade de vida e sustentabilidade.

Atividade da prática social que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com seres humanos.

Construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente sem relação com a prática.

04. Em suas atitudes do cotidiano, no trabalho ou em outros ambientes, você busca realizar ações de educação ambiental para colaborar com a conquista pela qualidade de vida?

Sim Às vezes Não

05- Você reconhece a importância e participa das ações COM-VIDA de sua unidade escolar mesmo não sendo membro dessa comissão?

Não Sim

06. Assinale as ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Treze de Junho junto à comunidade de São de José da Vitória.

Realização de encontros entre a comunidade escolar e/ou moradores da cidade objetivando pontuar problemas ambientais que afetam a qualidade de vida;

Reaproveitamento de resíduos sólidos ou líquidos (óleo, água, alimentos, papel, vidros, plásticos, entre outros) na confecção de outros materiais úteis para o dia a dia;

- Incentivo ao uso da coleta seletiva de resíduos (lixo) sólidos ou líquidos da escola e/ou comunidade;
- Parceria com as autoridades públicas locais em campanhas de educação ambiental como preservação e recuperação de ambientes (rio, árvores, animais, praças, ruas, entre outros);
- Intervenção na área da saúde (prevenção de doenças, incentivo a campanha de vacinação, de combate ao mosquito, mutirão, entre outros);
- Interferência no espaço físico da escola a tornando acessível e sustentável.
- Incentivo à economia de material didático, reaproveitamento de material em outros fins.
- Motivação de pessoal de apoio no fortalecimento de práticas do Programa Escolas Sustentáveis.

07. Como você, membro da Unidade Escolar Treze de Junho pode se dedicar a ações que reflitam questões ambientais?

- Participação nas atividades de educação ambiental na unidade escolar e comunidade.
- Orientando corpo discente sobre a importância da prática de educação ambiental e participando de atividades de educação ambiental na unidade escolar e comunidade.
- Vinculação de conceitos (sustentabilidade, preservação, qualidade de vida, saúde entre outros) em meio aos conteúdos disciplinares.
- Não considero relevante as opções anteriores.

08. Após o cadastro do Treze de Junho no Programa Escolas Sustentáveis e COM-VIDA o que você aponta de positivo como mudança em sua unidade escolar com relação aos objetivos do programa?

- A coletividade docente despertou-se para a consciência em prol das práticas de educação ambiental na escola.
- A escola tornou-se espaço de formação crítica e práticas sustentáveis.
- Intercâmbio entre escola e comunidade local em relação a questões ambientais.
- Gestão empenhada na execução das ações de Educação Ambiental na unidade escolar.

09. Você considera importante haver a contemplação da COM-VIDA no PPP (Projeto Político Pedagógico) de sua unidade escolar? Por quê?

10. Você acredita que as práticas de educação ambiental realizadas pela COM-VIDA no Treze de Junho alcançam a comunidade de São José da Vitória influenciando para seu desenvolvimento sustentável? Por quê?

QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA - UNEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIA APLICADA À
EDUCAÇÃO – GESTEC

A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, a COM-VIDA é uma forma de organização na escola, que visa realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente, da qualidade de vida e sustentabilidade, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade visando desenvolver a Educação Ambiental de forma permanente, também estimula o exercício da cidadania socioambiental, fomentando a governança escolar, comunitária e local (BRASIL, 2004).

Prezados alunos do fundamental II e ensino médio do Colégio Estadual Treze de Junho, esse questionário faz parte do trabalho de pesquisa da dissertação do Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicados à Educação/UNEB sobre a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, a COM-VIDA pertencente ao Programa Escolas Sustentáveis do PDE Interativo no Colégio Estadual Treze de Junho, cuja finalidade é elaborar uma proposta de aperfeiçoamento das ações de educação ambiental a partir da análise dos resultados da experiência da COM-VIDA no Treze de Junho pelo período de 2013 e 2014 reconhecendo a importância das práticas de educação ambiental para o processo pedagógico e o desenvolvimento sustentável do município.

Desde já agradeço a sua colaboração e ressalto sua importância nessa pesquisa.

Os dados serão utilizados para fins acadêmicos e serão mantidos em sigilo.

Para mais informações, email: monicaramorim@hotmail.com ou contato (73) 981746856 / 988030458.

01- O que você entende por Educação Ambiental?

02- O que você entende por qualidade de vida?

03- O que você entende por sustentabilidade?

04- Como você, integrante da unidade escolar, pode estar voltado a ações que reflitam questões ambientais?

05- Você conhece em sua unidade escolar a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola, a COM-VIDA?

06- Quais ações a COM-VIDA já realizou em sua escola e/ou comunidade?

07- Você acredita que se a COM-VIDA estiver agindo em sua escola e município, suas ações podem colaborar para uma sociedade mais sustentável?

08- O que representa a atuação da COM-VIDA em sua unidade escolar para o fortalecimento das ações em prol de sua cidade mais sustentável?

09- Você participa da COM-VIDA? Se não participa, o que vem fazendo a contribuir para cuidar do meio ambiente de sua cidade?

____ de _____ de 2015.